

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

KAREN MUNHOZ DE OLIVEIRA

**EXPERIÊNCIAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS E DO E-DINHEIRO: UMA
OUTRA ECONOMIA É POSSÍVEL**

VARGINHA/MG

2025

KAREN MUNHOZ DE OLIVEIRA

**EXPERIÊNCIAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS E DO E-DINHEIRO: UMA
OUTRA ECONOMIA É POSSÍVEL**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia Aplicada
Orientador: Prof. Dr. Dimitri Augusto da Cunha Toledo

VARGINHA/MG

2025

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Oliveira, Karen Munhoz.

Experiências dos bancos comunitários e do e-dinheiro: : uma outra economia é possível / Karen Munhoz Oliveira. - Varginha, MG, 2025.
173 f. : il. -

Orientador(a): Dimitri Augusto da Cunha Toledo.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2025.

Bibliografia.

1. Economia Solidária. 2. Bancos Comunitários. 3. E-Dinheiro. 4. Moedas Sociais. 5. Desenvolvimento Local. I. Toledo, Dimitri Augusto da Cunha, orient. II. Título.

KAREN MUNHOZ DE OLIVEIRA

**EXPERIÊNCIAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS E DO E-DINHEIRO: Uma outra
Economia é possível**

O Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia.

Aprovada em: 04 de novembro de 2025

Prof. Dr. Dimitri Augusto da Cunha Toledo
Universidade Federal de Alfenas - MG

Assinatura:

Prof. Dr.^a Tania Cristina Teixeira
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Assinatura:

Prof.^a Dr. Daniel Calbino Pinheiro
Universidade Federal de São João del-Rei

Assinatura:

Dedico este trabalho a todos que acreditam na transformação social por meio da Economia Solidária. Àqueles que, com coragem e resistência, lutam diariamente por um mundo mais justo, inclusivo e sustentável. Que esta pesquisa contribua para fortalecer iniciativas que dão voz e oportunidades aos mais vulneráveis, reafirmando a Economia Solidária como um caminho de esperança e dignidade.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa nasceu muito antes das primeiras linhas escritas. Surgiu ainda nos tempos de graduação, quando percebi que os números, por si só, não davam conta da complexidade das desigualdades. Foi no cruzamento entre o estudo e a inquietação que encontrei o impulso necessário para seguir pesquisando outras formas de pensar e fazer economia.

Desde então, algumas perguntas nunca mais me deixaram. São aquelas que desestabilizam, provocam e insistem, mesmo quando o caminho se mostra incerto. Vieram junto com uma dedicação construída no cotidiano, sustentada por uma persistência silenciosa e por uma convicção profunda de que vale a pena lutar por aquilo em que se acredita.

Este trabalho também carrega os vestígios dos encontros com gente que sonha junto, que acredita na potência do comum e na transformação concreta da realidade. Foram esses encontros, muitas vezes fora do espaço acadêmico, que me ensinaram que o conhecimento também se constrói com empatia, com escuta, com uma conversa ao redor da mesa.

Houve processos que exigiram pausas, silêncios e retomadas conscientes. Cada um deles fez parte da escolha contínua de seguir, não por obrigação, mas por propósito. E há quem, com delicadeza e firmeza raras, tenha acendido luzes no meu caminho antes mesmo que eu soubesse que queria percorrê-lo. A essa presença serena e incansável, que semeou em mim a coragem de tentar, deixo um agradecimento sincero, moldado na mesma calma confiante que me ensinou a acreditar, antes mesmo que eu decidisse seguir.

Esta pesquisa é, sobretudo, uma afirmação política. Um compromisso com uma economia que coloca a vida no centro, que reconhece as potências invisibilizadas e que busca, de forma coletiva e crítica, construir caminhos mais justos e sustentáveis.

É dedicado a todas as pessoas que, mesmo diante das dificuldades, não deixam de acreditar. E seguem, com coragem e sensibilidade, sonhando acordadas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

"A Economia Solidária não é apenas uma alternativa ao desemprego, mas uma nova forma de organizar a produção e a vida social, baseada na cooperação e na autogestão."

(Singer,2002 , p. 45)

RESUMO

Esta dissertação buscou investigar como os Bancos Comunitários se organizam e explorar os limites e potencialidades associados à utilização da plataforma E-Dinheiro no fortalecimento de suas práticas no contexto da Economia Solidária. O objetivo principal foi analisar as estratégias adotadas por essas instituições para ampliar seu impacto social e econômico em comunidades vulneráveis, destacando o E-Dinheiro como uma ferramenta de inovação tecnológica capaz de aprimorar suas operações e promover sua sustentabilidade a longo prazo. Destacar a função dos Bancos Comunitários não apenas como instituições financeiras, mas como instrumentos cruciais na luta contra a desigualdade econômica e na promoção de uma inclusão financeira mais justa e abrangente. A pesquisa foi desenvolvida em três etapas: análise do impacto social e econômico gerado pelos Bancos Comunitários, com base nos princípios da Economia Solidária; com foco na autogestão como uma resposta eficaz ao desemprego e à exclusão social; a segunda etapa aborda os papéis desempenhados pelos Bancos Comunitários bem como os desafios relacionados a sua sustentabilidade econômica; por fim, a avaliação do papel da plataforma E-Dinheiro, considerando sua contribuição para a eficiência operacional, a redução de custos e a ampliação do alcance das Moedas Sociais. A pesquisa fundamentou-se em revisão bibliográfica sendo complementada por entrevistas semiestruturadas com representantes de Bancos Comunitários e com Joaquim Melo, idealizador da metodologia dos Bancos Comunitários, das Moedas Sociais e do E-Dinheiro circulantes no Brasil, possibilitando uma compreensão crítica e contextualizada do tema. Identificou-se que a digitalização por meio da plataforma ampliou a autonomia e a capacidade de gestão dos bancos, além de fortalecer o comércio local e os laços comunitários. Os resultados evidenciam que o E-Dinheiro contribui para a inclusão financeira, para a circulação de recursos dentro dos territórios e para a consolidação das finanças solidárias como alternativa ao desenvolvimento das comunidades que eles estão inseridos.

Palavras-chave: Economia Solidária; Bancos Comunitários; E-Dinheiro; Moedas Sociais; Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

This dissertation sought to investigate how Community Banks are organized and to explore the limits and potential associated with the use of the E-Dinheiro platform in strengthening their practices within the context of the Solidarity Economy. The main objective was to analyze the strategies adopted by these institutions to expand their social and economic impact in vulnerable communities, highlighting E-Dinheiro as a technological innovation tool capable of improving their operations and promoting their long-term sustainability. The study emphasizes the role of Community Banks not only as financial institutions, but also as crucial instruments in the fight against economic inequality and in the promotion of a fairer and more comprehensive financial inclusion. The research was developed in three stages: first, an analysis of the social and economic impact generated by Community Banks, based on the principles of the Solidarity Economy, with a focus on self-management as an effective response to unemployment and social exclusion; the second stage addresses the roles played by Community Banks as well as the challenges related to their economic sustainability; finally, an evaluation of the role of the E-Dinheiro platform, considering its contribution to operational efficiency, cost reduction, and the expansion of the reach of Social Currencies. The study was based on a literature review, complemented by semi-structured interviews with representatives of Community Banks and with Joaquim Melo, the creator of the methodology of Community Banks, Social Currencies, and the E-Dinheiro system currently in circulation in Brazil, enabling a critical and contextualized understanding of the topic. The findings indicate that digitalization through the platform has expanded the banks' autonomy and management capacity, while also strengthening local commerce and community ties. The results demonstrate that E-Dinheiro contributes to financial inclusion, to the circulation of resources within territories, and to the consolidation of solidarity finance as an alternative for community development in the areas where these initiatives operate.

Keywords: Solidarity Economy; Community Banks; E-Dinheiro; Social Currencies; Local Development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxas médias de juros em operação de crédito pessoal no Brasil (2024/2025).....	38
Gráfico 2 – Crescimento do volume de negócios locais pelo uso da Moeda Social Palmas (2015-2020).....	58
Gráfico 3 – Distribuição dos Bancos Comunitários no Brasil por região.....	71
Gráfico 4 – Crescimento do número de pequenos negócios beneficiados pelo microcrédito (1998-2020).....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – A participação nos depósitos totais do sistema financeiro em 2023.....	32
Tabela 2 – Spread bancário médio em países selecionados.....	36
Tabela 3 – Distribuição dos beneficiários de microcrédito em Bancos Comunitários por gênero (2020).....	54
Tabela 4 – Crescimento de usuários dos Bancos Comunitários no Brasil (2018-2024).....	57
Tabela 5 – Redução da pobreza em famílias beneficiadas por microcrédito em Bancos Comunitários (2020).....	60
Tabela 6 – Volume de crédito concedido pelo Banco Palmas (1998-2020).....	108
Tabela 7 – Depósitos em Mumbuca - dezembro de 2017 a maio de 2023.....	113
Tabela 8 – Volume de microcrédito e transações com Moeda Social Bem (2018-2023).....	115
Tabela 9 – Operação e funcionalidades do E-Dinheiro.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
SIES	Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária
BC	Bancos Comunitários
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano
BCJB	Banco Comunitário Jardim Botânico
ASMOCONP	Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
IVP	Instituto Voz Popular
LETS	Local Exchange Trading System

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ECONOMIA SOLIDÁRIA, UMA OUTRA ECONOMIA ACONTECE.....	23
3	A CONCENTRAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO TRADICIONAL E SEUS IMPACTOS NA INCLUSÃO FINANCEIRA NO BRASIL.....	31
3.1	EXCLUSÃO FINANCEIRA IMPOSTA PELOS BANCOS TRADICIONAIS.....	33
3.2	DESAFIOS NA CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	35
3.3	O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO COMBATE À EXCLUSÃO FINANCEIRA.....	39
4	A RELEVÂNCIA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NA PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	43
4.1	DESAFIOS E IMPACTOS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA ECONOMIA MAIS JUSTA.....	48
4.2	O IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO DE BANCOS COMUNITÁRIOS EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS.....	52
4.3	A SUSTENTABILIDADE DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	61
4.4	DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL.	71
4.5	O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO APOIO AOS BANCOS COMUNITÁRIOS.....	83
5	AS MOEDAS SOCIAIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	89
5.1	MOEDAS SOCIAIS: IMPACTOS NOS BANCOS COMUNITÁRIOS.....	93
5.2	IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS.....	99
6	BANCOS COMUNITÁRIOS: REFLEXÕES A PARTIR DE QUATRO EXPERIÊNCIAS.....	104
6.1	BANCO PALMAS - FORTALEZA, CEARÁ.....	106
6.2	BANCO MUMBUCA - MARICÁ, RIO DE JANEIRO.....	110
6.3	BANCO BEM - VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO.....	114
6.4	BANCO JARDIM BOTÂNICO - JOÃO PESSOA, PARAÍBA.....	119
7	O E-DINHEIRO COMO UMA FERRAMENTA INSTRUMENTO DE INCLUSÃO FINANCEIRA.....	123
7.1	O CONTRASTE ENTRE AS MOEDAS DIGITAIS TRADICIONAIS E O E-DINHEIRO.....	125

7.2	ESTABILIDADE E LASTRO EM REAL DA MOEDA SOCIAL.....	127
7.3	TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA E IMPACTO SOCIAL DO E-DINHEIRO.....	131
7.4	CONTRIBUIÇÕES EMPÍRICAS: RELATOS DE REPRESENTANTES DE BANCOS COMUNITÁRIOS.....	137
7.4.1	Entrevista sobre o Banco Bem.....	138
7.4.2	Entrevista sobre o Banco Jardim Botânico.....	144
7.4.3	Entrevista sobre o Banco Palmas e o E-Dinheiro.....	148
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
	REFERÊNCIAS.....	165
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	172

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil e diversos outros países da América Latina têm testemunhado o surgimento e a consolidação de Bancos Comunitários como uma resposta às desigualdades econômicas e à exclusão financeira, principalmente em comunidades periféricas e rurais (França Filho; Silva, 2022). Esses bancos, que operam com base nos princípios da Economia Solidária, desempenham um papel central na inclusão social, ao facilitarem o acesso ao crédito para populações que, tradicionalmente, são excluídas do sistema bancário formal.

A Economia Solidária, conforme definido por Singer (2002), é um modelo econômico que coloca a cooperação e a autogestão como princípios fundamentais, buscando alternativas ao modelo capitalista hegemônico e à concentração de riquezas. A literatura a ser revisada revela experiências reais (Benilson, 2010) e desafios enfrentados por essas iniciativas, proporcionando um panorama amplo de análise. Assim, esta pesquisa visa contribuir para o conhecimento sobre Economia Solidária, destacando a importância dos Bancos Comunitários e Moedas Sociais como impulsionadores de um desenvolvimento local mais sustentável e inclusivo.

Essas práticas, ao serem exploradas em diferentes contextos, mostram não apenas as dificuldades encontradas, mas também a capacidade de adaptação e inovação diante de cenários adversos. Através da análise das experiências práticas, é possível perceber como os Bancos Comunitários e Moedas Sociais vêm se consolidando como elementos centrais na promoção da inclusão financeira e no fortalecimento das economias locais. Esse entendimento é essencial para avaliar o impacto dessas iniciativas e identificar caminhos para superar os desafios enfrentados.

A Economia Solidária emerge como um paradigma inovador, consolidando-se como uma alternativa aos desafios socioeconômicos contemporâneos. Ancorada em princípios de autogestão, cooperação e justiça social, essa abordagem transcende o modelo convencional de produção e consumo.

No Brasil, a Economia Solidária começou a ganhar força no final da década de 1970 e início dos anos 1980, como uma resposta aos altos níveis de desemprego e às crises econômicas que afetaram o país. Durante esse período, o capitalismo enfrentou desafios significativos, resultando em crescentes taxas de desemprego, especialmente após a crise do petróleo em 1973 e a crise da dívida externa no início

da década de 1980. Como consequência, surgiram os primeiros empreendimentos econômicos solidários, principalmente nas grandes periferias urbanas e nas áreas de assentamento de reforma agrária, onde cooperativas populares foram formadas com o objetivo de mitigar os efeitos da pobreza e da exclusão social (Singer, 2002).

Com o agravamento das condições econômicas ao longo da década de 1980 e início dos anos 1990, a necessidade de alternativas ao modelo capitalista tradicional tornou-se ainda mais premente. Neste contexto, a Economia Solidária se expandiu, apoiada por movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a Economia Solidária ganhou um reconhecimento oficial por parte do governo brasileiro, sendo vista como uma forma viável de gerar trabalho e renda, promover a inclusão social e impulsionar o desenvolvimento solidário em todo o país. A SENAES foi fundamental na coordenação de políticas públicas e no apoio a iniciativas que visavam fortalecer essa abordagem econômica alternativa (Silva; Carneiro, 2014).

No entanto, a história da Economia Solidária no Brasil foi marcada por novos desafios, como a crise econômica global de 2008, que teve um impacto profundo no capitalismo mundial. Essa crise, considerada por economistas e especialistas como a mais severa desde 1929, resultou em uma nova onda de desemprego, afetando significativamente as classes menos favorecidas (Harvey, 2011).

No Brasil, o impacto foi sentido especialmente nas indústrias e nas regiões mais vulneráveis, onde a queda na renda exacerbou as desigualdades sociais. A resposta dos governos desenvolvidos, que adotaram políticas fiscais e monetárias expansionistas, contrasta com a situação nas economias emergentes, onde a recuperação foi mais lenta e desigual (Organização Internacional do Trabalho, 2010).

Nas décadas seguintes, o Brasil continuou a enfrentar mudanças econômicas significativas, que afetaram o mercado de trabalho e ampliaram a informalidade. Dentro desse cenário, o modelo de autogestão promovido pela Economia Solidária mostrou-se uma solução viável, capaz de oferecer alternativas inclusivas para a geração de trabalho e distribuição equitativa de renda. Este modelo destaca-se por sua capacidade de acolher indivíduos de todas as etnias, idades, crenças e origens, promovendo a justiça social e a igualdade de oportunidades (Gaiger, 2015).

Dessa forma, a Economia Solidária materializa-se através dos

Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que assumem diversas formas, incluindo cooperativas, associações e clubes de troca, todos voltados para a produção de bens, prestação de serviços e consumo solidário. Essas organizações são caracterizadas por sua ênfase na autogestão, na cooperação e no fortalecimento das redes de solidariedade, que são fundamentais para o sucesso e a sustentabilidade dessas iniciativas (Gaiger, 2015).

Nesse contexto, os Bancos Comunitários emergiram como ferramentas concretas de desenvolvimento, impulsionados pelas políticas públicas de Economia Solidária, como as desenvolvidas pela SENAES, têm desempenhado um papel crucial na promoção do desenvolvimento local e na inclusão financeira de comunidades marginalizadas. Um exemplo é o Banco Palmas, criado em 1998, que se tornou um modelo para outros Bancos Comunitários no país. Em 2010, a parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fortaleceu ainda mais essas iniciativas, permitindo que os Bancos Comunitários ampliassem seu alcance e impacto, contribuindo de maneira significativa para a redução da pobreza e o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil (Singer, 2014).

O acordo entre o Banco Palmas e o BNDES tinha como objetivo principal criar uma linha de crédito voltada especificamente para os Bancos Comunitários, possibilitando a ampliação do microcrédito produtivo e orientado. Esse modelo foi desenhado para oferecer suporte financeiro às atividades locais, como pequenos negócios, produção agrícola e serviços comunitários, promovendo o desenvolvimento sustentável das regiões atendidas (Singer, 2014).

Essa parceria foi estratégica para consolidar os Bancos Comunitários como uma ferramenta prática da Economia Solidária no Brasil. Segundo Singer (2014), a integração do BNDES nesse processo conferiu maior legitimidade às iniciativas, ampliando sua escala e seu impacto. Além disso, o apoio institucional atraiu outras parcerias públicas e privadas, o que contribuiu para a sustentabilidade dos Bancos Comunitários.

Neste contexto, é essencial introduzir a definição e o papel central dos Bancos Comunitários, que constitui o foco principal desta dissertação. Os Bancos Comunitários são instituições financeiras comunitárias, projetadas para promover o desenvolvimento econômico local por meio da inclusão financeira e do fortalecimento das relações solidárias dentro das comunidades.

Diferentemente dos bancos tradicionais, essas instituições são geridas

diretamente pela comunidade, que desempenha um papel ativo na administração e nas decisões operacionais. Utilizando Moedas Sociais, que circulam exclusivamente dentro das próprias comunidades, os Bancos Comunitários incentivam o comércio local e a geração de renda, criando uma economia interna mais robusta e resiliente (Melo, 2023).

A gestão coletiva e a autogestão praticadas por essas instituições são exemplos concretos dos princípios da Economia Solidária em ação, demonstrando como essas entidades podem transformar realidades econômicas e sociais em áreas historicamente marginalizadas (Oliveira, 2017).

Nesse sentido, os Bancos Comunitários desempenham um papel essencial, proporcionando serviços financeiros acessíveis em comunidades historicamente excluídas do sistema bancário tradicional. Como destaca Oliveira e Melo (2023), esses bancos se caracterizam por sua capacidade de promover inclusão financeira e empoderamento local, atuando como catalisadores do desenvolvimento econômico nas regiões onde operam. A análise de experiências concretas de Bancos Comunitários revela que essas instituições são eficazes na redução da exclusão bancária, ao oferecer serviços financeiros adaptados às necessidades locais e ao incentivar o uso de Moedas Sociais.

Um dos principais mecanismos utilizados pelos Bancos Comunitários é a Moeda Social, uma moeda complementar à oficial, cuja circulação é limitada à comunidade local, promovendo o consumo e a produção locais e, conseqüentemente, a redução da dependência de grandes instituições financeiras (Neiva, 2017). Esses bancos se destacam pela capacidade de promover o desenvolvimento local e a justiça social, criando redes de produção e comercialização integradas à realidade das comunidades (França Filho, 2010). O Banco Palmas, criado em 1998 na periferia de Fortaleza, Ceará, é um exemplo, tendo inspirado a criação de mais de 100 Bancos Comunitários em diversas regiões do Brasil (Santos; Moraes, 2013).

Nesse contexto, a ampliação do uso de tecnologias digitais desponta como uma estratégia para fortalecer os Bancos Comunitários e potencializar o impacto das Moedas Sociais. Entre as inovações destacadas está a plataforma E-Dinheiro, criada em 2014 pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que surge como uma resposta às limitações das plataformas financeiras tradicionais, frequentemente inacessíveis às comunidades vulneráveis (Melo, 2023). Com funcionalidades que

incluem a gestão integrada de Moedas Sociais, acessibilidade para usuários com pouca ou nenhuma conexão à internet, e redução significativa de custos operacionais, o E-Dinheiro exemplifica como a tecnologia pode alinhar-se aos princípios da Economia Solidária. Este trabalho discutirá como essa integração tecnológica não apenas facilita transações financeiras e amplia o alcance das Moedas Sociais, mas também promove inclusão digital e autonomia econômica, demonstrando o papel essencial da inovação digital no fortalecimento das economias locais e no combate à exclusão financeira (Neiva, 2017).

Além disso, os Bancos Comunitários promovem a autogestão e a participação ativa dos membros da comunidade na tomada de decisões financeiras, o que não apenas fortalece os laços sociais, mas também cria um ambiente de cooperação e solidariedade. Essas instituições, portanto, não se limitam a fornecer acesso a serviços financeiros; elas contribuem significativamente para o desenvolvimento sustentável e equitativo das regiões onde estão inseridas (Oliveira, 2023).

As iniciativas estatais têm reconhecido a importância dos Bancos Comunitários, promovendo medidas de apoio que visam a consolidação dessas instituições como agentes de desenvolvimento local. Entre as ações destacam-se o fortalecimento dos fundos rotativos solidários e o apoio ao cooperativismo de crédito solidário, os quais reforçam a infraestrutura necessária para que os Bancos Comunitários possam ampliar seu impacto nas comunidades. Conforme ressaltado por Retamiro (2022), essas medidas são fundamentais para adaptar as políticas de crédito às especificidades dos Empreendimentos Econômicos Solidários, assegurando que o desenvolvimento econômico promovido seja inclusivo e sustentável.

Apesar dessas conquistas, os Bancos Comunitários enfrentam desafios estruturais que comprometem sua sustentabilidade a longo prazo. Entre os principais obstáculos estão a falta de apoio sistemático por parte de políticas públicas, a dependência de doações e subsídios externos, a limitada capacidade de infraestrutura tecnológica e a dificuldade em gerar capital próprio para expandir suas atividades (Santos; Morais, 2013). Nesse contexto, a formulação de modelos de sustentabilidade que garantam a continuidade dessas iniciativas é um tema central no debate sobre Economia Solidária.

Nesse contexto, as Moedas Sociais emergem como uma ferramenta complementar e essencial dentro das práticas dos Bancos Comunitários,

desempenhando o papel de fortalecimento das economias locais. As Moedas Sociais são unidades de troca criadas e geridas pela comunidade, circulando exclusivamente dentro do território onde são emitidas, e visam estimular o comércio local, além de manter a riqueza gerada dentro da própria comunidade (Melo, 2023; Singer, 2009). Essas moedas promovem não apenas a inclusão financeira, mas também a coesão social, ao fortalecer os laços de solidariedade e confiança entre os membros da comunidade (França Filho, 2012).

O uso de Moedas Sociais, integrado às operações dos Bancos Comunitários, potencializa o desenvolvimento local ao criar um ciclo econômico interno que beneficia diretamente os pequenos comerciantes e produtores locais. Segundo Melo (2023), essa dinâmica permite que as comunidades se tornem mais resilientes diante de crises econômicas externas, reforçando sua autonomia econômica e social. Dessa forma, as Moedas Sociais não são apenas instrumentos financeiros, mas também símbolos de identidade e pertencimento comunitário, desempenhando um papel fundamental na consolidação da Economia Solidária.

As Moedas Sociais representam uma inovação nos sistemas de troca econômica, fundamentando-se em origens e conceitos que transcendem a lógica convencional. Explorar esses fundamentos é essencial para compreender a base teórica subjacente a essas práticas. Segundo Melo (2023), as Moedas Sociais surgem como uma resposta às falhas do sistema financeiro tradicional, oferecendo uma alternativa que privilegia a solidariedade e a cooperação comunitária.

Analisar casos práticos de implementação de Moedas Sociais oferece uma visão concreta de como essas iniciativas operam na prática, destacando suas potencialidades e desafios. As Moedas Sociais são frequentemente utilizadas em comunidades que buscam fortalecer a economia local, promover a inclusão social e aumentar a resiliência econômica. Por exemplo, a experiência do Banco Palmas com a Moeda Social "Palma" em Fortaleza mostra como essas moedas podem estimular o comércio local e a geração de renda (Melo, 2023).

Silva (2023) destaca que essas moedas funcionam como catalisadores de trocas solidárias, facilitando a circulação de bens e serviços dentro da comunidade. Além disso, as Moedas Sociais ajudam a criar um senso de identidade e pertencimento, reforçando os laços sociais e econômicos entre os membros da comunidade.

A literatura sobre Moedas Sociais, incluindo os trabalhos de Melo (2023) e

Silva (2023), oferece diversos resultados e desafios enfrentados. Entre esses desafios, Silva (2023) destaca a resistência inicial das comunidades em adotar novas formas de moeda, a necessidade de infraestrutura tecnológica adequada para o gerenciamento das transações e a garantia de sustentabilidade financeira a longo prazo. Por outro lado, os resultados positivos incluem a promoção da inclusão financeira, o fortalecimento do comércio local e a redução da desigualdade.

Esses desafios apontados por Silva (2023) reforçam a complexidade inerente à implementação das Moedas Sociais e exigem estratégias bem delineadas para garantir que esses instrumentos possam alcançar seu pleno potencial. A resistência inicial das comunidades, por exemplo, pode ser superada através de ações educativas e de envolvimento comunitário, enquanto a questão da infraestrutura tecnológica requer investimentos e parcerias que possibilitem a adoção de sistemas eficientes e acessíveis. Assim, é necessário que os esforços para introduzir e manter as Moedas Sociais estejam alinhados com as realidades locais, considerando as especificidades de cada comunidade.

Nesse sentido, Melo (2023), em sua obra "As Moedas Sociais do Brasil", retrata exemplos concretos que ilustram essas iniciativas em diferentes contextos. O Banco Palmas, em Fortaleza, por exemplo, tem contribuído para o desenvolvimento econômico local por meio da Moeda Social "Palma", enquanto o Banco Comunitário Mumbuca, em Maricá, utiliza a Moeda Social "Mumbuca" para fomentar o comércio local e promover a inclusão econômica. Estes casos evidenciam o potencial transformador das Moedas Sociais na promoção da Economia Solidária e dos Bancos Comunitários, ao mesmo tempo em que apontam para a necessidade de estratégias robustas para superar os desafios inerentes à sua implementação e operação.

A exploração do papel dos Bancos Comunitários e das Moedas Sociais demonstra que essas ferramentas, quando usadas em conjunto, podem criar uma dinâmica econômica que valoriza as pessoas e as comunidades. Essa abordagem contribui para a construção de uma economia mais justa e solidária, onde os recursos são geridos de maneira coletiva e os benefícios são distribuídos de forma equitativa.

No entanto, a produção acadêmica que aborda a sustentabilidade dos Bancos Comunitários de forma abrangente, integrando as dimensões social, ambiental e econômica, ainda é limitada. Estudos como os de Abramovay (2012) e França Filho

(2010) concentram-se, em grande parte, na viabilidade econômica dos Bancos Comunitários e no impacto social imediato de suas atividades, mas poucos trabalhos oferecem um modelo de sustentabilidade holístico que contemple o desenvolvimento a longo prazo com base nessas três dimensões. Essa lacuna também é evidenciada por Neiva (2017), que sugere que a maioria das abordagens atuais carece de soluções práticas para a continuidade financeira dos Bancos Comunitários, além de negligenciar os efeitos ambientais e sociais amplos dessas instituições. Embora existam iniciativas pontuais que discutem aspectos isolados, como o uso de tecnologias sustentáveis ou a promoção do desenvolvimento social, ainda há uma falta de estudos que integrem essas dimensões de maneira coesa e prática.

Nesse sentido, surge o problema de pesquisa: Como os Bancos Comunitários se organizam e quais os limites e potencialidades do uso da plataforma E- dinheiro no fortalecimento de suas práticas e na busca por sustentabilidade organizacional? Com base nesse problema, o objetivo geral desta dissertação propõe analisar as experiências dos Bancos Comunitários considerando os limites e as potencialidades associados à adoção da plataforma E-Dinheiro. Nesse intento, objetivamos também avaliar suas práticas e estratégias para ampliar seu impacto social e econômico em comunidades vulneráveis. O foco desta pesquisa esteve direcionado na plataforma E-Dinheiro, com o intuito de investigar seu papel enquanto instrumento de inovação tecnológica, avaliando sua contribuição para aprimoramento das operações desses bancos e para a promoção da sua sustentabilidade a longo prazo.

Para alcançar esse propósito, os objetivos específicos da pesquisa buscam analisar o impacto social e econômico gerado pelos Bancos Comunitários, considerando os princípios que fundamentam a Economia Solidária. Em seguida, serão examinados os desafios relacionados à sustentabilidade econômica dessas instituições. Por fim, será analisada a atuação da plataforma E-Dinheiro por essas instituições e se sua utilização contribui para a eficiência operacional, a redução de custos e a ampliação do alcance das Moedas Sociais, elementos necessários para o fortalecimento da atuação dos Bancos Comunitários no cenário das finanças solidárias.

A sustentabilidade dos Bancos Comunitários será um dos focos desta pesquisa, considerando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômico e ambiental. A pesquisa busca preencher uma lacuna na literatura existente, que muitas vezes foca no desempenho econômico desses bancos e

negligência nas implicações sociais e ecológicas de sua operação. Como observa Abramovay (2012), um modelo econômico verdadeiramente sustentável deve considerar o impacto de suas atividades no tecido social e no meio ambiente, além da viabilidade financeira.

A sustentabilidade dos Bancos Comunitários têm a capacidade de atender as demandas das comunidades locais garantindo equilíbrio entre as dimensões sociais e econômicas ao longo do tempo, sem comprometer a viabilidade financeira ou os recursos naturais. Conforme aponta França Filho (2012), essa sustentabilidade transcende a manutenção financeira, exigindo uma integração equilibrada entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Esse equilíbrio é essencial para que os Bancos Comunitários não apenas se mantenham ativos, mas também continuem a impulsionar o desenvolvimento local de forma duradoura, beneficiando as comunidades vulneráveis sem comprometer o bem-estar das futuras gerações.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e apresentação documental de fontes acadêmicas. Além disso, o estudo foi enriquecido com entrevistas semiestruturadas realizadas com Leonora Mol, Daniel Santos ambos representantes de Bancos Comunitários e com Joaquim Melo, idealizador da metodologia dos Bancos Comunitários e da Moeda Social Palmas. A coleta empírica possibilitou uma análise crítica e contextualizada das práticas desenvolvidas no campo, ampliando a compreensão sobre seus limites, contribuições e potencialidades.

Os dados foram extraídos de publicações acadêmicas, livros, artigos e relatórios governamentais que examinem o funcionamento dos Bancos Comunitários no Brasil, suas práticas e interações com a Economia Solidária. A revisão da literatura permitiu identificar os principais desafios e avanços teóricos sobre o tema, além de oferecer uma visão abrangente das estratégias adotadas por essas instituições.

A abordagem metodológica consistiu em uma revisão da literatura disponível sobre Bancos Comunitários, Moedas Sociais e Economia Solidária, realizada através de publicações científicas, livros, artigos, relatórios técnicos e outras fontes confiáveis. A análise bibliográfica foi conduzida de forma aprofundada, identificando conceitos-chave, tendências e perspectivas presentes na literatura especializada.

Este método permitiu uma imersão na literatura existente, proporcionando uma compreensão sólida dos desafios e oportunidades que envolvem os Bancos

Comunitários e as Moedas Sociais. A revisão crítica da literatura ofereceu uma visão detalhada sobre como esses instrumentos têm sido abordados e avaliados em diferentes contextos, destacando suas contribuições para o desenvolvimento local e a inclusão socioeconômica. Além disso, essa análise permitiu identificar lacunas e pontos de debate na literatura, garantindo uma fundamentação teórica para a dissertação.

Com base em uma metodologia, centrada na revisão sistemática da literatura, esta investigação contribui significativamente para o aprofundamento do conhecimento sobre o papel dos Bancos Comunitários e das Moedas Sociais no desenvolvimento local. Ao explorar essas experiências e examinar as estratégias implementadas em diferentes contextos, a dissertação buscou fornecer subsídios teóricos e práticos que possam orientar políticas públicas e iniciativas voltadas para o fortalecimento da Economia Solidária. Espera-se que este estudo reforce a importância dessas práticas na construção de uma economia mais inclusiva, equitativa e solidária, fundamentada nos princípios de cooperação, autogestão e justiça social.

Portanto, esta dissertação buscou oferecer uma contribuição tanto para o campo da Economia Solidária quanto para o debate sobre o papel das finanças comunitárias na promoção do desenvolvimento sustentável. Ao propor um modelo de atuação que contempla a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, o estudo visa fornecer subsídios teóricos e práticos para o fortalecimento dessas iniciativas no contexto das finanças solidárias e no enfrentamento das desigualdades estruturais.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA, UMA OUTRA ECONOMIA ACONTECE

A Economia Solidária emergiu como uma alternativa ao modelo econômico tradicional, buscando redefinir as relações de produção, consumo e distribuição de riqueza, fundamentando-se em princípios de cooperação, autogestão e solidariedade (Singer, 2002). Trata-se de um movimento socioeconômico que visa promover a inclusão social e econômica, a justiça social e o desenvolvimento sustentável, posicionando-se como resposta às crescentes desigualdades e exclusões geradas pelo capitalismo contemporâneo. Segundo Gaiger (2003), a Economia Solidária é caracterizada pela organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras em empreendimentos que valorizam a participação democrática, a autogestão e a distribuição equitativa dos resultados. Essas organizações atuam em diversos setores econômicos, contribuindo para a geração de trabalho e renda, fortalecimento das comunidades locais e promoção da cidadania. O conceito de Economia Solidária é amplamente aplicado em empreendimentos autogeridos, cooperativas e grupos comunitários, promovendo a distribuição equitativa dos resultados e a participação ativa de todos os envolvidos nas decisões (Gaiger, 2003).

A conceituação da Economia Solidária abrange uma diversidade de definições que refletem sua natureza multifacetada. Para Paul Singer (2002), um dos principais teóricos brasileiros sobre o tema, a Economia Solidária é:

[...] um modo de produção baseado na propriedade coletiva dos meios de produção e na autogestão, onde todos os associados participam das decisões e compartilham os resultados. (SINGER, 2002, p. 15)

Essa definição enfatiza a importância da participação democrática e da cooperação como fundamentos desse modelo econômico. França Filho e Laville (2004) ampliam essa concepção ao afirmar que a Economia Solidária engloba práticas econômicas que visam não apenas a geração de renda, mas também a construção de relações sociais baseadas na solidariedade, na reciprocidade e na sustentabilidade. Essa perspectiva destaca a dimensão social e política da Economia Solidária, entendendo-a como um movimento que busca transformar as relações econômicas e sociais em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva.

A Economia Comunitária é um conceito relativamente recente, que surge em resposta às crises globais do capitalismo e à crescente busca por alternativas econômicas mais inclusivas e sustentáveis. Esse termo começou a ganhar relevância nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 2000, com a ampliação das discussões sobre Economia Solidária e desenvolvimento local. Segundo autores como Coraggio (2016) e Laville (2020), a economia comunitária se baseia na ideia de que as comunidades devem se apropriar dos meios de produção e de gestão econômica, organizando suas atividades produtivas de maneira autônoma e solidária.

Diferente da economia de mercado, a economia comunitária prioriza a cooperação em vez da competição, e o bem-estar coletivo em vez do lucro individual. Esse modelo parte do princípio de que o desenvolvimento econômico deve estar a serviço das necessidades humanas e da justiça social, promovendo a redistribuição de riqueza dentro da própria comunidade. Autores como Coraggio (2016) destacam que essa proposta visa, sobretudo, à criação de sistemas econômicos locais, onde a produção, o consumo e a troca de bens e serviços são orientados por princípios éticos e de solidariedade.

O surgimento do termo está diretamente relacionado ao fortalecimento das iniciativas de Economia Solidária e à criação de espaços onde as comunidades podem experimentar formas alternativas de organização econômica Coraggio (2016).

De acordo com Arruda (2009), a Economia Solidária se distingue por promover a economia de forma integrada com os valores sociais e ambientais, priorizando o bem-estar coletivo sobre o lucro individual. Nesse sentido, a Economia Solidária não se limita a uma forma alternativa de organização econômica, mas representa uma proposta de desenvolvimento que integra aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

O desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil está intimamente ligado às crises econômicas e aos movimentos sociais que marcaram o país nas últimas décadas. Na década de 1980, em meio à crise econômica e ao aumento do desemprego, surgiram as primeiras iniciativas de cooperativismo popular e autogestão, como forma de resistência e sobrevivência (Singer, 2002). Essas iniciativas foram impulsionadas pela necessidade de enfrentar o desemprego massivo e a exclusão social decorrentes das políticas econômicas da época. A partir

da década de 1990, com a intensificação das políticas neoliberais e a consequente precarização das relações de trabalho, a Economia Solidária ganhou maior visibilidade e organização.

Movimentos sociais, organizações não governamentais e setores acadêmicos começaram a articular-se em torno desse conceito, promovendo a criação de redes e fóruns de discussão (Oliveira, 2017). A fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em 2002 foi um marco nesse processo, consolidando a articulação nacional das iniciativas solidárias (França Filho; Laville, 2004). Em 2003, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego representou um avanço significativo para o reconhecimento e o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil (Silva; Carneiro, 2014). A SENAES desempenhou um papel fundamental na formulação de políticas públicas, no apoio a empreendimentos solidários e na promoção de programas de formação e capacitação.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), em 2013 havia mais de 19 mil empreendimentos econômicos solidários registrados no Brasil, envolvendo cerca de 1,4 milhão de pessoas (Senaes, 2013). Esses empreendimentos englobam cooperativas, associações, grupos produtivos e outras formas de organização coletiva, atuando em diversos setores como agricultura familiar, artesanato, reciclagem, comércio justo e serviços, entre outros.

De acordo com esses dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), mais da metade dos empreendimentos de Economia Solidária (EES) no Brasil se concentram em áreas rurais, com 54,8% desses empreendimentos localizados em regiões fora dos centros urbanos. Esse levantamento, realizado em 2013, revela também que 34,8% dos EES operam em áreas urbanas, enquanto 10,4% atuam simultaneamente em áreas rurais e urbanas (Silva ; Carneiro, 2016). A predominância de empreendimentos no meio rural está diretamente ligada à importância da agricultura familiar, que utiliza as associações e cooperativas como mecanismos para o beneficiamento e comercialização de sua produção. Silva e Carneiro (2016) também identificam que a maior parte dos EES rurais se encontra nas regiões Nordeste (72%), Centro-Oeste (54%) e Norte (50%), enquanto a Economia Solidária urbana é predominante no Sudeste (61%).

Esses dados evidenciam a diversidade de atuação dos empreendimentos solidários. No meio rural, por exemplo, 85% dos EES estão envolvidos em atividades

de consumo, 65% em trocas solidárias, 62% em finanças solidárias e 52% em produção direta (Silva ; Carneiro, 2016). Por outro lado, nas áreas urbanas, observa-se uma maior incidência de atividades voltadas para prestação de serviços (64%) e comercialização (48%), sendo que a Economia Solidária urbana tem maior protagonismo no Sudeste, como apontado por Vieira (2015).

De acordo com o último mapeamento nacional realizado pelo SIES, em 2020, o Brasil conta com mais de 30 mil empreendimentos econômicos solidários, envolvendo cerca de 2 milhões de pessoas (Sies, 2020). Esses empreendimentos movimentam anualmente aproximadamente R\$15 bilhões, demonstrando seu potencial econômico e social. Setores como a agricultura familiar e a agroecologia têm se destacado dentro da Economia Solidária, contribuindo para a segurança alimentar e a preservação ambiental. Além disso, iniciativas de reciclagem e gestão de resíduos têm promovido a sustentabilidade urbana e a inclusão social de catadores e recicladores (Schneider; Roese, 2018). A Economia Solidária também tem se mostrado resiliente em contextos de crise econômica, oferecendo alternativas de trabalho e renda em situações de desemprego e precarização do trabalho. Durante a pandemia de COVID-19, muitos empreendimentos solidários adaptaram suas atividades, reforçando redes de solidariedade e apoio mútuo (Senaes, 2021).

Os fundamentos que orientam a Economia Solidária são essenciais para compreender sua diferenciação em relação ao modelo capitalista tradicional. Entre os princípios fundamentais, destacam-se a autogestão, em que os empreendimentos são geridos coletivamente pelos trabalhadores, que participam das decisões e compartilham responsabilidades (Singer, 2002), a cooperação, que incentiva a colaboração entre os membros, promovendo a ajuda mútua e o fortalecimento das relações de solidariedade (Teixeira, 2002), a democracia, assegurada por meio de processos decisórios horizontais, garantindo que todos os membros tenham voz ativa (França Filho; Laville, 2004), a solidariedade, que busca promover o bem-estar coletivo, priorizando as necessidades da comunidade e não apenas os interesses individuais (Arruda, 2009), e a sustentabilidade, que reflete o compromisso com práticas que respeitam o meio ambiente e promovem o desenvolvimento sustentável (Schinke; Souza, 2020).

A Economia Solidária se manifesta de diversas formas, refletindo a pluralidade de práticas e iniciativas que compõem esse movimento. Entre as

principais manifestações, destacam-se as cooperativas de produção, que, conforme afirmam Singer (2002) e Schincariol e Nascimento (2015), se sobressaem por seu modelo de gestão democrática, no qual os trabalhadores atuam simultaneamente como proprietários e gestores, compartilhando tanto as responsabilidades quanto os resultados e que incluem cooperativas agrícolas, de produção industrial e de serviços (Singer, 2002; Schincariol; Nascimento, 2015), os empreendimentos autogestionários, empresas recuperadas por trabalhadores que assumem a gestão após falências ou abandono dos antigos proprietários (Gonçalves, 2012; Gaiger, 2013), às associações e grupos produtivos, que promovem a geração de renda por meio de atividades como artesanato, agricultura familiar e reciclagem (Silva, 2016; Alves, 2014), e as feiras de Economia Solidária, espaços de comercialização direta entre produtores e consumidores que promovem o consumo consciente e valorizam os produtos locais (Guerra, 2014; Alves, 2014).

É importante destacar que, embora os dados e resultados demonstrados sejam expressivos, muitos empreendimentos de Economia Solidária ainda enfrentam desafios significativos, como o acesso a crédito e financiamento, dificuldades de comercialização e a concorrência desigual com grandes empresas. Além disso, a falta de reconhecimento institucional e a escassez de políticas públicas voltadas para o setor dificultam a expansão e a sustentabilidade dessas iniciativas (Silva, 2016; Schincariol; Nascimento, 2015).

No entanto, as perspectivas de crescimento são promissoras, com o fortalecimento das redes de articulação, o aumento da conscientização sobre o consumo responsável e a integração com movimentos como a economia circular e colaborativa, que indicam que a Economia Solidária está em expansão e pode se consolidar ainda mais nos próximos anos (Schinke; Souza, 2020).

Investir em formação e capacitação, promover políticas públicas de apoio, incentivar a formalização e o acesso a mercados são ações fundamentais para potencializar o impacto da Economia Solidária. A academia, os governos e a sociedade civil desempenham um papel crucial na promoção e no reconhecimento dessa alternativa econômica. Dessa forma, a Economia Solidária se apresenta como uma proposta concreta de transformação socioeconômica, fundamentada em valores que privilegiam a cooperação, a justiça social e a sustentabilidade.

Ao promover a inclusão social, o desenvolvimento local e a participação democrática, a Economia Solidária contribui para a construção de uma sociedade

mais equitativa e sustentável. Compreender seus fundamentos, trajetórias e práticas é essencial para valorizar e fortalecer esse movimento, que tem o potencial de influenciar positivamente as políticas públicas e as dinâmicas econômicas no Brasil e no mundo.

Já a economia social, como apresentado por Defourny e Nyssens (2010) é um conceito mais difundido em países europeus, destaca-se por incluir organizações como cooperativas, associações e fundações, cujo objetivo principal não é a maximização do lucro, mas a promoção de um desenvolvimento sustentável que beneficie a sociedade como um todo. Defourny e Develtere (1999) destacam que a economia social tem três características principais: a primazia das pessoas sobre o capital, a participação democrática e a distribuição justa dos excedentes. Diferente da Economia Solidária, que se expande principalmente em contextos de exclusão, a economia social está mais consolidada em países onde o estado de bem-estar social e as políticas de proteção ao trabalhador estão mais desenvolvidas, como na França e na Bélgica.

Na América Latina, particularmente no Brasil, o conceito de Economia Popular Solidária se entrelaça com o de Economia Solidária, mas com foco específico nas iniciativas que emergem das populações marginalizadas, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas (Diniz, 2017). Gaiger (2013) aponta que a Economia Solidária é fruto da exclusão estrutural gerada pelo modelo capitalista, em que milhões de pessoas são deixadas à margem dos processos de produção e trabalho formais. Os Bancos Comunitários, as cooperativas de trabalho e as redes de produção artesanal são exemplos de iniciativas que fazem parte da Economia Solidária e que buscam promover a inclusão social e econômica através da autogestão e da solidariedade.

A questão de gênero também aparece de forma destacada no âmbito da Economia Solidária, segundo De Souza e Fausto Júnior (2020), entre os indivíduos engajados em empreendimentos solidários formalizados, 56,4% são homens e 43,6% são mulheres. Entretanto, nos EES informais, essa proporção se inverte significativamente, com 63,2% das mulheres ocupando as posições principais. Esses dados indicam que as mulheres têm um papel fundamental na Economia Solidária, especialmente nas iniciativas informais, que muitas vezes surgem como uma alternativa de geração de renda para grupos excluídos do mercado de trabalho formal.

No Brasil, o crescimento da Economia Solidária tem permitido a expansão de finanças solidárias, como os Bancos Comunitários, que desempenham um papel central na inclusão financeira de populações vulneráveis. Esses bancos operam como instituições financeiras autogestionadas, oferecendo crédito a baixos custos e incentivando o uso de Moedas Sociais locais, como no caso do Banco Palmas, no Ceará, que tem sido pioneiro desde sua criação em 1998. As finanças solidárias têm ganhado cada vez mais relevância, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde as comunidades enfrentam maiores barreiras para acessar o sistema bancário convencional.

Portanto, a Economia Solidária, a Economia Social e a Economia Popular Solidária compartilham valores essenciais como a cooperação, a autogestão e a promoção da justiça social, mas diferem em seus contextos de atuação e objetivos principais. A Economia Solidária destaca-se por sua ênfase na transformação estrutural das relações econômicas, promovendo autogestão e inclusão em comunidades vulneráveis, frequentemente excluídas do sistema financeiro tradicional (Singer, 2002; Lavelle, 2003). Já a economia social é caracterizada por organizações como cooperativas e associações que operam em contextos em que o desenvolvimento econômico já é mais consolidado, buscando equilibrar interesses econômicos e sociais, mas sem necessariamente priorizar comunidades marginalizadas (França Filho; Silva Júnior, 2012). A economia popular solidária, por sua vez, surge como uma resposta direta às condições de exclusão e informalidade enfrentadas pelas populações em situações de pobreza, com foco no fortalecimento de microempreendimentos e práticas comunitárias de subsistência (Gaiger, 2015).

Apesar dessas diferenças, todas essas abordagens convergem em seu compromisso com a construção de uma economia mais justa e inclusiva, alinhada aos princípios de solidariedade e sustentabilidade (França Filho et al., 2012). As práticas financeiras solidárias, como as promovidas pelos Bancos Comunitários, exemplificam essa convergência ao incorporar os princípios de autogestão e cooperação, ao mesmo tempo em que se adaptam às necessidades específicas de cada contexto. Essas iniciativas oferecem caminhos viáveis para o desenvolvimento local e a promoção da equidade econômica, destacando-se como ferramentas importantes na consolidação de modelos econômicos alternativos (Melo, 2023).

Enquanto a Economia Solidária e a Popular Solidária se destacam por seu papel em comunidades excluídas e vulneráveis, a economia social é mais

comumente encontrada em contextos em que o desenvolvimento econômico já é mais consolidado. Essas formas de organização econômica oferecem caminhos viáveis para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, especialmente por meio de práticas financeiras solidárias e sustentáveis, como as promovidas pelos Bancos Comunitários.

Nesse contexto, os Bancos Comunitários e as Moedas Sociais desempenham um papel crucial ao viabilizar a inclusão financeira e fortalecer as economias locais, contribuindo de forma decisiva para a promoção de um desenvolvimento mais sustentável e equitativo. No entanto, apesar de seu potencial transformador, essas iniciativas ainda enfrentam desafios significativos que precisam ser superados para garantir sua eficácia e expansão. No próximo capítulo, apresenta-se a conceituação e serão analisados os principais desafios e impactos que os Bancos Comunitários enfrentam no contexto da Economia Solidária, destacando suas contribuições para o desenvolvimento local e os obstáculos que ainda limitam seu pleno potencial.

3 A CONCENTRAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO TRADICIONAL E SEUS IMPACTOS NA INCLUSÃO FINANCEIRA NO BRASIL

O mercado bancário brasileiro é caracterizado por uma alta concentração. Em 2023, os quatro maiores bancos, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Bradesco, detinham 57,8% das operações de crédito, 57,9% dos depósitos totais e 55,3% dos ativos do segmento bancário (Banco Central do Brasil, 2023). Essa concentração limita a concorrência e pode restringir a oferta de produtos financeiros diversificados e acessíveis, impactando diretamente a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico do país.

Segundo Nakane (2020), a concentração bancária no Brasil resulta em um mercado oligopolizado, onde poucas instituições dominam o setor, reduzindo a capacidade de novos entrantes competirem de forma significativa. Isso se reflete em altas taxas de juros, custos elevados para o consumidor e menor incentivo à inovação nos serviços financeiros. Além disso, Moraes e Bacen (2021) apontam que essa estrutura favorece práticas comerciais que dificultam o acesso ao crédito por pequenos empreendedores e populações de baixa renda, aprofundando desigualdades sociais.

Essa concentração também influencia a distribuição regional dos serviços financeiros. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), cerca de 40% dos municípios brasileiros não possuem agências bancárias físicas, o que afeta principalmente áreas rurais e cidades de pequeno porte. A pesquisa de Araújo e Funchal (2022) destaca que, mesmo com a digitalização dos serviços financeiros, a ausência de infraestrutura bancária tradicional ainda representa uma barreira para milhões de brasileiros que dependem de atendimento presencial para acesso a crédito, pagamentos e outros serviços essenciais.

Outro efeito negativo da concentração bancária é a seletividade na concessão de crédito. Dados do Banco Central do Brasil (2023) indicam que, enquanto grandes empresas acessam crédito com taxas de juros médias de 10% ao ano, micro e pequenas empresas enfrentam taxas superiores a 30%. Segundo Amato e Fantini (2021), esse cenário desestimula o crescimento de pequenos negócios e compromete a geração de empregos, limitando o potencial de desenvolvimento econômico sustentável.

Por outro lado, alguns autores argumentam que a concentração bancária pode trazer benefícios em termos de estabilidade do sistema financeiro. Segundo Pasi e Novaes (2020), bancos maiores possuem maior capacidade de absorver choques econômicos, reduzindo riscos sistêmicos e garantindo a continuidade dos serviços financeiros em períodos de crise. No entanto, essa perspectiva desconsidera que a estabilidade também pode ser construída por meio de sistemas financeiros mais democráticos, descentralizados e conectados a realidades locais. Nesse sentido, torna-se ainda mais relevante a adoção de políticas públicas que incentivem a diversificação e o desenvolvimento de instituições financeiras alternativas, como cooperativas de crédito e Bancos Comunitários (Singer, 2002; Gaiger, 2018).

Diante desse cenário, a alta concentração do mercado bancário brasileiro representa um desafio para a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico do país. Enquanto os grandes bancos dominam o setor e garantem certa estabilidade ao sistema, essa concentração restringe o acesso a crédito e serviços financeiros, principalmente para pequenos empreendedores e populações vulneráveis. Como alternativa, iniciativas como Bancos Comunitários e fintechs voltadas para inclusão financeira podem desempenhar um papel fundamental na democratização do acesso a serviços bancários e na promoção de um modelo mais justo e acessível.

A tabela a seguir apresenta a participação de cada uma dessas instituições nos depósitos totais do sistema financeiro em 2023:

Tabela 1 - A participação nos depósitos totais do sistema financeiro em 2023

Banco	Participação nos Depósitos Totais (%)
Banco do Brasil	15,5
Itaú Unibanco	15,1
Caixa Econômica Federal	13,9
Bradesco	13,4
Bancos médios e regionais	18 a 25
cooperativa de crédito	7,2
Fintechs e bancos digitais	2,0

Fonte: Elaborada pela autora com base em Poder360, (2025), Banco Central do Brasil (2023), Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (2023).

A análise dos dados apresentados na tabela reforça a dominância dos quatro maiores bancos no cenário financeiro nacional, evidenciando a concentração expressiva do mercado. Esse panorama ressalta a necessidade de políticas que incentivem maior diversidade e competitividade no setor, seja por meio do fortalecimento de bancos regionais, da ampliação das cooperativas de crédito ou da criação de regulamentações que favoreçam a atuação de fintechs. A adoção de medidas que promovam um ambiente mais equilibrado pode resultar em melhores condições de acesso ao crédito, redução de custos para consumidores e fomento à inovação, impulsionando, assim, o desenvolvimento econômico do país.

Diante dos desafios impostos pela concentração bancária no Brasil, torna-se evidente a necessidade de alternativas que promovam maior inclusão e acessibilidade no setor financeiro. Embora o atual modelo, dominado por grandes bancos, seja frequentemente associado à estabilidade do sistema financeiro, essa estrutura atualmente seletiva restringe o acesso ao crédito e a outros serviços essenciais, especialmente para pequenos empreendedores e populações vulneráveis. Nesse contexto, a exclusão financeira se apresenta como uma consequência direta desse cenário, dificultando a participação plena de milhões de brasileiros na economia formal. A seguir, exploramos os principais aspectos desse problema, analisando suas causas, impactos e possíveis soluções para ampliar a inclusão financeira no país.

3.1 EXCLUSÃO FINANCEIRA IMPOSTA PELOS BANCOS TRADICIONAIS

A exclusão financeira refere-se à dificuldade ou impossibilidade de determinados segmentos da população acessarem serviços bancários básicos. Embora o Brasil tenha avançado na redução da pobreza, com 8,7 milhões de pessoas saindo dessa condição em 2023 (IBGE, 2023), ainda existem desafios significativos nesse âmbito.

A falta de acesso a serviços bancários básicos impede que muitos brasileiros participem plenamente da economia formal, limitando suas oportunidades de crédito e investimento. Estudo realizado por Pereira e Lana (2015) indica que a inserção de estratégias de combate à exclusão financeira nas políticas antipobreza poderia contribuir significativamente para maior cidadania, bem-estar e inclusão social da população alvo.

Além disso, pesquisa do Banco Central do Brasil (2021) revela que, em março de 2023, havia 15,1 milhões de endividados de risco no país, representando 14,2% do total de tomadores de crédito no Sistema Financeiro Nacional. Esse dado destaca a vulnerabilidade financeira de uma parcela significativa da população, evidenciando a necessidade de maior inclusão financeira.

A exclusão financeira também está intimamente relacionada à desigualdade de renda. De acordo com dados do IBGE (2023), a renda total apropriada pelos 10% com maiores rendimentos foi 3,6 vezes maior do que a renda dos 40% com menores rendimentos. Essa disparidade contribui para a exclusão de parcelas significativas da população do sistema financeiro formal, limitando seu acesso a serviços essenciais.

A análise regional da exclusão financeira no Brasil mostra que o fenômeno não é homogêneo pelo território nacional. Estudo de Souza (2015) aponta que a exclusão financeira possui características regionais distintas, influenciadas por fatores econômicos e sociais locais. Essa variação exige políticas públicas direcionadas que considerem as especificidades de cada região.

A desbancarização, ou seja, o processo pelo qual indivíduos ou famílias deixam de utilizar serviços bancários, é outro fator que agrava a exclusão financeira. Pesquisa de Seven Publicações (2023) indica que 1 em cada 3 brasileiros não se sente incluído financeiramente na sociedade, apesar de 78% da população adulta possuir conta em banco. A percepção de exclusão está fortemente relacionada à ausência de acesso a serviços financeiros adequados às necessidades locais e populares, incluindo o crédito produtivo e orientado, mas também formas seguras de poupança, meios de pagamento acessíveis e instrumentos de apoio à gestão econômica cotidiana.

A exclusão financeira não apenas limita o acesso a serviços bancários, mas também impede que indivíduos e empresas gerenciam eficientemente seus fluxos de renda, patrimônios e utilizem o crédito de forma produtiva. Isso compromete o desenvolvimento econômico, pois reduz a capacidade de investimento e consumo das famílias, além de limitar o crescimento de pequenos negócios.

Portanto, é essencial implementar políticas públicas que promovam a inclusão financeira, garantindo que todos os segmentos da população tenham acesso a serviços bancários adequados às suas necessidades. Tais medidas são

fundamentais para reduzir desigualdades sociais e econômicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

A exclusão financeira imposta pelos bancos tradicionais evidencia a necessidade de alternativas mais acessíveis e inclusivas. A dificuldade enfrentada de milhões de brasileiros em acessar serviços financeiros básicos limita oportunidades de desenvolvimento e perpetua desigualdades sociais. Entre os diversos fatores que compõem esse quadro, destaca-se a restrição ao crédito produtivo, marcada por critérios seletivos rígidos e taxas de juros elevadas, que tornam o financiamento um recurso inacessível para grande parte da população. No próximo tópico, exploramos as barreiras que dificultam a obtenção de crédito no Brasil, analisando os impactos dessa realidade e as possíveis alternativas para ampliar a inclusão financeira no país.

3.2 DESAFIOS NA CONCESSÃO DE CRÉDITO

Souza (2021) apresenta que a concessão de crédito no Brasil apresenta uma série de desafios, principalmente em um contexto marcado pela alta seletividade, elevados custos de financiamento e dificuldades para determinados segmentos da população, como indivíduos de baixa renda, microempreendedores e trabalhadores informais. O acesso ao crédito é um dos principais fatores que limita a inclusão financeira no país, impactando diretamente o crescimento econômico, a geração de empregos e a sustentabilidade dos pequenos negócios (Souza, 2021).

A seletividade na concessão de crédito é uma característica intrínseca ao sistema bancário tradicional, que utiliza critérios rigorosos de análise de risco para determinar quem tem ou não acesso a empréstimos. O relatório de Cidadania Financeira do Banco Central (2021) reforçou a percepção de que produtos financeiros inadequados, reclamados por sua alta seletividade, dificultam a expansão inclusiva do crédito no país. Souza (2021) apresenta que indivíduos de baixa renda, pequenos empreendedores e trabalhadores informais são os mais afetados por essa seletividade, uma vez que possuem pouca ou nenhuma garantia a oferecer e têm um histórico de crédito limitado.

De acordo com a pesquisa realizada por Rodrigues e Oliveira (2022), as instituições financeiras no Brasil geralmente exigem comprovação de renda robustas, como contracheques ou declarações de imposto de renda, o que impede

que aqueles que não possuem vínculos formais de emprego ou negócios estabelecidos acessem crédito. Esse processo seletivo acaba por excluir uma parcela significativa da população de qualquer forma de financiamento, criando uma disparidade no acesso aos serviços bancários.

Além da exclusão devido aos critérios rigorosos, as altas taxas de juros e tarifas bancárias também tornam o crédito inacessível para uma grande parte da população brasileira. O Brasil possui um dos spreads bancários mais elevados do mundo, ou seja, a diferença entre as taxas de juros cobradas nos empréstimos e o custo de captação dos recursos pelos bancos (Banco Central do Brasil, 2023). Em 2023, o spread bancário médio no Brasil foi de aproximadamente 22%, um dos mais altos entre os países em desenvolvimento (Ferreira et al., 2023). Esse elevado custo do crédito é um fator crítico que impacta negativamente a capacidade de consumo das famílias e o crescimento de pequenos negócios, uma vez que dificulta a tomada de empréstimos acessíveis.

A Tabela 2, a seguir, apresenta uma comparação do spread bancário entre o Brasil e outros países, evidenciando a magnitude dessa distorção:

Tabela 2 - Spread bancário médio em países selecionados

País	Spread bancário médio (%)
Brasil	22,00
México	9,5
Argentina	10,8
África do Sul	6,7
Índia	4,1
Chile	3,8
Indonésia	4,9
Estados Unidos	3,0

Fonte: Elaborada pela autora com base em Ferreira et al. (2023)

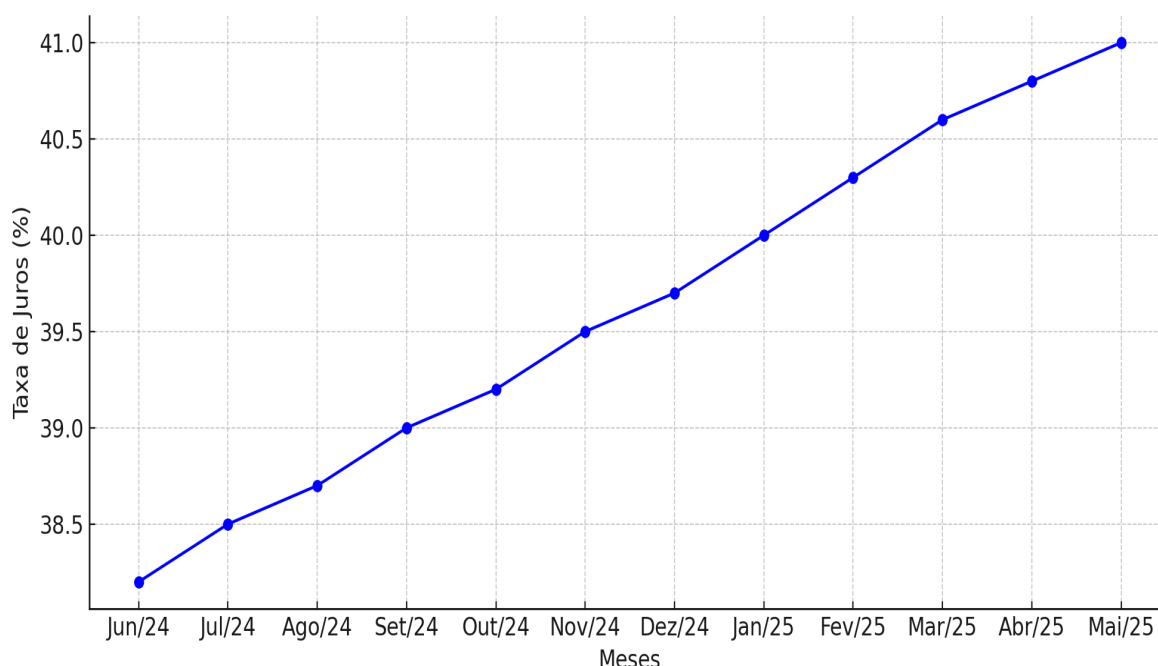
A comparação internacional apresentada na tabela acima, evidencia a posição discrepante do Brasil no que diz respeito ao spread bancário. Com uma

média de 22%, o país apresenta um custo do crédito significativamente superior ao de outras economias emergentes, como Índia, Chile e Indonésia. Essa diferença revela não apenas a seletividade do sistema financeiro nacional, mas também um ambiente de crédito desfavorável para grande parte da população. A manutenção de spreads elevados indica obstáculos estruturais à democratização do crédito, afetando diretamente o consumo, o investimento produtivo e a sustentabilidade dos pequenos negócios. Essa realidade reforça a necessidade de repensar o modelo de intermediação financeira vigente, especialmente no que diz respeito à sua função social e ao papel das instituições financeiras na promoção do desenvolvimento inclusivo (Ferreira et al., 2023).

A elevada taxa de juros no Brasil tem efeitos econômicos profundos. Segundo Silva (2023), a alta taxa de juros impede que as famílias acessem crédito acessível para consumo, ao mesmo tempo em que restringe o financiamento para investimentos por parte das pequenas empresas. Para os pequenos negócios, que já enfrentam dificuldades em relação ao acesso ao crédito, as taxas elevadas tornam os empréstimos uma alternativa pouco atraente, prejudicando o crescimento e a geração de empregos. Este fenômeno também acentua a desigualdade social e econômica no país, pois os mais pobres acabam por ser os mais afetados por essas condições.

A seguir, apresentamos o gráfico que ilustra a evolução das taxas médias de juros cobradas em operações de crédito pessoal no Brasil, destacando o impacto das altas taxas de juros e tarifas bancárias no acesso ao crédito.

Gráfico 1 - Taxas médias de juros em operação de crédito pessoal no Brasil (2024/2025)



Fonte: Elaborada pela autora com base em Banco Central do Brasil, 2025

A análise das taxas de juros no Brasil evidencia um cenário de encarecimento do crédito, especialmente para pequenos comerciantes e indivíduos de baixa renda. Esse fenômeno decorre de diversos fatores estruturais, como a elevada concentração bancária, a assimetria de informações entre instituições financeiras e tomadores de crédito, e o alto risco percebido pelas instituições em relação a esse público. Além disso, a ausência de garantias reais e o histórico limitado de acesso ao sistema financeiro formal elevam o custo das operações de crédito, levando as instituições a aplicar taxas de juros mais altas como forma de compensar o risco de inadimplência (Bastos,2025). Como consequência, o acesso ao crédito torna-se restrito e oneroso justamente para os segmentos mais vulneráveis da população, aprofundando desigualdades econômicas e limitando o potencial de desenvolvimento local.

O gráfico apresentado ilustra a elevação constante das taxas médias de crédito pessoal, que oscilaram entre 37% e 40,4% ao longo de 2024/2025, dificultando ainda mais o acesso a financiamentos para a população economicamente vulnerável. Esse quadro reforça a necessidade de alternativas

financeiras mais acessíveis e alinhadas às necessidades das comunidades, promovendo inclusão e desenvolvimento local.

Diante desse cenário, torna-se essencial a busca por soluções alternativas que democratizam o acesso ao crédito e promovam o desenvolvimento local.

3.3 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO COMBATE À EXCLUSÃO FINANCEIRA

Algumas iniciativas têm surgido com o intuito de mitigar esses desafios e ampliar o acesso ao crédito para os setores excluídos do sistema financeiro tradicional. Os Bancos Comunitários, por exemplo, apresentam um modelo de concessão de crédito mais inclusivo e com custos mais baixos, focado em promover o desenvolvimento local e apoiar pequenos empreendedores e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Esses bancos buscam estabelecer relações de confiança com a comunidade e oferecem crédito com base no histórico social e no compromisso de pagamento, ao invés de depender exclusivamente de garantias materiais ou comprovação de renda formal (Martins, 2020).

Uma das experiências mais reconhecidas internacionalmente na promoção do microcrédito como ferramenta de combate à exclusão financeira é a do economista Muhammad Yunus, idealizador do Grameen Bank, em Bangladesh. Fundado na década de 1970, o Grameen Bank propôs um modelo inovador de crédito sem garantias reais, voltado especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade.

A proposta baseia-se na confiança e em mecanismos de solidariedade entre os membros da comunidade, com altos índices de adimplência. Essa experiência demonstrou que o acesso ao crédito, mesmo em pequena escala, pode gerar impactos significativos na autonomia econômica das populações marginalizadas, promovendo desenvolvimento local e inclusão social. O reconhecimento dessa iniciativa foi consagrado com a concessão do Prêmio Nobel da Paz a Muhammad Yunus em 2006, reforçando a importância do microcrédito como instrumento de transformação social (Bovo, 2009).

O sistema de crédito no Brasil, embora tenha avançado em alguns aspectos, ainda enfrenta desafios consideráveis que impedem o acesso de grandes parcelas da população. A exclusão financeira, causada pela seletividade na concessão de

crédito e pelas altas taxas de juros, representa um obstáculo para o crescimento econômico e para a redução das desigualdades sociais. Além disso, as características do mercado bancário tradicional, como a concentração e a falta de competição, contribuem para a manutenção dessas dificuldades.

A concessão de crédito, em seu modelo atual, é focada em grupos com maior poder aquisitivo e capacidade de pagamento. No entanto, a inclusão financeira, entendida como o acesso a crédito de baixo custo e adequado à realidade da população, é uma medida essencial para promover o desenvolvimento sustentável.

Além dos Bancos Comunitários, destacam-se exemplos como as cooperativas de crédito solidário, os fundos rotativos solidários, os clubes de troca e as fintechs sociais, que oferecem soluções digitais para microcrédito a populações vulneráveis (SANTOS, 2022). Essas iniciativas demonstram que é possível construir modelos financeiros mais justos, que respondam às demandas sociais sem comprometer a sustentabilidade econômica, pois podem desempenhar um papel necessário na superação das barreiras impostas pelo sistema bancário tradicional, ao oferecer crédito mais acessível, com critérios mais flexíveis e com um foco no desenvolvimento local e social.

Os desafios representados pela concentração de mercado, a exclusão financeira, as barreiras no acesso ao crédito e a exclusão digital, não afetam os bancos tradicionais como obstáculos a serem superados, mas são, em grande medida, consequências de uma lógica financeira orientada pela maximização dos lucros. Nesse modelo, a priorização de segmentos mais rentáveis do mercado acaba por aprofundar as desigualdades e comprometer a democratização do acesso aos serviços financeiros (Freitas, 2010). A exclusão financeira, conforme destacado por Diniz, Birochi e Pozzebon (2012), não se limita apenas à falta de acesso a contas bancárias, mas também envolve dificuldades na obtenção de crédito e na participação plena em atividades econômicas que exigem serviços financeiros. Além disso, estudos como os de Amato e Fantini (2021) ressaltam que a alta concentração bancária no Brasil agrava essas desigualdades, ao limitar a concorrência e contribuir para a manutenção de taxas de juros elevadas, o que torna o acesso ao crédito ainda mais difícil para as camadas mais vulneráveis da população.

Embora a digitalização dos serviços bancários tenha representado um avanço significativo para o setor, ela não tem sido suficiente para garantir uma inclusão

financeira equitativa. Villalba e Ponce (2020) destacam que a dependência excessiva de plataformas digitais pode agravar desigualdades, uma vez que uma parte significativa da população ainda enfrenta dificuldades de acesso à internet e à alfabetização digital. O Banco Mundial (2022) aponta que, mesmo com o crescimento de bancos digitais e fintechs, cerca de 16% dos brasileiros adultos continuam sem acesso a serviços financeiros formais, evidenciando a persistência de desafios estruturais que necessitam ser enfrentados de maneira mais eficaz.

Outro fator crítico é a seletividade na concessão de crédito. A lógica de risco adotada pelos bancos tradicionais, conforme apontado por Moraes e Bacen (2021), favorece grandes empresas e clientes de alta renda, enquanto pequenos empreendedores e trabalhadores informais são marginalizados. Dados do Banco Central (2023) corroboram essa análise, ao revelar que enquanto as grandes empresas acessam crédito com taxas médias de juros de 10% ao ano, micro e pequenas empresas enfrentam taxas superiores a 30%, o que evidencia uma grave desigualdade no acesso ao capital produtivo.

Diante desse panorama, autores como Melo (2024), Singer (2018), França Filho (2022), Gaiger (2018) e Diniz, Silva (2023), Birochi e Pozzebon (2012) defendem a necessidade de um modelo financeiro mais inclusivo e descentralizado. Singer (2002) argumenta que a democratização do crédito e o fortalecimento de mecanismos financeiros solidários são essenciais para a redução das desigualdades e para o fomento ao desenvolvimento local. Nesse contexto, Gaiger (2018) ressalta que os Bancos Comunitários representam uma alternativa viável, pois operam com base nos princípios da Economia Solidária e oferecem maior flexibilidade para atender às necessidades específicas das comunidades, além de promoverem a inclusão de grupos tradicionalmente excluídos do sistema financeiro formal.

Portanto, a persistência dos desafios do sistema bancário tradicional reforça a importância de se explorar alternativas inovadoras, como os Bancos Comunitários e as plataformas financeiras solidárias. Esses modelos, ao priorizarem a inclusão social e a sustentabilidade econômica, não apenas contribuem para a criação de um sistema financeiro mais equitativo e acessível, mas também desempenham um papel fundamental na promoção de um desenvolvimento mais justo e inclusivo, alinhado aos princípios da Economia Solidária.

Diante das limitações do sistema bancário tradicional e da necessidade de alternativas mais inclusivas, os Bancos Comunitários surgem como instrumentos

essenciais para a promoção da Economia Solidária. Esses bancos não apenas ampliam o acesso ao crédito para populações historicamente excluídas, mas também fortalecem redes produtivas locais, fomentam o consumo consciente e incentivam práticas financeiras baseadas na cooperação e no desenvolvimento sustentável. No próximo tópico, será analisada a relevância dos Bancos Comunitários na promoção da Economia Solidária, destacando seu impacto na geração de renda, no fortalecimento da autonomia das comunidades e na construção de um sistema financeiro mais justo e acessível.

4 A RELEVÂNCIA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NA PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Enquanto os bancos tradicionais desempenham um papel central no sistema financeiro, sua estrutura altamente concentrada e seletiva restringe o acesso ao crédito e a outros serviços essenciais para uma parcela significativa da população. As altas taxas de juros, a burocracia e a digitalização excludente impõem barreiras que aprofundam as desigualdades econômicas e sociais.

[...] o sistema financeiro é extremamente excludente. Bancos não foram feitos para incluir, só para dar lucro. Eles viram uma barreira para as pessoas pobres que querem trabalhar, ter um negócio (Melo Neto, 2023, p. 45).

Nesse contexto, os Bancos Comunitários emergem como uma alternativa inovadora, atuando diretamente no combate à exclusão financeira e promovendo o desenvolvimento local. Ao contrário das instituições tradicionais, esses bancos adotam uma lógica baseada na Economia Solidária, priorizando relações de proximidade, inclusão social e financiamento produtivo voltado para pequenos empreendedores e trabalhadores informais. Rocha (2022) destaca que os Bancos Comunitários podem ser uma alternativa de auto-organização a partir das finanças solidárias, preparando o terreno para uma saída das práticas financeiras excludentes.

Os Bancos Comunitários surgem como uma das principais inovações no âmbito da Economia Solidária, desempenhando um papel na promoção do desenvolvimento local. (Melo Neto; Magalhães, 2006). Surgindo como uma resposta às limitações do sistema financeiro convencional, oferecendo alternativas que vão além da inclusão financeira formal, promovendo a organização comunitária e o desenvolvimento local. Fundamentados nos princípios da Economia Solidária, esses bancos desempenham um papel necessário na geração de trabalho e renda para populações vulneráveis, ao criar instrumentos de crédito acessíveis e inovadores, como as Moedas Sociais.

De acordo com França Filho (2012), os Bancos Comunitários transcendem o simples papel de intermediadores financeiros, ao fomentar redes de produção,

comercialização e consumo locais, colaborando para a reestruturação econômica de comunidades de baixa renda.

Estudos como os de Melo Neto e Magalhães (2008) e Raposo e Faria (2015) destacam que os Bancos Comunitários são especialmente relevantes em comunidades com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Nessas localidades, as iniciativas dos Bancos Comunitários permitem que a riqueza gerada dentro da própria comunidade circule localmente, evitando sua fuga para grandes centros comerciais, e contribuindo diretamente para o fortalecimento da economia local. A estratégia adotada por esses bancos inclui, entre outras práticas, o uso de Moedas Sociais, a concessão de microcrédito solidário e a promoção de feiras com produtores locais, conforme detalhado por França Filho e Cunha (2009).

Diferentemente das instituições bancárias tradicionais, que operam com o objetivo de maximizar lucros, os Bancos Comunitários são concebidos para atender às necessidades econômicas e sociais das comunidades onde estão inseridos, promovendo a autogestão e a cooperação como princípios fundamentais de sua atuação (Laville, 2004). Esses bancos são geridos coletivamente pela comunidade, que participa ativamente das decisões operacionais e estratégicas, o que assegura que os serviços financeiros oferecidos estejam alinhados às demandas locais e contribuam diretamente para a sustentabilidade econômica e social da região.

Segundo Laville (2004), os Bancos Comunitários devem ser compreendidos como instituições que vão além do fornecimento de crédito, atuando como catalisadores do desenvolvimento comunitário, por meio da criação de redes de solidariedade e apoio mútuo. Eles emergem como uma resposta às falhas do sistema financeiro tradicional, que historicamente tem excluído parcelas significativas da população de baixa renda, sobretudo em áreas periféricas e rurais. Ao oferecer acesso a serviços financeiros adaptados à realidade local, os Bancos Comunitários não apenas promovem a inclusão financeira, mas também incentivam a circulação da riqueza dentro das próprias comunidades, fortalecendo o comércio local e criando um ciclo econômico autossustentável (Singer, 2014).

A criação do primeiro Banco Comunitário no Brasil, o Banco Palmas, em 1998, foi um marco importante na consolidação desse modelo no país. (França Filho, 2012). Localizado no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, o Banco Palmas foi pioneiro na implementação de um sistema de crédito voltado para o desenvolvimento local, utilizando a Moeda Social "Palma" como meio de troca exclusivo da comunidade. A

experiência do Banco Palmas serviu de referência para a criação de outros Bancos Comunitários em diferentes regiões do Brasil, mostrando que é possível integrar inclusão financeira, desenvolvimento econômico e justiça social em uma única iniciativa (Melo, 2023).

Essa metodologia de atuação foi replicada em diversas regiões do Brasil e se consolidou como uma prática eficiente para estimular o desenvolvimento endógeno. De acordo com dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2020), os Bancos Comunitários estão presentes em 20 estados e 37 municípios brasileiros, totalizando 114 Bancos Comunitários até este ano. O crescimento contínuo dessas iniciativas é um indicativo da sua eficácia em promover inclusão social e desenvolvimento local, especialmente em regiões com pouca infraestrutura financeira. (França Filho, 2012).

Outro aspecto relevante dos Bancos Comunitários é o fato de se organizarem em torno de redes de solidariedade, baseadas em princípios de confiança e reciprocidade entre os moradores. Como destaca Silva Júnior (2016), os empréstimos concedidos por esses bancos não seguem os critérios rígidos do sistema financeiro tradicional, como a exigência de garantias formais ou análise de crédito. Em vez disso, a avaliação de crédito é realizada com base nas relações de vizinhança e na confiança mútua entre os membros da comunidade. Esse aspecto social torna o modelo dos Bancos Comunitários particularmente inovador, pois combina o acesso ao crédito com a coesão social, promovendo uma redistribuição mais equitativa da riqueza local.

Conforme França Filho (2004), os Bancos Comunitários podem ser considerados parte de uma rede de iniciativas que compõem a Economia Solidária, desempenhando um papel crucial no fortalecimento das economias locais. Essas instituições atuam diretamente na promoção de novas formas de economia, baseadas em princípios de reciprocidade e solidariedade, ao mesmo tempo em que proporcionam serviços financeiros mais acessíveis e adaptados às necessidades das populações locais. Através de seu sistema de crédito e de Moedas Sociais, os Bancos Comunitários contribuem significativamente para o fortalecimento do comércio e da produção local, gerando trabalho e renda para os membros da comunidade.

O diferencial dos Bancos Comunitários reside na sua capacidade de promover uma autogestão financeira que não se limita à oferta de crédito, mas que também

incentiva a participação ativa dos membros da comunidade em todo o processo de tomada de decisão.

Nesse sentido, essas instituições não apenas viabilizam o acesso ao crédito, mas promovem a autonomia das comunidades, ao integrar os princípios da Economia Solidária, como a cooperação e a solidariedade, em suas práticas diárias (Laville, 2004; Singer, 2002). Ao proporem uma gestão coletiva dos recursos financeiros, os Bancos Comunitários permitem que a riqueza gerada permaneça dentro da comunidade, criando um ciclo virtuoso que fomenta o desenvolvimento local sustentável.

Além disso, os Bancos Comunitários têm se mostrado instrumentos eficazes na promoção da justiça social e na mitigação da exclusão financeira. Em um cenário onde o acesso ao crédito formal é muitas vezes restrito, essas instituições oferecem alternativas viáveis para populações que não têm acesso ao sistema bancário tradicional. Segundo Singer (2014), essas instituições funcionam como agentes de transformação social, ao proporcionar crédito acessível e adaptado às realidades das comunidades locais. Dessa forma, os Bancos Comunitários contribuem diretamente para a inclusão financeira e o fortalecimento da economia popular, ao mesmo tempo em que promovem a justiça social por meio de suas práticas solidárias.

Diante disso, pode-se afirmar que os Bancos Comunitários desempenham um papel de destaque na promoção da Economia Solidária, ao integrar as dimensões econômicas e sociais de maneira equilibrada. Ao garantir o acesso ao crédito e promover o desenvolvimento local, essas instituições possibilitam que comunidades marginalizadas tenham a oportunidade de participar ativamente da economia, fortalecendo suas redes de solidariedade e criando um ambiente mais justo e sustentável. No entanto, é importante ressaltar que, apesar de seu potencial transformador, os Bancos Comunitários enfrentam uma série de desafios que limitam sua expansão e sustentabilidade, como o acesso a políticas públicas adequadas, a competição com o sistema financeiro tradicional e a necessidade de maior apoio institucional.

Esses desafios e os impactos das práticas dos Bancos Comunitários serão explorados com maior profundidade no próximo tópico, com o objetivo de analisar sua atuação no contexto da Economia Solidária, identificando tanto as barreiras quanto às oportunidades que essas instituições enfrentam no cumprimento de seus

objetivos. A análise permitirá compreender como essas instituições podem ser fortalecidas, para que possam continuar a desempenhar seu papel fundamental no desenvolvimento das economias locais e na promoção da justiça social.

A Moeda Social é outro instrumento de grande relevância na atuação dos Bancos Comunitários. Conforme observado por Maturana, Costa e Kohler (2018), as Moedas Sociais desempenham um papel estratégico para a dinamização da economia local, ao incentivar o consumo e a circulação de recursos dentro da própria comunidade. Esse tipo de moeda é utilizado exclusivamente pelos comerciantes e consumidores locais, criando um ciclo econômico que fortalece os pequenos negócios e reduz a dependência de grandes redes de distribuição.

A relevância dos Bancos Comunitários também se reflete na agenda de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades sociais. De 2004 até aproximadamente 2006, o governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), fomentou a expansão dos Bancos Comunitários em todo o Brasil por meio de apoio técnico, articulação institucional e financiamento de projetos pilotos, em parceria com o Instituto Banco Palmas (Rede Brasileira, 2006). Essa colaboração resultou na criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, cuja função é apoiar tecnicamente e operacionalmente a implantação de novos Bancos Comunitários, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade social (Rede Brasileira, 2006). A política pública implementada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), por meio do Programa Nacional de Fomento aos Bancos Comunitários, no início dos anos 2000, consistiu em um programa de fomento institucional aos Bancos Comunitários, baseado no apoio técnico-financeiro para sua criação, capacitação de gestores comunitários, produção de materiais pedagógicos e articulação em rede. Essa política foi essencial para legitimar os Bancos Comunitários como instrumentos de inclusão financeira dentro do campo da Economia Solidária, pois permitiu sua inserção em agendas governamentais e favoreceu o reconhecimento dessas instituições como alternativas viáveis ao sistema bancário tradicional. Como destacam França Filho e Laville (2004), esse apoio estatal estruturado garantiu maior visibilidade e sustentabilidade às iniciativas locais, contribuindo para sua replicação em diversas regiões do país. A consolidação dos Bancos Comunitários também se deu por meio de sua institucionalização na forma da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, fortalecendo sua articulação

nacional e capacidade de incidência política.

Segundo um estudo realizado por Lucena (2013), os Bancos Comunitários não apenas aumentam o acesso ao crédito para pequenos empreendimentos solidários, mas também fortalecem a economia local, gerando empregos e criando redes de apoio comunitário. No caso do Banco Solidário de Gostoso, no Rio Grande do Norte, por exemplo, a introdução da Moeda Social "Gostoso" foi acompanhada de um aumento de 30% no volume de negócios locais, com impactos diretos na geração de emprego e na melhoria das condições de vida da população (Lucena, 2013).

Por fim, a relevância dos Bancos Comunitários está ligada à sua capacidade de criar modelos de desenvolvimento endógeno, que valorizam os recursos e as potencialidades locais, em vez de depender exclusivamente de intervenções externas. O modelo dos Bancos Comunitários, como argumentam Raposo e Faria (2015), é replicável em diferentes contextos e tem o potencial de transformar comunidades inteiras ao promover práticas econômicas solidárias, sustentáveis e inclusivas. Essas características tornam os Bancos Comunitários uma alternativa viável ao modelo de desenvolvimento tradicional, que muitas vezes ignora as especificidades e as necessidades das comunidades vulneráveis.

4.1 DESAFIOS E IMPACTOS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA ECONOMIA MAIS JUSTA

Os Bancos Comunitários têm se consolidado como instrumentos fundamentais para promover o desenvolvimento local e a inclusão socioeconômica, especialmente em comunidades com acesso limitado ao sistema financeiro tradicional. Autores como França Filho (2017) e Moraes (2020) ressaltam que essas instituições, por meio de Moedas Sociais e práticas de autogestão, oferecem um modelo de economia descentralizada, adaptado às realidades locais. No entanto, sua atuação enfrenta desafios significativos que comprometem sua sustentabilidade e expansão. Esses desafios estão relacionados à falta de apoio institucional, limitações de infraestrutura tecnológica, dificuldades de acesso a capital e questões de sustentabilidade financeira.

Um dos principais obstáculos enfrentados pelos Bancos Comunitários é a falta de apoio institucional contínuo. Embora o governo federal, por meio da Secretaria

Nacional de Economia Solidária (SENAES), tenha criado programas para apoiar o desenvolvimento dessas instituições, o suporte tem sido insuficiente e inconsistente ao longo dos anos (França Filho, 2012). Além disso, muitas dessas iniciativas carecem de um marco regulatório que lhes dê segurança jurídica e operacional, o que dificulta a atração de investimentos e a formalização de parcerias mais robustas com o setor público e privado. De acordo com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2020), a ausência de uma política pública estruturada para a Economia Solidária é uma das maiores barreiras à expansão dessas instituições, que acabam dependendo de esforços locais e voluntários.

Outro obstáculo é a resistência das instituições financeiras tradicionais, que enxergam os Bancos Comunitários como alternativas não convencionais. Singer (2009) observa que esses bancos apresentam um modelo que desafia o sistema financeiro hegemônico, o que muitas vezes resulta em falta de reconhecimento formal e de apoio institucional. Além disso, a ausência de um marco regulatório específico para Bancos Comunitários e Moedas Sociais gera insegurança jurídica, dificultando a operação dessas iniciativas em diversas regiões do Brasil (França Filho e Silva Junior, 2021).

Segundo Maturana, Costa e Kohler (2018), a falta de um fundo rotativo sólido é um dos principais fatores que fragilizam a operação dos Bancos Comunitários, dificultando a concessão de microcréditos e restringindo o impacto econômico dessas instituições. Além disso, a maioria dos Bancos Comunitários não têm acesso a grandes fontes de financiamento, o que os torna vulneráveis à escassez de recursos.

A infraestrutura tecnológica deficiente também é um obstáculo significativo para os Bancos Comunitários. Muitos desses bancos ainda operam de forma manual, com processos que comprometem a eficiência e a transparência na gestão dos recursos. A falta de tecnologia digital adequada para a administração financeira e para a concessão de crédito é um fator que dificulta o crescimento dessas instituições. França Filho (2012) sugere que a adoção de plataformas digitais pode melhorar significativamente a gestão interna dos Bancos Comunitários, permitindo maior controle sobre os empréstimos concedidos, além de facilitar o acompanhamento do impacto econômico nas comunidades.

As barreiras regulatórias também desempenham uma limitação na expansão dos Bancos Comunitários. Embora algumas iniciativas sejam reconhecidas

localmente, a falta de clareza nas leis que regulamentam a emissão e circulação de Moedas Sociais prejudica o impacto dessas práticas. Essa incerteza legal impede que os Bancos Comunitários ampliem seu alcance e fortaleçam as economias locais, especialmente em comunidades que mais necessitam dessas soluções financeiras.

Por outro lado, os impactos positivos dos Bancos Comunitários são claros. A plataforma E-Dinheiro, que é amplamente utilizada para facilitar transações com Moedas Sociais e integra diversas iniciativas de Bancos Comunitários no Brasil, revela que existem aproximadamente 130 Bancos Comunitários em operação. Essas instituições utilizam Moedas Sociais para promover o desenvolvimento local, estimulando o comércio dentro das comunidades e fortalecendo as redes de produção e consumo locais. Segundo a E-Dinheiro (2024), o uso dessas Moedas Sociais nas comunidades tem gerado um aumento expressivo nas transações locais, com impacto positivo direto na economia comunitária. Entre 2018 e 2024, foram movimentados cerca de R\$3 bilhões apenas no município de Maricá, um valor que corresponde a 20% da economia local. Este aumento substancial no uso de Moedas Sociais em Maricá reflete o impacto positivo na economia comunitária, principalmente através da circulação dessas moedas que promovem a inclusão financeira e o fortalecimento dos negócios locais (Guerra, 2022; Mendonça, 2024)

Os números mostram que as transações locais geradas por Moedas Sociais, como a Mumbuca, têm crescido expressivamente, ampliando a capacidade dessas moedas de fomentar o comércio interno e gerar desenvolvimento sustentável nas comunidades. (Guerra, 2022; Mendonça, 2024)

Além de fortalecer as economias locais, os Bancos Comunitários desempenham um papel de inclusão financeira. Ao oferecer crédito com condições acessíveis, como baixas taxas de juros e sem a necessidade de garantias tradicionais, eles ampliam o acesso a recursos financeiros para comerciantes locais e famílias de baixa renda (Morais, 2020). Essa inclusão financeira promove o desenvolvimento de pequenos negócios e gera oportunidades de trabalho e renda, contribuindo para a redução das desigualdades sociais.

Para que os Bancos Comunitários possam superar os desafios e maximizar seu impacto, é essencial promover uma maior integração com o poder público. Conforme argumentava Singer (2009), políticas públicas que reconheçam e regulamentem essas iniciativas são fundamentais para garantir sua sustentabilidade

a longo prazo. Um marco regulatório específico, que legitime a emissão e circulação de Moedas Sociais, facilitaria o acesso a recursos e proporcionaria maior segurança jurídica às operações dos Bancos Comunitários.

Anos depois houve avanços importantes, especialmente no que diz respeito à regulamentação e apoio governamental. Um marco crucial foi a Lei nº 12.865/2013, que regulamentou os arranjos de pagamento no Brasil, permitindo que as Moedas Sociais circulassem legalmente no país. Esse marco regulatório facilitou o acesso dos Bancos Comunitários a recursos e serviços financeiros, conferindo maior segurança jurídica e estabilidade às suas operações (Guerra, 2022; Mendonça, 2024).

Além disso, adotar abordagens adaptativas que levem em consideração as particularidades culturais e socioeconômicas de cada comunidade. França Filho (2017) defende que os Bancos Comunitários devem ajustar suas práticas às realidades locais, maximizando seu impacto no desenvolvimento sustentável das economias comunitárias. Essa adaptação permite que as soluções financeiras oferecidas por esses bancos sejam eficazes e alinhadas às necessidades específicas de cada contexto.

Assim, os Bancos Comunitários, apesar dos desafios institucionais e regulatórios, continuam a desempenhar um papel vital na promoção da Economia Solidária. Com o suporte adequado de políticas públicas e ferramentas tecnológicas como a plataforma E-Dinheiro, essas instituições podem continuar a expandir seu impacto, promovendo a inclusão financeira e o desenvolvimento local sustentável (E-Dinheiro, 2024).

Diante dos desafios apresentados, fica claro que, apesar das barreiras institucionais, regulatórias e culturais, os Bancos Comunitários têm demonstrado um potencial significativo para transformar as economias locais e promover a inclusão financeira nas comunidades onde atuam. Seu impacto positivo, especialmente através do uso de Moedas Sociais e da plataforma E-Dinheiro, reflete a importância de fortalecer essas iniciativas e garantir que possam superar os obstáculos que enfrentam. No entanto, além de reconhecer essas dificuldades, é fundamental explorar as oportunidades de crescimento e fortalecimento dessas instituições, visando sua sustentabilidade e expansão.

Por fim, Melo Neto e Magalhães (2008) argumentam que o maior desafio enfrentado pelos Bancos Comunitários está relacionado à sustentabilidade

financeira. A maioria dessas instituições depende de Moedas Sociais e de microcréditos com juros baixos para gerar receita, o que muitas vezes não é suficiente para cobrir os custos operacionais. Apresentam também que sem uma diversificação nas fontes de receita, os Bancos Comunitários enfrentam dificuldades para se manter no longo prazo. A sustentabilidade financeira dos Bancos Comunitários requer não apenas uma estratégia de geração de crédito e consumo local, mas também o desenvolvimento de parcerias com o setor público e privado, além de políticas públicas que incentivem a Economia Solidária de forma mais ampla.

Além disso, o contexto pandêmico trouxe novos desafios para os Bancos Comunitários. Segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2020), durante a pandemia de COVID-19, muitas dessas instituições enfrentam dificuldades para manter suas operações, devido à retração econômica e à redução da capacidade de consumo das comunidades. A falta de um sistema de suporte emergencial adequado para o setor solidário deixou essas instituições ainda mais vulneráveis, comprometendo suas atividades.

Em resumo, os principais desafios enfrentados pelos Bancos Comunitários na promoção da Economia Solidária incluem a falta de apoio institucional, a escassez de capital, a deficiência tecnológica e a sustentabilidade financeira limitada. Superar essas barreiras é essencial para que os Bancos Comunitários possam expandir suas operações e continuar a promover o desenvolvimento econômico local de forma inclusiva e sustentável.

Nesse sentido, o próximo tópico de análise foca em avaliar, de maneira detalhada, o impacto social e econômico dos Bancos Comunitários nas comunidades vulneráveis, destacando como essas iniciativas têm contribuído para a promoção da justiça social e a redução de desigualdades.

4.2 O IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO DE BANCOS COMUNITÁRIOS EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS

Os Bancos Comunitários são uma inovação dentro da Economia Solidária, proporcionando inclusão financeira e desenvolvimento local em comunidades vulneráveis. Sua relevância social e econômica se dá pela capacidade de mobilizar recursos locais, reduzir desigualdades e criar redes de apoio econômico em regiões

onde o acesso a serviços bancários tradicionais é limitado ou inexistente. Este subtópico buscará analisar detalhadamente o impacto social e econômico dessas instituições, com base em estudos recentes, dados empíricos e exemplos concretos de comunidades beneficiadas. Desde sua criação, os Bancos Comunitários têm apresentado impactos significativos tanto no âmbito social quanto econômico, fortalecendo o comércio local, gerando renda e promovendo a justiça social.

A gestão interna dos Bancos Comunitários é um dos pilares fundamentais para o sucesso e a sustentabilidade dessas instituições. Diferente de bancos convencionais, os Bancos Comunitários são geridos de forma participativa e democrática, com forte envolvimento da própria comunidade. França Filho (2012) destaca que uma das principais características dos Bancos Comunitários é a presença de comitês comunitários que supervisionam a concessão de crédito e a gestão dos recursos, garantindo que as decisões sejam tomadas de forma coletiva e transparente.

Essa estrutura de governança é baseada em princípios de autogestão, um conceito central na Economia Solidária, onde os próprios beneficiários participam ativamente da gestão da instituição. Isso permite que o banco atue diretamente nas necessidades da comunidade e responda rapidamente a mudanças econômicas e sociais. No entanto, Neiva (2017) aponta que a falta de capacitação técnica dos gestores comunitários pode ser um desafio, afetando a eficiência e a sustentabilidade de longo prazo.

Um estudo sobre o Banco Palmas (França Filho, 2012) ilustra a importância da gestão interna participativa. O banco utiliza um Conselho Gestor composto por membros da comunidade para avaliar as concessões de crédito, com base em critérios que consideram tanto a viabilidade econômica quanto o impacto social do empréstimo. Essa abordagem permite um controle social mais próximo e uma distribuição mais justa dos recursos, alinhada com os princípios da Economia Solidária.

O impacto social dos Bancos Comunitários se manifesta principalmente na inclusão de populações que estão à margem do sistema financeiro tradicional. De acordo com Neiva (2017), os Bancos Comunitários oferecem uma oportunidade única de acesso ao crédito para trabalhadores informais, pequenos produtores e empreendedores de baixa renda, que muitas vezes não possuem garantias formais exigidas pelos bancos tradicionais.

Um dos maiores impactos sociais observados é o empoderamento das mulheres. Estudos de Souza e Fausto Júnior (2020) indicam que, em comunidades rurais, mais de 60% dos beneficiários dos microcréditos concedidos pelo Bancos Comunitários são mulheres, especialmente aquelas envolvidas na economia popular solidária. Esse dado é consistente com as conclusões de França Filho (2012), que observa que as mulheres tendem a utilizar o crédito para fortalecer negócios familiares, aumentar a renda familiar e melhorar as condições de vida de seus filhos. O empoderamento financeiro das mulheres por meio dos Bancos Comunitários também promove um impacto mais amplo na coesão social, ao fortalecer suas posições de liderança em empreendimentos comunitários (Munhoz et al., 2025)

Tabela 3 - Distribuição dos beneficiários de microcrédito em Bancos Comunitários por gênero (2020)

Gênero	Percentual (%)
Mulheres	62%
Homens	38%

Fonte: De Souza e Fausto Júnior (2020)

Outro aspecto crucial do impacto social do Bancos Comunitários é a criação de redes de solidariedade. Maturana, Costa e Kohler (2018) destacam que o modelo de crédito solidário, onde o processo de concessão de empréstimos é realizado com base na confiança e na avaliação comunitária, promove laços de apoio mútuo dentro das comunidades. Essas redes desempenham um papel vital na redução da vulnerabilidade social, pois incentivam a cooperação e o compartilhamento de recursos entre os membros da comunidade.

Essa inclusão social também é facilitada pela educação financeira promovida pelos Bancos Comunitários. França Filho e Cunha (2009) destacam que essas ações incluem oficinas sobre planejamento orçamentário familiar, orientação para o uso consciente do crédito, formação sobre Moedas Sociais e capacitação em gestão coletiva de empreendimentos. Essas iniciativas não apenas melhoram o uso dos recursos financeiros, mas também fortalecem o empreendedorismo local, criando condições para a autonomia econômica de muitas famílias.

A relação entre os Bancos Comunitários e a comunidade é fundamental para

o seu funcionamento e impacto. Os Bancos Comunitários são criados para atender diretamente as necessidades da população local, promovendo não apenas a inclusão financeira, mas também o fortalecimento das redes sociais e a coesão comunitária. Maturana, Costa e Kohler (2018) afirmam que a confiança entre os membros da comunidade é a base sobre a qual os Bancos Comunitários constroem suas operações, substituindo as garantias tradicionais exigidas pelos bancos convencionais.

Um exemplo dessa relação com a comunidade pode ser visto no processo de concessão de crédito no Banco Cocais, onde a avaliação do crédito é feita por membros da comunidade local, com base em um sistema de confiança e reciprocidade (Raposo; Faria, 2015). Essa metodologia não apenas promove o acesso ao crédito, mas também reforça os laços comunitários, à medida que todos os membros participam do processo de decisão e têm um interesse direto no sucesso dos empreendimentos apoiados.

Além disso, a educação financeira e as atividades de capacitação promovidas pelo Bancos Comunitários fortalecem a relação com a comunidade. França Filho e Cunha (2009) observam que esses programas ajudam a desenvolver habilidades locais e promovem o empreendedorismo, permitindo que a própria comunidade seja protagonista do seu desenvolvimento. O sucesso desses programas depende, em grande parte, da relação de confiança estabelecida entre o banco e os seus beneficiários, o que cria um ciclo virtuoso de desenvolvimento endógeno.

Outro aspecto fundamental para a expansão dos Bancos Comunitários é a integração de tecnologias financeiras inclusivas, como a plataforma E-Dinheiro, já adotada por dezenas de bancos da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Essa ferramenta facilita a circulação de Moedas Sociais Digitais por meio de cartões, aplicativos e terminais eletrônicos, promovendo maior segurança, agilidade e rastreabilidade nas transações financeiras locais. De acordo com a plataforma E-Dinheiro (2022), entre 2017 e 2021, o volume de recursos movimentados por meio da plataforma superou R\$30 milhões, com cerca de 80 Bancos Comunitários utilizando ativamente o sistema em diferentes regiões do país. Esses avanços resultaram na redução de custos operacionais, ampliação do alcance das operações e fortalecimento da inclusão digital e financeira de populações vulneráveis.

Apoiar a formação e capacitação das comunidades envolvidas também é uma oportunidade estratégica para fortalecer os Bancos Comunitários. Conforme

destacado por Singer (2009), a autogestão, princípio central da Economia Solidária, só pode ser efetiva quando os indivíduos envolvidos possuem o conhecimento necessário para gerir suas instituições de maneira eficiente. Iniciativas que promovam a educação financeira e o treinamento em tecnologias digitais são fundamentais para garantir que as comunidades sejam capazes de administrar suas Moedas Sociais e operar as plataformas digitais com sucesso. A educação financeira inclusiva, adaptada ao contexto de cada comunidade, reforça a autossuficiência e o protagonismo local, reduzindo a dependência de intermediários externos.

Ademais, uma maior integração com o poder público, por meio de parcerias estratégicas, pode contribuir para ampliar o impacto dos Bancos Comunitários. Morais (2020) destaca que a colaboração entre os Bancos Comunitários e os governos locais é essencial para implementar políticas de desenvolvimento local que fortaleçam a Economia Solidária.

Segundo França Filho (2013), os Bancos Comunitários fazem parte de um conjunto mais amplo de alternativas financeiras, que inclui também as finanças cooperativas, fundos solidários, microcrédito e microfinanças. Esses modelos têm como foco a promoção do desenvolvimento sustentável e da inclusão social, em oposição às práticas financeiras tradicionais que visam o lucro. Esse ponto de vista é reforçado por Coelho (2003), que argumenta que o fortalecimento dos Bancos Comunitários está diretamente relacionado ao suporte dado por políticas públicas de fomento e regulamentação.

Os Bancos Comunitários têm desempenhado na inclusão financeira de populações historicamente marginalizadas. Estima-se que, até 2024, mais de 130 Bancos Comunitários operam no Brasil, abrangendo mais de 600 mil pessoas que, de outra forma, não teriam acesso a serviços financeiros (Instituto E-Dinheiro, 2024). Esse impacto é particularmente relevante em regiões onde a pobreza e a exclusão financeira são prevalentes, como o Nordeste brasileiro, onde cerca de 65% da população nas comunidades atendidas por esses bancos depende das Moedas Sociais para acessar serviços básicos e realizar transações financeiras (Santos e Costa, 2023).

Tabela 4 - Crescimento de usuários dos Bancos Comunitários no Brasil (2018-2024)

Ano	Usuários (mil)	Comunidades Atendidas	Moedas Sociais em Circulação
2018	150	80	90
2020	280	110	100
2023	500	130	120
2024	650	150	140

Fonte: Instituto E-Dinheiro, 2024

A inclusão financeira oferecida por esses bancos vai além da simples concessão de crédito. Eles atuam como catalisadores de transformações sociais, permitindo que indivíduos e comunidades construam redes de solidariedade e cooperação. A criação de Moedas Sociais, como a Palmas, em Fortaleza, e a Mumbuca, em Maricá, tem sido fundamental para a promoção do comércio local e da autossuficiência econômica, elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável de regiões com alta vulnerabilidade social (França Filho, 2013; Mendonça, 2022).

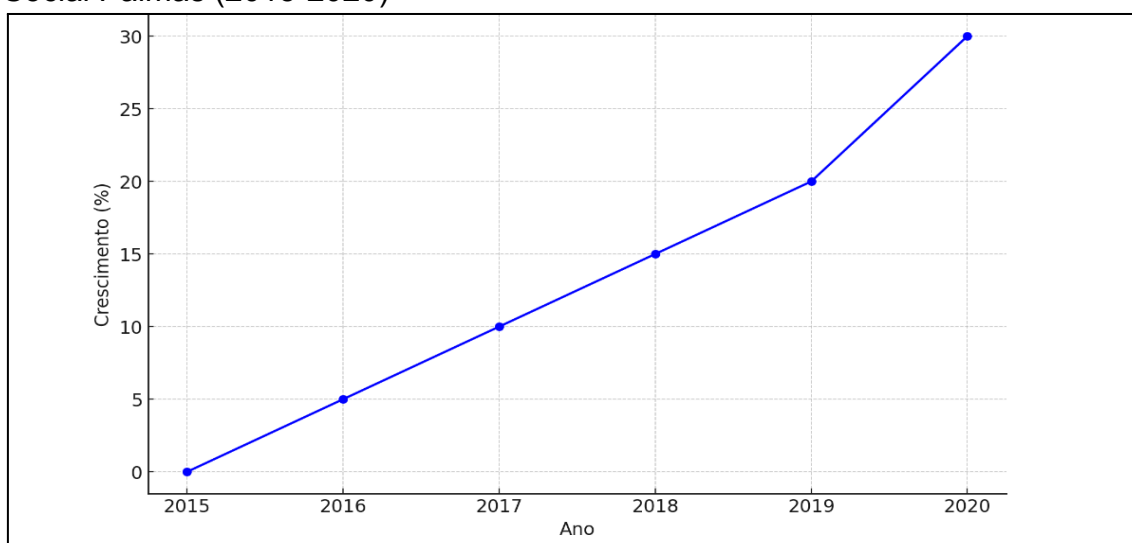
O impacto econômico dos Bancos Comunitários em comunidades vulneráveis reflete-se na dinamização da economia local, na promoção do trabalho coletivo e na geração de oportunidades de renda como demonstra França Filho (2012) que os Bancos Comunitários têm sido agentes fundamentais na construção de economias inclusivas, viabilizando o acesso a recursos financeiros para pequenos empreendimentos que, muitas vezes, são excluídos do sistema financeiro tradicional. Essa atuação reforça os princípios da Economia Solidária, ao fomentar redes produtivas e fortalecer os vínculos comunitários.

O poder público pode, por exemplo, incentivar o uso de Moedas Sociais em programas sociais e na compra de produtos de micro e pequenos comerciantes, promovendo a circulação da moeda e estimulando a economia local. França Filho (2017) também sugere que programas de apoio financeiro e técnico por parte dos governos poderiam impulsionar a criação de novos Bancos Comunitários e garantir a sustentabilidade dos existentes.

Um exemplo claro desse impacto é o Banco Palmas, que, desde sua criação em 1998, tem sido uma referência no uso de Moedas Sociais para estimular o

consumo local e manter a circulação de riqueza dentro da comunidade. Segundo dados do Instituto Banco Palmas, o uso da Moeda Social "Palmas" resultou em um aumento de 30% no volume de negócios locais entre 2015 e 2020. Além disso, aproximadamente 80% das famílias que utilizam a Moeda Social relataram uma melhora em suas condições financeiras, uma vez que a moeda incentiva o consumo dentro da própria comunidade, fortalecendo o comércio local (França Filho, 2012).

Gráfico 2 - Crescimento do volume de negócios locais pelo uso da Moeda Social Palmas (2015-2020)



Fonte: Adaptado de França Filho (2012) e Instituto Banco Palmas (2020).

O gráfico acima demonstra o crescimento do volume de negócios locais com o uso da Moeda Social Palmas entre 2015 e 2020, confirmando seu impacto positivo na economia local.

Além disso, os Bancos Comunitários contribuem significativamente para a geração de trabalho em regiões onde o desemprego é alto e as oportunidades de trabalho são limitadas. Silva Júnior (2016) observa que o acesso ao microcrédito facilita a criação de novos empreendimentos e o fortalecimento de negócios existentes, o que resulta diretamente na criação de postos de trabalho. No Banco Solidário de Gostoso, no Rio Grande do Norte, o uso da Moeda Social Gostoso e a concessão de microcréditos resultaram no aumento de mais de 50% no número de pequenos negócios formais e informais na região, de acordo com Lucena (2013).

Esses impactos econômicos também são reforçados pelo conceito de desenvolvimento endógeno, que valoriza a utilização dos recursos locais e a cooperação entre os membros da comunidade. França Filho (2012) argumenta que

os Bancos Comunitários promovem um modelo de desenvolvimento econômico sustentável, baseado na circulação interna de riqueza e na redução da dependência de capital externo. Esse modelo é particularmente eficaz em comunidades vulneráveis, onde os recursos são escassos e o acesso ao crédito é limitado.

Ainda, a criação de redes de cooperação entre os Bancos Comunitários e outras organizações da Economia Solidária oferece uma oportunidade de expansão e fortalecimento. Essas redes podem envolver cooperativas de crédito, fundos solidários, microcrédito e redes de produtores locais. Por exemplo, cooperativas de crédito podem fornecer suporte financeiro adicional, enquanto as redes de produtores e consumidores podem ampliar o uso das Moedas Sociais no comércio local, criando um ciclo econômico virtuoso (França Filho, 2013; Coelho, 2003). Além disso, a articulação com plataformas digitais como o E-Dinheiro facilita a integração e circulação de Moedas Sociais, ampliando o alcance dessas iniciativas e promovendo maior inclusão financeira (Instituto E-Dinheiro, 2024).

Essas redes permitem a troca de experiências, o compartilhamento de recursos e a ampliação do impacto dessas instituições em âmbito regional e nacional. Singer (2009) aponta que a construção de redes sólidas e cooperativas é um dos princípios fundamentais da Economia Solidária e que, ao criar esses laços, os Bancos Comunitários conseguem superar desafios comuns e se tornarem mais resilientes.

Os Bancos Comunitários têm um impacto direto na redução da pobreza em comunidades de baixa renda. De acordo com Vieira (2015), às famílias que recebem microcrédito por meio dos Bancos Comunitários apresentam uma redução significativa em seus níveis de pobreza, uma vez que o crédito facilita o investimento em atividades produtivas que geram renda e aumentam a segurança econômica.

Além disso, a inclusão social promovida pelos Bancos Comunitários é um fator chave na luta contra a exclusão financeira. Segundo dados do Banco Mundial (2019), cerca de 30% da população brasileira não tem acesso ao sistema bancário formal, sendo a maioria composta por indivíduos de baixa renda e residentes em áreas rurais. Os Bancos Comunitários desempenham um papel crucial na inclusão dessas populações, oferecendo acesso a crédito e a serviços financeiros em condições mais acessíveis.

Tabela 5 - Redução da pobreza em famílias beneficiadas por microcrédito em Bancos Comunitários (2020)

Região	Redução da Pobreza (%)
Nordeste	40%
Norte	35%
Centro-Oeste	25%
Sudeste	20%

Fonte: Vieira (2015)

A Tabela 5 mostra que, em regiões como o Nordeste e o Norte, os Bancos Comunitários alcançaram uma redução expressiva nos índices de pobreza, o que evidencia a importância desses bancos para a promoção da equidade social e do desenvolvimento econômico.

Os Bancos Comunitários fazem uma importante articulação com outros atores da Economia Solidária (ES). Eles não operam de forma isolada, mas se conectam com cooperativas de produção, redes de comércio justo, associações comunitárias e outras organizações que compartilham os princípios da autogestão e da solidariedade.

Essa relação é essencial para ampliar o impacto dos Bancos Comunitários, pois permite a criação de redes colaborativas que fortalecem o desenvolvimento local. Segundo Abramovay (2012), a integração entre Bancos Comunitários e cooperativas de produção permite que o crédito oferecido pelos Bancos Comunitários seja direcionado para empreendimentos coletivos, que geram benefícios para toda a comunidade. Essa articulação também facilita a criação de Moedas Sociais, que podem ser utilizadas em cooperativas e redes de comércio justo, promovendo o consumo local e a circulação de riqueza dentro da comunidade.

Por exemplo, no caso do Banco Bem, localizado no Espírito Santo, a articulação com cooperativas de artesãos e agricultores familiares permitiu o desenvolvimento de um sistema integrado de produção, comercialização e crédito (França Filho, 2012). Esse tipo de relação fortalece tanto a Economia Solidária quanto o impacto dos Bancos Comunitários, criando circuitos econômicos locais que são menos vulneráveis às flutuações da economia global.

O impacto dos Bancos Comunitários nas comunidades vulneráveis é amplificado por sua capacidade de promover um desenvolvimento endógeno, ou

seja, um desenvolvimento que se baseia nos recursos e nas potencialidades locais. França Filho (2012) argumenta que, ao promover a circulação interna de riqueza, os Bancos Comunitários ajudam a criar economias mais resilientes e autossustentáveis. Isso é especialmente importante em regiões onde o acesso ao crédito e aos serviços financeiros é limitado, e onde a dependência de capital externo torna a economia local vulnerável.

Além disso, a gestão participativa dos Bancos Comunitários e sua forte relação com a comunidade garantem que os recursos sejam direcionados para projetos que realmente atendam às necessidades locais. Isso cria um ciclo de desenvolvimento que fortalece a autonomia da comunidade e reduz sua dependência de intervenções externas.

Por fim, as práticas de monitoramento e avaliação dos impactos dos Bancos Comunitários também oferecem uma oportunidade para aprimorar suas estratégias. Segundo Moraes (2020), ao desenvolver sistemas de avaliação contínua, essas instituições podem identificar as áreas de maior impacto e os pontos que necessitam de melhorias. Isso permite uma gestão mais eficiente e adaptativa, além de gerar dados que podem ser utilizados para atrair novos investidores e parceiros.

As oportunidades de fortalecimento e expansão dos Bancos Comunitários no contexto da Economia Solidária são amplas e passam pelo reconhecimento institucional, pela inovação tecnológica, pela capacitação comunitária e pela criação de redes cooperativas. Com o apoio de políticas públicas e o uso de tecnologias inclusivas, como a plataforma E-Dinheiro, essas instituições podem continuar a desempenhar um papel fundamental na promoção do desenvolvimento local e da justiça social, ampliando seu impacto e consolidando sua sustentabilidade.

No entanto, para que esse crescimento seja sustentável a longo prazo, é crucial aprofundar a discussão sobre as formas de garantir a viabilidade econômica e social dos Bancos Comunitários no futuro. A seguir, o próximo tópico abordará a sustentabilidade dessas instituições, explorando os mecanismos e práticas que podem assegurar sua permanência e relevância dentro da Economia Solidária.

4.3 A SUSTENTABILIDADE DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A sustentabilidade dos Bancos Comunitários refere-se à sua capacidade de

operar de forma estável e eficaz a longo prazo, atendendo às necessidades da comunidade sem comprometer sua viabilidade financeira nem esgotar os recursos naturais. Segundo França Filho (2012), a sustentabilidade dos Bancos Comunitários vai além da simples manutenção financeira, requerendo um equilíbrio entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais para garantir que esses bancos possam continuar promovendo o desenvolvimento local sem prejudicar as futuras gerações. Este equilíbrio é fundamental para que os Bancos Comunitários prosperem e beneficiem continuamente as comunidades vulneráveis que atendem, em vez de apenas sobreviverem no curto prazo.

Os Bancos Comunitários são instituições voltadas para o fortalecimento da Economia Solidária, cujo foco é o bem-estar social, a redistribuição de riqueza e a autogestão (Singer, 2002). No entanto, para garantir sua sustentabilidade, essas instituições precisam integrar os aspectos sociais, que envolvem a gestão democrática e a inclusão social; os aspectos econômicos, que garantem a autossuficiência financeira por meio de fundos rotativos e Moedas Sociais; e os aspectos ambientais, que promovem o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais (Maturana, Costa ; Kohler, 2018). Um modelo de sustentabilidade integrado precisa contemplar essas três dimensões de forma equilibrada.

A sustentabilidade social é fundamental para a operação dos Bancos Comunitários, pois seu modelo de gestão deve ser participativo e democrático, assegurando que as decisões sejam tomadas em conjunto com a comunidade e que o acesso ao crédito seja justo e inclusivo. Segundo França Filho e Cunha (2009), essa participação ativa da comunidade é um dos principais diferenciais dos Bancos Comunitários em comparação com os bancos tradicionais, permitindo que o banco atenda às necessidades específicas da população local. Além disso, os programas de educação financeira promovidos pelos Bancos Comunitários são essenciais para garantir que os beneficiários possam gerir seus recursos de forma eficiente, assegurando a autonomia econômica e o empoderamento social (França Filho, 2012).

De acordo com Laville (2003), a sustentabilidade de empreendimentos solidários, como os Bancos Comunitários, depende da construção de um equilíbrio entre quatro dimensões: econômica, social, ambiental e política. Nesse sentido, os Bancos Comunitários precisam não apenas gerar recursos suficientes para manter

suas operações, mas também garantir que suas práticas estejam enraizadas nas comunidades e que sejam reconhecidos e apoiados institucionalmente.

O aspecto econômico da sustentabilidade dos Bancos Comunitários envolve a criação de mecanismos que garantam a viabilidade financeira das operações ao longo do tempo. O fundo rotativo solidário é um dos principais instrumentos, permitindo que os recursos gerados pelos empréstimos retornem ao Banco Comunitário e sejam reinvestidos na própria comunidade (Maturana, Costa; Kohler, 2018). Esses fundos são alimentados tanto pelas contribuições da comunidade quanto por parcerias com o governo e o setor privado, garantindo que o banco tenha os recursos necessários para manter suas operações a longo prazo. Além disso, o uso de Moedas Sociais é um fator crucial para a retenção de riqueza dentro da comunidade, promovendo o consumo local e fortalecendo a economia local (França Filho, 2012). Essa estratégia contribui diretamente para a geração de empregos e o aumento da renda, fortalecendo as redes de comércio local.

A sustentabilidade social dos Bancos Comunitários está diretamente relacionada à sua capacidade de promover a inclusão financeira e a gestão democrática.

A inclusão financeira nos Bancos Comunitários refere-se à habilidade de oferecer acesso a serviços financeiros básicos, como microcrédito, crédito, poupança e pagamento, a indivíduos e grupos que, de outra forma, seriam excluídos do sistema bancário tradicional. Segundo Singer (2002), essa prática é crucial em comunidades marcadas pela exclusão social e econômica, onde a ausência de acesso ao crédito convencional dificulta iniciativas de geração de renda e desenvolvimento local.

A gestão democrática é outro pilar fundamental da sustentabilidade social nos Bancos Comunitários se manifesta por meio da participação ativa dos membros da comunidade na tomada de decisões, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira transparente e que as prioridades locais sejam respeitadas. A prática da autogestão não apenas fortalece o senso de pertencimento dos beneficiários, mas também cria uma estrutura de governança que evita a concentração de poder e reforça os princípios da Economia Solidária.

Essa abordagem democratizada também é um mecanismo eficaz para aumentar a confiança dos usuários nas operações do banco, dado que a transparência e a participação coletiva reduzem a percepção de risco e promovem

um ambiente de colaboração e reciprocidade. Estudos, como o de Gaiger (2013), ressaltam que a gestão democrática nos Bancos Comunitários é um diferencial significativo em relação às instituições financeiras tradicionais, permitindo que as decisões sejam tomadas com base nas necessidades reais da comunidade.

A combinação de inclusão financeira e gestão democrática cria um modelo único de sustentabilidade social. Enquanto a inclusão financeira garante o acesso a recursos essenciais, a gestão democrática assegura que esses recursos sejam utilizados de forma justa e eficaz, sempre alinhados aos interesses coletivos da comunidade. Este modelo fortalece o desenvolvimento local ao criar redes de solidariedade e cooperação que vão além das transações financeiras, promovendo um impacto social duradouro.

Em suma, a capacidade dos Bancos Comunitários de promover inclusão financeira e gestão democrática não apenas contribui para sua sustentabilidade social, mas também os posiciona como agentes transformadores, capazes de enfrentar desigualdades estruturais e fomentar o desenvolvimento integral das comunidades que servem.

O Banco Palmas, por exemplo, já concedeu mais de 50.000 microcréditos desde sua fundação em 1998, beneficiando mais de 10.000 famílias no Conjunto Palmeira, em Fortaleza (França Filho, 2012). Além de facilitar o acesso ao crédito, o banco oferece programas de educação financeira que capacitam os beneficiários a administrarem seus recursos e a investir de forma eficaz.

De acordo com dados publicados na plataforma Instituto E-Dinheiro (2025), a rede de Bancos Comunitários no Brasil ampliou significativamente sua estrutura nos últimos anos. Atualmente, 118 bancos estão associados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, sendo que 50 deles já utilizam Moedas Sociais digitais operadas na plataforma. No total, foram registradas 125 mil contas digitais abertas, das quais 52 mil foram criadas durante o período da pandemia da COVID-19, evidenciando a importância do instrumento em contextos de emergência social.

Além disso, a plataforma conta com 12.300 comércios credenciados, sendo 3.200 desses incorporados durante a pandemia. Destaca-se que 70% dos estabelecimentos são pequenos comércios de bairro, com faturamento de até cinco salários mínimos por mês. A atuação institucional também inclui apoio a duas prefeituras na criação de fundos emergenciais, com os pagamentos realizados por meio de Moedas Sociais locais digitais (Instituto E-Dinheiro, 2025).

No que tange à inovação institucional, quatro bancos digitais foram criados durante a pandemia, e foram distribuídos R\$181 milhões em doações, oriundos tanto do setor público quanto do setor privado, beneficiando aproximadamente 70 mil pessoas em diversos bairros e favelas do país. Em termos de movimentação financeira, observou-se uma média de 380 mil operações mensais, entre compras e pagamentos de boletos, o que representa um aumento de 300% em relação ao volume registrado em fevereiro de 2020 (Instituto E-Dinheiro, 2025).

A expansão da infraestrutura também se refletiu no número de profissionais envolvidos no suporte técnico, que passou de cerca de 22 para 45 pessoas atuando em regime de plantão 24 horas, e na mobilização de 1.400 líderes comunitários articulados em diversos territórios, fortalecendo a dimensão participativa e territorializada da estratégia (Instituto E-Dinheiro, 2025).

Uma das principais estratégias para assegurar a sustentabilidade dos Bancos Comunitários está na diversificação de seus serviços financeiros. Como observam Rigo, Melo e Oliveira (2016), a oferta de crédito é uma das principais ferramentas desses bancos, mas é fundamental que expandam seus serviços para incluir outros produtos financeiros, como seguros, microcrédito produtivo e poupança comunitária. Essa diversificação não apenas amplia as opções disponíveis para os membros da comunidade, mas também gera novas fontes de receita para os bancos, fortalecendo sua base financeira.

A sustentabilidade ambiental, por sua vez, refere-se à capacidade dos Bancos Comunitários de apoiar projetos que promovam o desenvolvimento econômico sem comprometer o meio ambiente. Maturana, Costa e Kohler (2018) destacam que o financiamento de atividades produtivas sustentáveis, como a agricultura familiar agroecológica e a produção orgânica, pode gerar resultados econômicos positivos, ao mesmo tempo que conserva os recursos naturais. Os Bancos Comunitários podem, assim, desempenhar um papel crucial na criação de uma economia verde, financiando empreendimentos que utilizam práticas produtivas sustentáveis e incentivando o uso eficiente de recursos naturais. Além disso, o uso de critérios ambientais para a concessão de crédito pode assegurar que os projetos financiados pelos Bancos Comunitários estejam alinhados com a necessidade de preservar o meio ambiente e promover a resiliência ecológica das comunidades (França Filho; Cunha, 2009).

Esse modelo de sustentabilidade integrado que equilibra os aspectos sociais,

econômicos e ambientais, é vital para garantir que os Bancos Comunitários continuem a gerar impacto positivo a longo prazo. Como argumentam França Filho (2012) e Singer (2002), o modelo deve ser flexível e adaptável às realidades locais, promovendo o desenvolvimento endógeno e assegurando que as comunidades vulneráveis possam se desenvolver de forma autossustentável. O modelo de sustentabilidade proposto para os Bancos Comunitários envolve a integração equilibrada de aspectos sociais, econômicos e ambientais, garantindo que essas instituições possam operar de forma autossuficiente, promovendo o desenvolvimento local e preservando os recursos naturais. Essa abordagem é essencial para assegurar que os Bancos Comunitários continuem sendo uma ferramenta de inclusão financeira e desenvolvimento sustentável em comunidades vulneráveis. Para reforçar esse modelo, são apresentados novos dados que fortalecem cada pilar dessa proposta.

O primeiro pilar do modelo, fortalecer a participação comunitária e a gestão democrática, é uma característica central dos Bancos Comunitários. De acordo com dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2020), mais de 60% das decisões nas operações financeiras desses bancos são tomadas por comitês comunitários compostos por moradores locais. Essa participação ativa assegura que os recursos sejam alocados para projetos prioritários da comunidade, promovendo uma gestão mais transparente e inclusiva. Um estudo do Banco Bem, no Espírito Santo, revela que a gestão comunitária foi crucial para a distribuição equitativa de microcréditos, resultando em um aumento de 35% nos negócios locais financiados por membros da própria comunidade (França Filho, 2012).

A educação financeira é outro elemento essencial para a sustentabilidade social. Dados recentes indicam que, nos últimos cinco anos, mais de 40 mil pessoas participaram de programas de educação financeira promovidos pelo Bancos Comunitários em várias regiões do Brasil (Rede Brasileira de Bancos Comunitários, 2020). O Banco União Sampaio, localizado em São Paulo, é um exemplo de como a capacitação em gestão financeira pode transformar a economia local. Após a implementação de um programa intensivo de capacitação, 75% dos empreendedores que receberam microcrédito pelo banco relataram melhorias significativas na administração de seus negócios, resultando em um aumento médio de 20% na receita mensal (Lucena, 2017). Esses dados mostram que a educação financeira não só fortalece a autonomia dos beneficiários, mas também contribui

diretamente para a sustentabilidade financeira dos empreendimentos apoiados pelos Bancos Comunitários.

O terceiro pilar, relacionado à utilização de fundos rotativos solidários, mostra-se essencial para garantir a sustentabilidade econômica dos Bancos Comunitários. O Banco Solidário de Paraisópolis, em São Paulo, é um exemplo de sucesso na criação e gestão de fundos rotativos, que reinvestem continuamente os recursos gerados pelos empréstimos. Entre 2015 e 2020, o banco conseguiu reinjetar mais de R\$5 milhões em microcréditos para pequenos empreendedores, com uma taxa de inadimplência de apenas 2,5% (Rede Brasileira de Bancos Comunitários, 2020). Esse fundo rotativo não só garantiu a continuidade das operações do banco, mas também resultou na criação de mais de 1.200 empregos diretos na comunidade, promovendo a inclusão social e econômica dos moradores (Rede Brasileira de Bancos Comunitários, 2020). O uso de Moedas Sociais¹ é outro mecanismo eficaz para fortalecer as economias locais. Dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários mostram que o uso de Moedas Sociais gerou um aumento de 30% no volume de negócios locais nas comunidades atendidas pelos Bancos Comunitários que utilizam essa estratégia. Além disso, o Banco Mumbuca, em Maricá, RJ, que utiliza a Moeda Social Mumbuca, distribuiu aproximadamente R\$ 50 milhões (de Reais) em Moedas Sociais entre 2018 e 2020, gerando um impacto direto no comércio local, que viu um crescimento de 25% nas vendas (Raposo; Faria, 2018). Essa iniciativa promoveu não só o fortalecimento dos pequenos empreendimentos locais, mas também incentivou a circulação de riqueza dentro da comunidade, evitando a fuga de capital para grandes redes comerciais externas.

No que se refere ao financiamento de projetos sustentáveis, o Banco Verde, no Piauí, exemplifica como os Bancos Comunitários podem promover o desenvolvimento sustentável. Mais de 60% dos projetos financiados pelo banco são voltados para a agricultura orgânica e práticas de agroecologia, gerando empregos e rendas para famílias rurais, ao mesmo tempo que preservam os recursos naturais

¹ As Moedas Sociais, como por exemplo a Mumbuca, são lastreadas no real, ou seja, possuem paridade de valor com a moeda oficial brasileira (R\$1 = 1 unidade de Moeda Social). Esse lastro é garantido por meio de convênios entre os Bancos Comunitários, prefeituras ou instituições parceiras, assegurando a conversibilidade e a confiança na aceitação da moeda no comércio local. De acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, apenas a União pode emitir moeda no país (CF/1988, art. 164), e a emissão de qualquer moeda não autorizada pelo BCB é vedada. Por isso, as Moedas Sociais devem ter lastro em reais e não podem circular como substitutas da moeda nacional, mas como instrumentos de fomento local em redes previamente acordadas de comércio solidário.

(Maturana, Costa; Kohler, 2018). Entre 2016 e 2020, o Banco Verde financiou mais de 500 hectares de produção agroecológica, resultando em um aumento de 20% na produtividade agrícola das propriedades financiadas e promovendo a resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas (Maturana, Costa; Kohler, 2018).

Por fim, a adoção de tecnologias digitais tem se mostrado uma estratégia eficaz para modernizar as operações dos Bancos Comunitários e aumentar sua eficiência. De acordo com dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2020), mais de 40% dos Bancos Comunitários no Brasil já utilizam plataformas digitais para gerir suas operações financeiras, o que tem reduzido em média 15% dos custos operacionais. O Banco Palmas, por exemplo, lançou a plataforma digital E-Dinheiro, que permite a realização de transações eletrônicas com Moedas Sociais, facilitando o acesso ao crédito e ampliando o alcance dos serviços financeiros do banco. Entre 2017 e 2020, a utilização dessa plataforma resultou em um aumento de 25% no número de clientes atendidos, com mais de R\$10 milhões em transações realizadas através do E-Dinheiro (França Filho, 2020).

Com esses dados complementares, o modelo de sustentabilidade integrado para os Bancos Comunitários é solidificado com evidências concretas de que a combinação de gestão participativa, fundos rotativos, Moedas Sociais, projetos sustentáveis e tecnologias digitais não só promove a autossuficiência financeira dos Bancos Comunitários, mas também gera impacto positivo duradouro nas comunidades. Ao seguir esse modelo, os Bancos Comunitários podem continuar desempenhando seu papel crucial na promoção da Economia Solidária e no desenvolvimento local sustentável.

A criação de um marco regulatório específico para os Bancos Comunitários, que contemple suas particularidades e reconheça as Moedas Sociais como instrumentos legítimos de troca, pode consolidar o papel dessas instituições no sistema financeiro brasileiro. Além disso, parcerias com o setor público e privado podem ampliar a captação de recursos e viabilizar projetos de maior impacto.

Nesse contexto, Retamiro (2021) enfatiza a importância da construção de redes de cooperação entre Bancos Comunitários, organizações da Economia Solidária e movimentos sociais. A cooperação interinstitucional permite a troca de conhecimentos, a capacitação contínua e o fortalecimento das práticas solidárias. Essa articulação em rede facilita o acesso a recursos técnicos e financeiros, além de aumentar a visibilidade e o poder de negociação dos Bancos Comunitários junto a

instâncias governamentais e ao mercado financeiro tradicional.

A utilização de tecnologias financeiras também desempenha um papel fundamental na sustentabilidade dessas instituições. A plataforma E-Dinheiro tem sido uma ferramenta de suporte nesse processo, pois facilita as transações com Moedas Sociais e garante segurança e transparência nas operações financeiras. Segundo França Filho e Silva Junior (2021), o uso de tecnologias digitais permite a redução de custos operacionais e amplia o alcance dos Bancos Comunitários, possibilitando que alcancem um número maior de beneficiários e realizem mais transações. Além disso, o uso de plataformas digitais facilita o monitoramento das operações, proporcionando dados importantes para a gestão financeira e estratégica dessas instituições.

No entanto, como apontam Rigo, Melo e Oliveira (2016), para que os Bancos Comunitários alcancem sua plena sustentabilidade, é imprescindível investir na capacitação das comunidades envolvidas. A educação financeira e o desenvolvimento de habilidades de gestão são fundamentais para que os membros da comunidade possam assumir um papel ativo na administração dos bancos e no uso responsável das Moedas Sociais. Programas de formação voltados para a autogestão e o desenvolvimento local são fundamentais porque capacitam os membros da comunidade a gerenciarem de maneira eficiente os recursos e os serviços oferecidos pelos Bancos Comunitários. Através da educação financeira e do desenvolvimento de habilidades de gestão, os indivíduos ganham autonomia para tomar decisões estratégicas que beneficiam suas próprias realidades socioeconômicas. Isso inclui a administração responsável das Moedas Sociais, o planejamento de iniciativas locais e o fortalecimento das redes de produção e consumo, sem a necessidade de dependência de intermediários externos.

Ao desenvolver essas competências, as comunidades aumentam sua capacidade de autossuficiência e controle sobre seu desenvolvimento econômico. Isso promove uma redistribuição de poder, incentivando o protagonismo local e garantindo que os benefícios gerados pelos Bancos Comunitários permaneçam na própria comunidade. Além disso, a autogestão cria um ambiente de aprendizado contínuo, onde os membros podem se aperfeiçoar em habilidades que vão desde o planejamento financeiro até a gestão cooperativa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável a longo prazo (Singer, 2009; França Filho, 2013).

A sustentabilidade dos Bancos Comunitários também depende da sua

capacidade de adaptação às mudanças econômicas e sociais. Retamiro (2021) defende que essas instituições devem desenvolver uma gestão flexível e adaptativa, não no sentido de competir como os bancos tradicionais, mas de serem capazes de responder às transformações econômicas e às necessidades emergentes das comunidades que atendem. Isso envolve não apenas a inovação nos produtos e serviços oferecidos, mas também a criação de mecanismos de avaliação contínua, que permitam identificar áreas de melhoria e ajustar as estratégias conforme necessário.

Por fim, é importante ressaltar que a sustentabilidade dos Bancos Comunitários está diretamente relacionada à sua capacidade de gerar impacto social. Como destaca Paul Singer (2009), o objetivo final dessas instituições não é o lucro, mas sim o desenvolvimento das comunidades em que atuam. Portanto, a sustentabilidade deve ser entendida em uma perspectiva ampliada, que inclua o fortalecimento das redes de solidariedade, a promoção da inclusão social e econômica e o empoderamento das comunidades. A busca por sustentabilidade não pode comprometer os princípios da Economia Solidária, como a cooperação, a autogestão e a justiça social (Munhoz et al., 2025).

A sustentabilidade dos Bancos Comunitários na Economia Solidária requer uma combinação de fatores, incluindo a diversificação de serviços, o apoio institucional, o uso de tecnologias inclusivas e a capacitação das comunidades. A criação de redes de cooperação e a adaptação contínua às mudanças são igualmente essenciais para garantir a permanência e o crescimento dessas instituições. Com essas estratégias, os Bancos Comunitários poderão continuar desempenhando um papel crucial na promoção da justiça social e do desenvolvimento local, contribuindo para a construção de uma economia mais solidária e inclusiva.

Ao integrar aspectos sociais, econômicos e ambientais, garante-se que os Bancos Comunitários possam operar de maneira sustentável, promovendo a inclusão financeira e o desenvolvimento local sem comprometer o meio ambiente nem a viabilidade financeira das instituições. Esse modelo, baseado em princípios da Economia Solidária, tem o potencial de criar comunidades resilientes, que não apenas superem os desafios econômicos atuais, mas também prosperem a longo prazo.

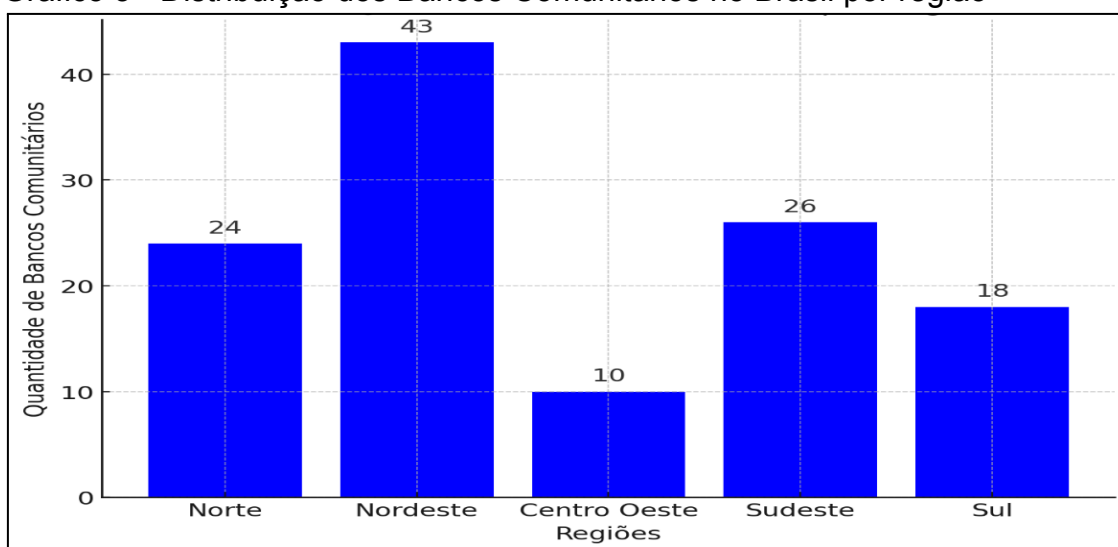
4.4 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL

Essa representação dos Bancos Comunitários no Brasil é uma ferramenta essencial para entender a extensão e o impacto dessas iniciativas em diferentes regiões do país. Desde sua criação, os Bancos Comunitários têm promovido a inclusão financeira e desenvolvimento econômico local por meio da concessão de crédito e da circulação de Moedas Sociais. A seguir, será apresentado um panorama da distribuição dos Bancos Comunitários no Brasil, com foco nas diferenças regionais e suas características específicas.

Os Bancos Comunitários estão distribuídos por todas as regiões do Brasil, mas essa distribuição não é homogênea. Cada região apresenta suas particularidades econômicas, sociais e culturais, o que influencia tanto a quantidade de Bancos Comunitários quanto a forma como eles se estruturam e atuam nas comunidades. A seguir, será analisada a presença dos Bancos Comunitários em cada uma das regiões do Brasil, destacando as características específicas de sua atuação e o impacto gerado no desenvolvimento local.

A seguir, apresenta-se o Gráfico 1, o qual ilustra a distribuição dos Bancos Comunitários no Brasil por região, conforme dados fornecidos pelo Instituto Banco Palmas, (2024).

Gráfico 3 - Distribuição dos Bancos Comunitários no Brasil por região



Fonte: Instituto Banco Palmas, 2024.

A análise do Gráfico 3, confirma a diversidade na distribuição dos Bancos

Comunitários no Brasil, ressaltando sua presença em todas as regiões do país. O dado fornecido pelo Instituto Banco Palmas (2024) oferece uma visão abrangente da distribuição geográfica dessas instituições, permitindo uma compreensão mais aprofundada de sua relevância e alcance. Essa representação visual proporciona perspectivas valiosas sobre a penetração e o impacto dos Bancos Comunitários no contexto nacional, evidenciando seu papel na promoção de economias mais inclusivas em todo o país.

A Região Nordeste concentra o maior número de Bancos Comunitários no Brasil, refletindo a relevância dessas instituições em contextos de exclusão financeira e econômica. Dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2023) a região abriga 43 Bancos Comunitários, o que representa aproximadamente 35% do total dessas instituições no país. Essa predominância se explica pela combinação de desigualdades sociais históricas e pela forte organização de movimentos sociais que têm promovido iniciativas de Economia Solidária, como evidenciam França Filho e Silva Junior (2021).

O Banco Palmas, criado em 1998 no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Ceará, é um exemplo emblemático da capacidade dos Bancos Comunitários de transformar realidades locais. Este banco, pioneiro no Brasil, foi criado em resposta à ausência de crédito e oportunidades econômicas formais na comunidade. Desde então, tornou-se um modelo replicado em várias outras localidades, ao oferecer crédito para pequenos comerciantes locais e incentivar o consumo dentro da própria comunidade por meio da circulação da Moeda Social Palmas. Com uma Moeda Social própria, a Palmas, o banco movimentou mais de R\$12 milhões entre 2018 e 2020, concedendo mais de 15 mil microcréditos no período (França Filho, 2020). A instituição promove a autossuficiência financeira ao garantir que a Moeda Social circule dentro da própria comunidade, fortalecendo o comércio local e aumentando a oferta de empregos.

A experiência do Banco Palmas inspirou a criação de outras iniciativas no Nordeste, que seguem um modelo de autogestão e cooperação comunitária (França Filho, 2017).

Além disso, o Nordeste abriga uma grande variedade de Bancos Comunitários em áreas urbanas e rurais, com foco na valorização da produção local e no fortalecimento da Economia Solidária. A adoção de Moedas Sociais em pequenas cidades e comunidades rurais tem demonstrado ser uma estratégia eficaz para

combater o êxodo rural, promovendo o desenvolvimento local e criando redes de produção e consumo solidárias.

O Banco Comunitário Jardim Botânico (BCJB) também faz parte da Região Nordeste e atende a uma série de necessidades financeiras e sociais de comunidades vulneráveis, promovendo inclusão financeira, desenvolvimento local e fortalecendo o comércio local (Melo Neto, 2008; NESOL-USP, 2015). O Nordeste enfrenta desafios econômicos significativos, como altas taxas de pobreza e exclusão financeira, e os Bancos Comunitários, como o BCJB, ajudam a reduzir esses problemas ao fornecer crédito acessível e apoio aos pequenos empreendimentos locais, fortalecendo a autossuficiência econômica das comunidades (Silva Jr.; França Filho, 2017).

O BCJB foi resultado de uma mobilização ativa da comunidade, incluindo processos participativos para a escolha do nome e da Moeda Social Orquídea. Essa abordagem reforçou a identidade local e incentivou o engajamento da população, que passou a enxergar o banco como uma extensão de suas necessidades e anseios. Em parceria com o Instituto Voz Popular, o Banco Comunitário Jardim Botânico oferece linhas de microcrédito sem juros, com foco em itens essenciais, como alimentos, gás de cozinha e medicamentos, atendendo às demandas básicas e promovendo a circulação da riqueza dentro da própria comunidade. A Moeda Social circula exclusivamente em São Rafael, o que fortalece o comércio local e minimiza a dependência das grandes redes comerciais (Silva Jr.; França Filho, 2017).

Por meio de uma estrutura de autogestão e apoio comunitário, o BCJB se consolidou como um importante agente de transformação econômica no Nordeste, evidenciando o potencial dos Bancos Comunitários em promover inclusão e resiliência econômica em regiões historicamente desfavorecidas.

Outro banco da região com importante movimentação é o Banco Cocais (Maranhão): Localizado em Codó, o Banco Cocais é reconhecido pela comunidade local por seu papel na agricultura familiar e pela promoção de práticas produtivas sustentáveis (Raposo; Faria, 2015). A Moeda Social Cocais circula entre os produtores e comerciantes locais, estimulando o consumo dentro da comunidade. Entre 2017 e 2020, o banco movimentou cerca de R\$2,5 milhões em transações com a moeda Cocais e financiou mais de 300 empreendimentos rurais (Raposo; Faria, 2015).

Localizado na mesma região, Banco Verde (Piauí): Focado no desenvolvimento sustentável, o Banco Verde, no Piauí, é uma referência em projetos agroecológicos. De acordo com dados recentes, mais de 70% dos créditos concedidos pelo banco foram destinados a projetos de agricultura orgânica e turismo sustentável, promovendo a geração de renda de forma ambientalmente responsável. Entre 2016 e 2020, o banco movimentou cerca de R\$1,8 milhão em créditos concedidos a pequenos produtores rurais (Maturana, Costa; Kohler, 2018).

A Região Sudeste é a segunda maior em número de Bancos Comunitários representado aproximadamente 22% com 26 bancos, com destaque para os estados de Minas Gerais e São Paulo, que apresentam uma diversidade de iniciativas tanto em áreas urbanas quanto rurais. No entanto, é importante citar o Banco Bem, localizado em Vitória, Espírito Santo, como uma referência na região. Embora o Espírito Santo não tenha o mesmo número de Bancos Comunitários que Minas Gerais e São Paulo, o Banco Bem é um exemplo significativo de como essas instituições podem promover o desenvolvimento local por meio de crédito solidário e da Moeda Social Bem, fortalecendo o comércio local e incentivando a autogestão comunitária (França Filho, 2017). Criado em 2005, o Banco Bem destaca-se por sua atuação em áreas periféricas da capital, apoiando pequenos empreendedores e microempresas que, muitas vezes, não têm acesso ao crédito bancário tradicional. De acordo com França Filho (2017), o banco já financiou mais de 1.500 empreendimentos locais, beneficiando diretamente a geração de emprego e renda para centenas de famílias.

O crédito solidário oferecido pelo Banco Bem é uma das ferramentas que permite a inclusão financeira dessas comunidades. O banco concede empréstimos com juros acessíveis e sem a burocracia tradicional, promovendo o acesso a crédito para quem não consegue atender às exigências formais dos grandes bancos. Em 2020, o Banco Bem movimentou mais de R\$2 milhões em microcréditos, com uma taxa de inadimplência inferior a 3%, evidenciando a eficácia do modelo de Economia Solidária em proporcionar acesso a crédito de forma responsável (França, 2017).

Um dos diferenciais do Banco Bem é o uso da Moeda Social Bem, que incentiva os moradores a consumirem nos estabelecimentos locais, evitando a fuga de capital para grandes redes comerciais. Entre 2015 e 2020, o banco movimentou aproximadamente R\$800 mil por meio da Moeda Social, que é aceita em diversos comércios da região. França (2017) ressalta que o uso da Moeda Social não só

promove o consumo local, mas também aumenta a fidelidade dos consumidores, uma vez que cria um ciclo econômico fechado, onde os recursos permanecem na própria comunidade.

Outro aspecto crucial do Banco Bem é seu modelo de gestão democrática e participação comunitária, que são fundamentais para garantir a transparência e o compromisso social dos beneficiários. A autogestão é um princípio básico da Economia Solidária, e o Banco Bem implementa esse conceito de forma eficaz. Os moradores participam das decisões sobre a concessão de crédito, garantindo que os recursos sejam aplicados em projetos que tragam benefícios reais à comunidade. Segundo França (2017), essa participação ativa na gestão gera um forte senso de pertencimento entre os moradores, que se veem como parte de um esforço coletivo para melhorar sua qualidade de vida.

Por meio dessa combinação de crédito solidário, Moeda Social e gestão participativa, o Banco Bem é um exemplo de como os Bancos Comunitários podem atuar como catalisadores de desenvolvimento econômico sustentável. Ele promove um ciclo virtuoso de fortalecimento do comércio local, geração de emprego e inclusão financeira, ao mesmo tempo que incentiva práticas de solidariedade e cooperação dentro da própria comunidade (França, 2017).

Além disso, o Sudeste enfrenta uma realidade de desigualdade urbana que também favorece a criação de Bancos Comunitários em áreas de periferia. Nessas regiões, marcadas pela exclusão financeira e por uma alta concentração de pobreza, os Bancos Comunitários surgem como alternativas fundamentais para o acesso ao crédito. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), cerca de 20% da população da Região Sudeste vive em áreas de favelas ou periferias urbanas, onde o acesso aos serviços bancários tradicionais é restrito ou inexistente. Isso cria um ambiente propício para a expansão dos Bancos Comunitários, que oferecem soluções adaptadas às necessidades locais.

Dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2023) indicam que muitos dos bancos estão em grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, onde a concentração de pobreza nas periferias é significativa. Esses bancos são essenciais para microempreendedores no comércio local, que muitas vezes não possuem acesso a linhas de crédito tradicionais devido à falta de garantias ou a altas taxas de juros. Além disso, moradores de baixa renda encontram nesses bancos uma forma de financiamento para necessidades básicas e investimentos em

pequenos negócios, contribuindo para a dinamização das economias locais e a inclusão financeira de populações vulneráveis.

Ainda na região sudeste, o Banco União Sampaio localizado na periferia de São Paulo, é um dos maiores Bancos Comunitários em movimentação financeira no Sudeste. Entre 2017 e 2020, o banco concedeu mais de R\$5 milhões em microcréditos, com uma taxa de inadimplência inferior a 3% (Lucena, 2017). A Moeda Social Sampaio é amplamente utilizada no comércio local, promovendo o desenvolvimento de pequenos empreendimentos em áreas periféricas da cidade.

O Banco Mumbuca, localizado em Maricá, Rio de Janeiro, é um exemplo de Banco Comunitário integrado a políticas públicas locais, especialmente por sua parceria com a prefeitura para a implementação da Renda Básica de Cidadania. A Moeda Social Mumbuca, utilizada pelo banco, faz parte de um programa inovador de distribuição de renda que visa promover a inclusão financeira e dinamizar a economia local. O Banco Mumbuca, desde sua criação, destaca-se pela utilização de plataformas digitais para a gestão de transações com a Moeda Social, tornando-se pioneiro no Brasil ao facilitar o acesso de seus usuários a serviços financeiros de forma ágil e eficiente (Mendonça, 2022).

Em 2020, o programa de Renda Básica Cidadã de Maricá distribuiu mais de 50 milhões em Mumbucas, beneficiando aproximadamente 42 mil pessoas, a maioria delas de baixa renda. Esse recurso não só melhorou a qualidade de vida dos beneficiários, como também teve impactos significativos no comércio local. A circulação da Moeda Social é restrita ao município, o que mantém os recursos dentro da própria cidade, fortalecendo os negócios locais e gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico. Estudos indicam que, para cada R\$ 1 investido no programa de renda básica por meio da moeda Mumbuca, há um efeito multiplicador de cerca de R\$ 1,70 na economia local, ou seja, o dinheiro movimenta mais de uma vez as atividades econômicas de Maricá, gerando empregos e estimulando o consumo (Raposo ; Faria, 2018).

Além disso, o Banco Mumbuca estabelece uma parceria com a gestão pública municipal, atuando como o principal operador do programa social de renda básica. A parceria com a prefeitura de Maricá permite que a moeda Mumbuca seja usada para o pagamento de diversos benefícios sociais, como auxílio-aluguel, programas de apoio a trabalhadores autônomos e famílias em situação de vulnerabilidade. Esse modelo de colaboração público-comunitária é considerado inovador, tanto por sua

escala quanto por seu impacto direto no combate à pobreza e à exclusão financeira (Mendonça, 2022).

Outro aspecto que destaca o Banco Mumbuca é a utilização de tecnologia digital para facilitar as transações. A plataforma E-Dinheiro, adotada pelo banco, permite que os beneficiários utilizem a Moeda Social de maneira rápida e segura em estabelecimentos cadastrados, por meio de aplicativos e cartões digitais. Até 2023, mais de 13 mil comerciantes da cidade estavam cadastrados para aceitar Mumbucas, e o volume de transações registradas ultrapassava R\$3 bilhões desde o início do programa, representando 20% da economia local de Maricá (Mendonça, 2022).

Essa integração entre o Banco Mumbuca, a prefeitura e os comerciantes locais criam um modelo sustentável de economia local, onde os recursos permanecem na comunidade, gerando uma maior estabilidade econômica e ampliando as oportunidades de desenvolvimento. Esse modelo também atrai a atenção de outros municípios no Brasil e internacionalmente, que veem na experiência de Maricá um exemplo de como as Moedas Sociais e os Bancos Comunitários podem atuar como catalisadores de inclusão social e crescimento econômico.

Esse cenário reflete a importância dos Bancos Comunitários como instrumentos de desenvolvimento local em regiões marcadas pela desigualdade social, onde o acesso ao crédito convencional é limitado ou inacessível. Eles não apenas promovem a inclusão financeira, mas também reforçam as redes de solidariedade e a economia de proximidade, elementos essenciais para o fortalecimento das comunidades periféricas.

Na Região Norte, os Bancos Comunitários são menos numerosos, mas têm desempenhado um papel crucial em comunidades ribeirinhas e indígenas, que frequentemente enfrentam exclusão financeira devido ao isolamento geográfico e à falta de infraestrutura. Essas comunidades, muitas vezes, vivem em áreas remotas com pouco ou nenhum acesso aos sistemas bancários tradicionais, o que aumenta a importância dos Bancos Comunitários na promoção da inclusão financeira e no apoio a práticas econômicas sustentáveis e adaptadas à realidade local (França, 2017).

A falta de infraestrutura bancária tradicional e as vastas distâncias geográficas tornam esses bancos essenciais para promover a inclusão financeira em áreas

remotas. Como observam Rigo, Melo e Oliveira (2016), o uso de Moedas Sociais na Amazônia ajuda a fomentar o comércio local, reduzir a dependência de recursos externos e promover a sustentabilidade ambiental e econômica nas comunidades.

No entanto, as características únicas da região, como a riqueza de recursos naturais e a presença de comunidades extrativistas, oferecem oportunidades para o desenvolvimento de projetos focados na economia verde e no turismo comunitário (Maturana, Costa; Kohler, 2018). Nessa região, os Bancos Comunitários desempenham um papel crucial no financiamento de projetos que promovem a preservação ambiental e a produção sustentável, proporcionando uma forma de desenvolvimento econômico que respeita os limites ecológicos e a cultura local.

O Banco Tupinambá, localizado em Belterra, no Pará, é um exemplo de como os Bancos Comunitários na Região Norte podem promover o desenvolvimento sustentável e o empoderamento econômico das comunidades ribeirinhas. Com foco na preservação ambiental e no turismo ecológico, o banco utiliza a Moeda Social Tupinambá, que circula entre as cooperativas de produtores locais, fomentando o consumo dentro da comunidade e evitando a fuga de recursos para fora da região. De 2017 a 2020, o Banco Tupinambá movimentou cerca de R\$1 milhão em transações com a Moeda Social, financiando projetos de reflorestamento e produção de artesanato que geram emprego e renda para as comunidades locais (França, 2020). Esses projetos não apenas impulsionam a economia local, mas também contribuem para a conservação da biodiversidade da região amazônica, ao promover práticas produtivas sustentáveis (França, 2020).

Outro exemplo significativo é o Banco Kaeté, no Amazonas, que atua em comunidades ribeirinhas e indígenas com foco na economia extrativista. O banco apoia pequenos produtores que trabalham com a extração sustentável de produtos da floresta, como castanhas, açaí, borracha e outros produtos amazônicos. O uso da Moeda Social Kaeté promove a valorização desses produtos no mercado local, incentivando o comércio entre os próprios membros da comunidade e fortalecendo as redes de Economia Solidária. Entre 2016 e 2020, o Banco Kaeté financiou mais de 400 pequenos produtores, movimentando aproximadamente R\$800 mil em transações com a Moeda Social (Maturana, Costa; Kohler, 2018). Esses recursos têm sido essenciais para aumentar a autonomia econômica das comunidades extrativistas, ao mesmo tempo em que preservam o ecossistema local.

A importância dos Bancos Comunitários na Região Norte vai além da simples

concessão de crédito. Essas instituições atuam como agentes de desenvolvimento sustentável, ajudando a criar e fortalecer redes produtivas baseadas na sustentabilidade ambiental e na autogestão comunitária. Além disso, os Bancos Comunitários da região apoiam projetos que respeitam os saberes e a cultura das comunidades indígenas e ribeirinhas, promovendo um modelo de desenvolvimento que integra aspectos econômicos, sociais e ambientais (França; Cunha, 2009).

Portanto, embora os Bancos Comunitários na Região Norte sejam menos numerosos, seu impacto nas comunidades é profundo e transformador. Ao financiar projetos sustentáveis e promover a circulação de Moedas Sociais, esses bancos fortalecem a economia local, geram emprego e renda e, ao mesmo tempo, contribuem para a preservação da Amazônia e para o bem-estar das populações tradicionais (Maturana, Costa; Kohler, 2018). O fortalecimento dessas instituições e a ampliação de suas redes de apoio são essenciais para que continuem desempenhando seu papel de inclusão financeira e desenvolvimento sustentável nas áreas mais vulneráveis da região.

Nessas áreas, os Bancos Comunitários adotam estratégias de fortalecimento da economia local por meio da valorização dos produtos e serviços locais, muitas vezes conectados a práticas tradicionais e à preservação ambiental. A Moeda Social circulante nessas regiões valoriza o trabalho comunitário e permite que as comunidades se organizem de maneira autônoma e sustentável.

A Região Centro-Oeste abriga uma quantidade de 10 Bancos Comunitários, o que representa aproximadamente 9% do total de bancos no Brasil, focados principalmente em áreas rurais e na agricultura familiar. Nessa região, os Bancos Comunitários são especialmente importantes para pequenos agricultores e cooperativas que enfrentam dificuldades no acesso a crédito bancário tradicional. Como ressalta Retamiro (2021), essas iniciativas são fundamentais para promover o financiamento de atividades produtivas locais, fortalecendo a sustentabilidade econômica e a inclusão social das comunidades rurais.

Destaque da região é Banco Rosa dos Ventos localizado no Mato Grosso. Este Banco Comunitário, promove o desenvolvimento rural sustentável, financiando principalmente projetos de agroecologia. Com o uso da Moeda Social Rosa, o banco movimentou cerca de R\$1,5 milhão em créditos entre 2017 e 2020, incentivando a produção de alimentos orgânicos e a comercialização em feiras locais (Raposo; Faria, 2018).

O uso de Moedas Sociais também tem sido uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento das economias locais na região. Ao estimular o comércio de produtos e serviços locais, os Bancos Comunitários no Centro-Oeste ajudam a garantir a continuidade das práticas agrícolas sustentáveis, ao mesmo tempo em que fortalecem a autossuficiência econômica das comunidades.

Por fim, a Região Sul apresenta um menor número de Bancos Comunitários, em comparação às outras regiões, totalizando 18 bancos, o que representa cerca de 15%, mas com importantes características de organização comunitária e cooperativismo, que são essenciais para o fortalecimento de suas atividades. A região tem uma forte tradição de gestão cooperativa, na qual os membros da comunidade participam ativamente das decisões e da alocação de recursos, promovendo uma maior coesão social. Segundo França (2017), essa autogestão democrática e o foco na solidariedade dentro das redes produtivas garantem que os benefícios econômicos sejam redistribuídos de forma equitativa, fortalecendo o desenvolvimento local e a inclusão financeira. O cooperativismo, amplamente difundido na região, é fundamental para criar um sentimento de pertencimento e reciprocidade, essenciais para o sucesso das iniciativas de Economia Solidária.

Nessas áreas, muitas iniciativas têm suas raízes em movimentos de cooperativas agrícolas e redes de solidariedade locais, que historicamente desempenham um papel central na organização comunitária da Região Sul. Um exemplo disso é o Banco Esperança, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que surgiu a partir de uma iniciativa de cooperativas de agricultores familiares. O banco atua no financiamento de projetos relacionados à agricultura sustentável e à produção de alimentos orgânicos, fortalecendo o comércio local e garantindo a geração de renda para as famílias envolvidas (França, 2017).

Outro exemplo é o Banco Bem Viver, no Paraná, que surgiu de uma rede de cooperativas de produção rural e promove a comercialização justa dos produtos agrícolas em feiras locais. O Banco Comunitário oferece créditos solidários a pequenos agricultores, permitindo que invistam em melhorias na produção e participem de cadeias produtivas mais inclusivas, sem depender de intermediários que possam absorver grande parte dos lucros (França, 2017).

Essas iniciativas de Bancos Comunitários vinculadas às cooperativas agrícolas seguem a lógica da Economia Solidária, que valoriza a autogestão e o trabalho coletivo. Segundo França (2017), esse tipo de estrutura fortalece os laços sociais e

econômicos dentro das comunidades, criando uma rede de cooperação que gera impactos duradouros no desenvolvimento local e na autossuficiência econômica dos pequenos produtores.

Os Bancos Comunitários no Sul têm se destacado na promoção de microempreendimentos e na utilização de Moedas Sociais para dinamizar as economias locais, promovendo o desenvolvimento de microempreendimentos, oferecendo acesso ao crédito em condições acessíveis e incentivando práticas de autogestão que fortalecem a autonomia econômica local, a utilização de Moedas Sociais como instrumento para dinamizar as economias locais é uma das estratégias mais marcantes desses bancos, essas moedas, garantem que a riqueza gerada permaneça no território, beneficiando diretamente pequenos negócios e agricultores locais. O Banco Bem, no Paraná, e o Banco União, no Rio Grande do Sul, são exemplos que evidenciam o impacto positivo dessa abordagem. Essas instituições têm utilizado as Moedas Sociais para fomentar redes de consumo e produção solidárias, promovendo ciclos econômicos internos que reduzem a dependência de grandes mercados e estimulam o fortalecimento das economias locais (França; Silva Júnior, 2013).

Além disso, os Bancos Comunitários no Sul frequentemente trabalham em parceria com cooperativas e associações, integrando-se a um ecossistema mais amplo de Economia Solidária. Essa abordagem colabora para a criação de redes de apoio mútuo e para a ampliação do impacto das iniciativas locais. O sucesso desses bancos também se deve à sua capacidade de inovar, adotando tecnologias como o E-Dinheiro, que facilita transações financeiras, amplia o alcance das Moedas Sociais e reduz custos operacionais (Retamiro, 2020).

Como ressaltam Rigo, Melo e Oliveira (2016), o cooperativismo no Sul tem sido uma base importante para o desenvolvimento dos Bancos Comunitários, proporcionando um ambiente favorável para a autogestão e a Economia Solidária.

Os Bancos Comunitários no Brasil destacam-se por suas características específicas, adaptadas às realidades socioeconômicas de cada região. No Nordeste, o foco é o combate à pobreza e à exclusão social, utilizando Moedas Sociais para fortalecer a economia local e promover a geração de renda. No Sudeste, as iniciativas são mais diversificadas, atendendo tanto a áreas urbanas periféricas quanto a zonas rurais, com destaque para o apoio a microempreendedores. No Norte, os Bancos Comunitários têm um papel importante na inclusão financeira de

comunidades isoladas, enquanto no Centro-Oeste e Sul, a agricultura familiar e as redes cooperativas são os principais beneficiários.

Em todas as regiões, os Bancos Comunitários promovem o desenvolvimento local e a autogestão, garantindo a circulação de recursos dentro das comunidades e fomentando redes de solidariedade. Além disso, como aponta Lavelle (2003), essas iniciativas são um exemplo prático de como a Economia Solidária pode transformar realidades locais, promovendo inclusão social e empoderamento econômico. A Economia Solidária, ao contrário do modelo econômico tradicional baseado na busca do lucro e na competição, visa à criação de relações econômicas mais justas e equitativas, onde a cooperação, a solidariedade e o bem-estar coletivo são centrais (Munhoz et al., 2025). No caso dos Bancos Comunitários, esse princípio se traduz na forma como as comunidades assumem o controle sobre sua economia local, promovendo a inclusão financeira de grupos historicamente marginalizados, como trabalhadores informais, agricultores familiares e moradores de periferias urbanas (Singer, 2002).

O empoderamento econômico é outro aspecto fundamental destacado por Lavelle (2003) e reforçado por França Filho e Silva Júnior (2013). Ao proporcionar acesso a crédito, capital de giro e uma Moeda Social que circula dentro da própria comunidade, os Bancos Comunitários ampliam as oportunidades de geração de renda para os seus membros, permitindo que eles invistam em pequenos negócios ou projetos comunitários. Isso não só reduz a dependência de recursos externos, mas também fortalece a autonomia da comunidade, tornando-a mais capaz de enfrentar crises econômicas e sociais.

A autogestão permite que os próprios membros da comunidade tomem decisões sobre a alocação dos recursos, garantindo que as prioridades locais sejam atendidas e que os benefícios sejam distribuídos de maneira justa. Esse processo não só empodera economicamente, mas também socialmente, criando um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva entre os membros da comunidade (Gaiger, 2013).

Em resumo, os Bancos Comunitários exemplificam de forma prática como a Economia Solidária pode transformar realidades locais, promovendo inclusão social, empoderamento econômico e a construção de uma economia mais justa e sustentável. Ao colocar os recursos e as decisões nas mãos das próprias comunidades, essas iniciativas contribuem para o desenvolvimento de uma

economia baseada em solidariedade e cooperação, alinhada com os princípios defendidos por Laville (2003), Singer (2002) e França e Silva Júnior (2013).

Embora não tenhamos realizado um mapeamento completo dos Bancos Comunitários, é possível perceber sua presença em diversas regiões do país, refletindo sua capacidade de adaptação às necessidades e características locais. Essa presença indica um grande potencial de expansão dessas instituições, especialmente em contextos de exclusão financeira. No entanto, para que os Bancos Comunitários possam continuar crescendo e ampliando seu impacto, é fundamental que sejam apoiados por políticas públicas adequadas, o que será discutido no próximo tópico.

4.5 O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO APOIO AOS BANCOS COMUNITÁRIOS

As políticas públicas devem desempenhar um papel de fortalecimento e expansão dos Bancos Comunitários, especialmente em um cenário marcado por desafios operacionais, jurídicos e financeiros que limitam sua atuação. De acordo com Singer (2009) e Laville (2003), o Estado tem a responsabilidade de fomentar e proteger iniciativas de Economia Solidária, reconhecendo sua importância para a construção de uma economia mais justa, inclusiva e sustentável.

O papel do Estado, nesse contexto, deve ser compreendido como o de um promotor de condições estruturais que ampliem a autonomia e a sustentabilidade dos Bancos Comunitários. Isso inclui a implementação de políticas que garantam acesso a recursos financeiros, regulamentações adequadas para a circulação de Moedas Sociais e a inclusão das finanças solidárias nas estratégias de desenvolvimento econômico local. Recentes estudos, como os de Gaiger et al. (2020), destacam que políticas públicas bem articuladas podem fortalecer a capacidade dos Bancos Comunitários de responder à exclusão financeira e ao déficit de desenvolvimento econômico em comunidades vulneráveis.

Sem o apoio do Estado, as iniciativas solidárias enfrentam barreiras significativas, como a dificuldade de garantir fundos para o lastro das Moedas Sociais e a limitação de recursos para expandir sua atuação. No entanto, o suporte estatal não deve comprometer a autonomia dos Bancos Comunitários, mas sim reconhecer e potencializar suas práticas de autogestão e cooperação. Nesse

sentido, políticas públicas não são apenas ferramentas de apoio, mas instrumentos que viabilizam a perpetuação e ampliação do impacto dessas instituições, respeitando suas raízes comunitárias e seu compromisso com a justiça social.

Além disso, a articulação entre o Estado e os Bancos Comunitários é necessária para enfrentar as desigualdades históricas. Segundo Laville (2015), a integração de políticas públicas às práticas da Economia Solidária tem o potencial de transformar estruturas socioeconômicas, promovendo a inclusão financeira e o fortalecimento das economias locais. Essa colaboração não anula as conquistas dos movimentos sociais; ao contrário, potencializa suas ações, garantindo que os Bancos Comunitários continuem sendo pilares de uma Economia Solidária que promove o desenvolvimento econômico.

França Filho (2017) destaca que a ausência de um marco regulatório claro e específico para os Bancos Comunitários e para as Moedas Sociais limita o seu alcance e impede que essas instituições acessem recursos financeiros formais, como linhas de crédito, programas de fomento e parcerias com o setor público e privado. A regulamentação desses bancos não apenas legitimaria sua operação, como também proporcionaria segurança jurídica, o que aumentaria a confiança das comunidades e dos comerciantes locais em relação ao uso das Moedas Sociais.

A regulamentação das Moedas Sociais no Brasil ainda é um campo defasado e carece de normas específicas que assegurem sua circulação legal e a integração plena ao sistema financeiro nacional. Atualmente, as Moedas Sociais são emitidas e geridas por Bancos Comunitários em suas comunidades de origem, com base em acordos e práticas locais, mas sem um arcabouço jurídico formal que garanta sua aceitação e legitimação em escala mais ampla. Como ressalta Rigo, Melo e Oliveira (2016), uma regulamentação formal teria o potencial de ampliar a aceitação das Moedas Sociais, fortalecendo sua capacidade de dinamizar a economia local e criando ciclos virtuosos de produção e consumo dentro das comunidades.

Essa lacuna regulatória, no entanto, levanta desafios significativos. Sem um reconhecimento formal, as Moedas Sociais enfrentam limitações em sua circulação, dependendo exclusivamente da confiança entre os membros das comunidades e dos Bancos Comunitários que as gerenciam. Além disso, a ausência de regulamentação pode gerar incertezas jurídicas, dificultando parcerias com governos e empresas, e limitando o acesso a recursos que poderiam fortalecer sua operação (Melo, 2016).

Uma nova regulamentação deveria incluir elementos essenciais para garantir a segurança jurídica e a ampliação das Moedas Sociais, como a definição de critérios para sua emissão e lastro, mecanismos de supervisão que respeitem a autogestão dos Bancos Comunitários, e o reconhecimento de sua função no fortalecimento da Economia Solidária. A integração dessas normas ao sistema financeiro nacional, sem comprometer os princípios da Economia Solidária, seria crucial para assegurar a sustentabilidade das Moedas Sociais e ampliar seu impacto em comunidades vulneráveis (Rigo, 2016).

Portanto, enquanto não há regulamentação específica, a atuação dos Bancos Comunitários e das Moedas Sociais demanda o apoio de políticas públicas e marcos legais que possam potencializar seus resultados. Isso reafirma a necessidade de um diálogo constante entre a Economia Solidária, o Estado e a sociedade civil para construir um arcabouço regulatório que fortaleça essas iniciativas sem comprometer sua autonomia (Silva, 2023).

Além da regulamentação, incentivos fiscais e financeiros são indispensáveis para fortalecer os Bancos Comunitários. Singer (2009) argumenta que o papel do Estado não deve ser apenas de observador, mas sim de agente ativo no fomento dessas iniciativas. Isenções fiscais para operações de Bancos Comunitários, programas de subsídios diretos e linhas de crédito específicas para o financiamento de suas atividades são mecanismos que o Estado pode adotar para aliviar as pressões financeiras que essas instituições enfrentam e garantir sua sustentabilidade a longo prazo. Esses incentivos ajudariam a viabilizar o desenvolvimento de novos produtos e serviços oferecidos pelos Bancos Comunitários, como microcrédito produtivo, seguros solidários e programas de educação financeira.

Laville (2003) enfatiza que o apoio financeiro estatal deve ser complementado por uma cultura institucional que promova a Economia Solidária. Não basta apenas fornecer subsídios ou linhas de crédito; é essencial que o Estado desenvolva programas de capacitação e formação, que permitam às comunidades adquirirem as habilidades necessárias para a gestão eficiente dos Bancos Comunitários. A autogestão, princípio fundamental da Economia Solidária, só pode ser plenamente alcançada se os membros das comunidades tiverem acesso a ferramentas de formação que os capacitem a administrar suas finanças e gerenciar suas instituições com autonomia.

Nesse sentido, os programas de educação financeira promovidos pelo Estado em colaboração com os Bancos Comunitários podem desempenhar um papel decisivo. De acordo com França Filho (2017), a educação financeira é uma estratégia que não só beneficia diretamente os usuários dos bancos, mas também fortalece a economia local, uma vez que promove o uso consciente do crédito e a poupança comunitária. Esses programas podem ser estruturados em parceria com universidades, ONGs e outras instituições, inclusive as de ensino, promovendo um intercâmbio de conhecimentos entre academia e comunidade, e assegurando que as práticas de gestão financeira solidária sejam disseminadas e aprimoradas.

As parcerias entre o setor público e os Bancos Comunitários são outra estratégia para fortalecer essas instituições. O Estado pode atuar como facilitador na integração dos Bancos Comunitários em políticas públicas de desenvolvimento econômico, utilizando, por exemplo, Moedas Sociais em programas governamentais, como políticas de transferência de renda ou compras públicas em nível municipal e estadual. Um exemplo nessa área foi o uso da Moeda Social "Palmas", em Fortaleza, no programa de transferências condicionadas promovido pelo governo do Ceará, que integrou a Moeda Social nas transações comerciais dentro da própria comunidade (Retamiro, 2021). Essa parceria não apenas fortaleceu o uso da moeda local, mas também estimulou o comércio regional, gerando um ciclo de desenvolvimento econômico endógeno.

Da mesma forma, o Banco Mumbuca, em Maricá, Rio de Janeiro, destaca-se como um exemplo inovador de integração entre a Moeda Social e políticas públicas locais. Através de uma parceria com a prefeitura, a Moeda Mumbuca foi incorporada ao programa de Renda Básica Cidadã, beneficiando milhares de moradores da cidade. A iniciativa, além de distribuir recursos financeiros para as famílias mais vulneráveis, reforçou a circulação da moeda dentro do próprio município, promovendo o comércio local e ampliando o impacto econômico da comunidade (Mendonça, 2022). Como observado por Rodrigues (2020), esse modelo de parceria público-comunitária fortaleceu tanto a inclusão financeira quanto a autonomia econômica local, mostrando como o Estado, mesmo em um contexto de contradições, pode contribuir para o desenvolvimento de soluções alternativas e solidárias.

A inclusão financeira, promovida pelo Estado através dos Bancos Comunitários, deve ser uma das metas centrais das políticas públicas. Como

destaca Laville (2003), os Bancos Comunitários são muitas vezes a única forma de acesso ao crédito e a serviços financeiros em regiões marginalizadas. O apoio público é crucial para garantir que essas populações possam participar ativamente da economia, obtendo os recursos necessários para financiar pequenos negócios, gerar renda e melhorar sua qualidade de vida. O governo pode fomentar a inclusão financeira incentivando o uso de plataformas tecnológicas como o E-Dinheiro, que facilita transações seguras e acessíveis com Moedas Sociais, ampliando o alcance das operações dos Bancos Comunitários (França Filho, 2017).

Outro ponto importante é que o Estado deve atuar não apenas como regulador e financiador, mas também como um parceiro estratégico, promovendo a cooperação entre os Bancos Comunitários e outras iniciativas de Economia Solidária. A formação de redes de cooperação entre bancos e empreendimentos solidários fortalece tanto as finanças locais quanto as dinâmicas sociais, criando uma economia mais resiliente e interconectada. Como aponta Laville (2003), a cooperação é um princípio central da Economia Solidária, e o Estado deve promover a formação dessas redes como parte de suas políticas públicas de desenvolvimento regional.

Além disso, o reconhecimento oficial e o fortalecimento das redes de Bancos Comunitários são elementos-chave para promover sua integração no sistema financeiro nacional. Embora o objetivo desses bancos seja operar em um contexto de autogestão e economia local, a integração com programas governamentais e redes de apoio mais amplas pode proporcionar o suporte necessário para que eles se tornem mais eficientes e sustentáveis. Singer (2009) enfatiza que o Estado deve reconhecer as práticas solidárias como parte integrante de uma nova economia plural, que valoriza a diversidade de arranjos econômicos e financeiros, sem desconsiderar as necessidades específicas das comunidades.

As políticas públicas voltadas para os Bancos Comunitários também devem considerar o papel dessas instituições no combate às desigualdades regionais. Conforme Laville (2003), o apoio aos Bancos Comunitários em áreas rurais ou em regiões de alta exclusão social é necessária para promover um desenvolvimento regional equilibrado e inclusivo. As políticas públicas devem focar na criação de condições para que os Bancos Comunitários possam atuar como instrumentos de empoderamento local, oferecendo crédito acessível e promovendo o desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos que gerem renda e

empregos nas comunidades onde estão inseridos.

Em conclusão, o papel das políticas públicas no apoio aos Bancos Comunitários é amplo e multifacetado. O Estado, mesmo em sua forma burguesa, pode ser pressionado a desempenhar um papel importante na criação de um ambiente institucional que favoreça o crescimento de iniciativas alternativas como os Bancos Comunitários. Ao fornecer incentivos fiscais, promover parcerias e redes de cooperação, e apoiar a inclusão financeira e a educação das comunidades, o Estado pode assegurar que os Bancos Comunitários continuem a desempenhar seu papel vital na promoção da Economia Solidária e no desenvolvimento local. Como observam Laville (2003), França (2017) e Singer (2009), o fortalecimento dos Bancos Comunitários através de políticas públicas é uma estratégia crucial para construir uma economia mais justa, inclusiva e sustentável.

Essa discussão nos leva ao próximo ponto central: o papel das Moedas Sociais na Economia Solidária. As Moedas Sociais, como as utilizadas pelos Bancos Comunitários, desempenham um papel crucial na inclusão financeira e na dinamização das economias locais, facilitando a circulação de riqueza dentro das comunidades. No próximo tópico, será analisado o funcionamento dessas moedas no contexto da Economia Solidária, destacando suas vantagens e desafios na promoção de um desenvolvimento econômico mais equitativo.

5 AS MOEDAS SOCIAIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As Moedas Sociais surgiram historicamente como uma resposta a crises econômicas e à necessidade de inclusão financeira em comunidades marginalizadas (Laville, 2003). Sua origem remonta ao início do século XX, quando surgiram como alternativas às moedas oficiais em períodos de crise. Um dos primeiros exemplos documentados foi a criação da moeda Wära, em 1931, na Alemanha, em meio à Grande Depressão. A iniciativa visava manter a circulação de capital em uma comunidade mineradora afetada pela crise econômica global, permitindo que trabalhadores e comerciantes continuassem trocando bens e serviços mesmo diante da escassez de moeda oficial (Lietaer, 2000). Embora o governo alemão tenha proibido o uso da Wära devido ao monopólio estatal sobre a emissão de moeda, essa experiência marcou o início de um movimento global para criar moedas alternativas em resposta a situações de crise.

Nos anos 1980, o conceito de Moedas Sociais foi revivido no Canadá com o surgimento do sistema LETS (Local Exchange Trading System), idealizado por Michael Linton. Esse sistema, que incentiva trocas de bens e serviços dentro de uma comunidade por meio de uma moeda local sem juros, espalhou-se por outros países como Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido e França, criando redes de solidariedade econômica em tempos de recessão (Linton, 1988; Singer, 1999). O LETS demonstrou o potencial das moedas locais como ferramentas para estimular o desenvolvimento econômico comunitário e fortalecer as relações de cooperação.

No contexto da América Latina, as Moedas Sociais ganharam destaque na Argentina, durante a crise econômica dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando o Trueque (sistema de trocas) e as Moedas Sociais ajudaram comunidades a sobreviverem ao colapso do sistema financeiro nacional. A Moeda Social crédito, criada em 1995 em um clube de troca em Buenos Aires, foi uma das primeiras a ser amplamente utilizada na Argentina, possibilitando a troca de produtos e serviços entre vizinhos sem o uso de dinheiro oficial (Primavera, 1999).

No Brasil, a primeira Moeda Social foi criada em 1998 pelo Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza (CE), com o objetivo de combater a exclusão financeira e promover o desenvolvimento local. A moeda Palmares, posteriormente renomeada para Palma, circulava apenas na comunidade, incentivando o consumo local e garantindo que a riqueza gerada permanecesse na região. O sucesso do

Banco Palmas e da moeda Palma impulsionou a criação de outras Moedas Sociais e Bancos Comunitários pelo país, levando à formação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) em 2006, que atualmente conta com mais de 117 Moedas Sociais em circulação (França Filho, 2012; Melo, 2021).

De acordo com França Filho e Silva Jr. (2009), as Moedas Sociais no Brasil são uma extensão do movimento da Economia Solidária, que busca promover a autogestão e a cooperação comunitária. Elas são criadas com o objetivo de solucionar problemas socioeconômicos que as instituições financeiras tradicionais não conseguem resolver, especialmente em regiões periféricas e de baixa renda. Essas moedas não apenas funcionam como meio de pagamento, mas também desempenham um papel central na construção de redes locais de produção e consumo, promovendo a inclusão financeira e o desenvolvimento sustentável.

Além disso, as Moedas Sociais também refletem um movimento de resistência ao capitalismo financeiro global. Como observa Búrigo (2001), elas surgiram em resposta ao aumento do desemprego, da miséria e da desigualdade, que foram exacerbados por políticas neoliberais e a globalização dos mercados financeiros. Ao promover a circulação monetária local e combater a concentração de riqueza, as Moedas Sociais criam uma alternativa ao modelo econômico convencional, centrado na acumulação de capital e na exploração dos recursos naturais.

Ao longo das últimas duas décadas, as Moedas Sociais brasileiras têm demonstrado seu potencial para promover a sustentabilidade econômica e a autossuficiência financeira das comunidades. Segundo Mostagi et al. (2019), essas moedas permitem que comunidades isoladas ou marginalizadas mantenham o dinheiro circulando localmente, gerando empregos e aumentando a demanda por produtos e serviços regionais. Além disso, a introdução de Moedas Sociais digitais, como o E-Dinheiro, lançado em 2015 pelo Instituto Banco Palmas, tem expandido ainda mais o alcance dessas iniciativas, modernizando os sistemas financeiros locais e promovendo transparência e segurança nas transações.

Assim, o uso de Moedas Sociais, historicamente e atualmente, representa um avanço significativo para a Economia Solidária e para a promoção da inclusão financeira em comunidades vulneráveis. Elas se consolidaram como uma ferramenta eficaz para combater a desigualdade econômica e incentivar o desenvolvimento sustentável, transformando a forma como o capital circula em pequenas economias

locais.

As Moedas Sociais surgem como um instrumento fundamental na busca por alternativas ao sistema financeiro capitalista, especialmente em contextos de exclusão social e econômica. Elas refletem a necessidade de um mecanismo financeiro que promova o fortalecimento das economias locais, garantindo a circulação interna de riqueza e incentivando práticas de autogestão. Segundo Lee (1999), as moedas são fenômenos econômicos profundamente geográficos, uma vez que exercem um papel crucial na reprodução social e econômica dentro de espaços locais específicos. Nesse sentido, as Moedas Sociais emergem como uma resposta às dinâmicas globais que frequentemente enfraquecem as economias locais.

Essas moedas (as sociais) representam uma inovação no sistema financeiro ao se contrapor à lógica de acumulação e especulação típica do capitalismo global. São criadas por comunidades ou organizações locais, como os Bancos Comunitários, e sua principal função é incentivar o consumo e a produção local, criando um ciclo de circulação de riqueza dentro da própria comunidade. Oliveira (2023) aponta que as Moedas Sociais transcendem o uso convencional das moedas tradicionais, baseando-se em redes de trocas solidárias que estimulam a economia regional e promovem a inclusão financeira.

A universalização das moedas tradicionais, associada à globalização financeira, fragmenta as economias locais e limita sua capacidade de autossuficiência. A Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006) e Menezes e Crocco (2009) observam que esse processo enfraquece as comunidades ao aumentar sua dependência de fluxos externos de capital. Em contrapartida, as Moedas Sociais reforçam a autonomia local ao promover a retenção de riqueza dentro das próprias comunidades. Linton e Soutar (1994) destacam que essas moedas criam um ciclo virtuoso de produção e consumo, onde o valor gerado circula internamente, fortalecendo as redes econômicas comunitárias.

As Moedas Sociais, conforme observado por Pereira e Crocco (2011), são emitidas e circulam dentro de um território geográfico restrito, geralmente um município ou uma comunidade, e seu uso é voltado exclusivamente para o consumo local. Essas moedas não rendem juros, o que as diferencia das moedas tradicionais e evita que sejam usadas para especulação financeira. Sua aceitação e circulação dependem da confiança dos membros da comunidade, conforme destaca Lee

(1999), uma vez que seu valor é construído a partir da percepção coletiva de que são instrumentos legítimos de troca. A confiança no valor das Moedas Sociais é reforçada pela rede de comerciantes e prestadores de serviços que as aceitam, criando um ambiente de troca solidária e cooperativa.

Outro aspecto relevante das Moedas Sociais é seu impacto no desenvolvimento local. Silva (2020) destaca que comunidades que adotaram essas moedas registraram um aumento significativo de cerca de 30% na circulação de renda dentro da própria comunidade, promovendo uma maior inclusão financeira e o fortalecimento de pequenos negócios. Na circulação de renda dentro da própria comunidade, o que resultou em maior inclusão financeira e no fortalecimento de pequenos negócios. Esse aumento foi observado, por exemplo, em comunidades que utilizam a Moeda Social Mumbuca, no município de Maricá (RJ), onde mais de 90% dos comerciantes locais relataram um crescimento em suas vendas após a implementação da moeda, fortalecendo a autossuficiência econômica da região. Além disso, França Filho (2017) aponta que o uso das Moedas Sociais contribuiu para a geração de empregos diretos e indiretos, ao incentivar a produção local e estimular o consumo entre os moradores.

Ao promover a retenção de recursos, as Moedas Sociais reduzem a dependência de economias externas e incentivam a criação de empregos locais, como observado por Melo Neto Segundo (2009). Esse impacto é particularmente importante em comunidades de baixa renda, onde essas moedas oferecem uma ferramenta para fomentar o empreendedorismo e melhorar a qualidade de vida dos moradores.

Esses bancos promovem a circulação das Moedas Sociais ao oferecer crédito a pequenos empreendedores e ao incentivar seu uso como forma de pagamento em estabelecimentos locais. Assim, as Moedas Sociais garantem que a riqueza gerada permaneça dentro da comunidade, estimulando o desenvolvimento econômico auto sustentável e promovendo práticas de autogestão (França, 2017).

Em resumo, as Moedas Sociais são mais do que simples instrumentos financeiros; elas são catalisadoras de mudanças sociais e econômicas, promovendo a inclusão financeira, o fortalecimento das economias locais e a autogestão comunitária. Elas oferecem uma alternativa ao sistema financeiro capitalista, permitindo que as comunidades recuperem o controle sobre suas economias e contribuam para o desenvolvimento de uma Economia Solidária, justa e sustentável

(Oliveira, 2023; Menezes e Crocco, 2009). Ao promover a circulação interna de riqueza e fortalecer os laços de solidariedade, as Moedas Sociais demonstram sua importância como ferramentas de transformação econômica e social.

Para compreender de forma mais profunda o impacto das Moedas Sociais no desenvolvimento das economias locais, é necessário explorar suas características e seu funcionamento dentro dos Bancos Comunitários. Após a conceituação histórica e o papel das Moedas Sociais como alternativas ao sistema financeiro tradicional, no próximo tópico será abordado o impacto concreto que essas moedas têm dentro dos Bancos Comunitários. Assim, serão discutidos os mecanismos que fazem das Moedas Sociais um elemento essencial para a inclusão financeira e a promoção de práticas de autogestão, além de suas contribuições para o desenvolvimento econômico das comunidades. A análise permitirá entender como essas moedas se materializam em ferramentas de transformação social e econômica nas práticas cotidianas de circulação de riqueza local.

5.1 MOEDAS SOCIAIS: IMPACTOS NOS BANCOS COMUNITÁRIOS

As Moedas Sociais são instrumentos de troca criados por comunidades e organizações locais com o objetivo de promover o fortalecimento das economias locais e a inclusão financeira de populações marginalizadas. Elas funcionam como alternativa ao sistema financeiro tradicional, permitindo que as comunidades gerem e mantenham a riqueza dentro de seus próprios territórios, em vez de dependerem de fluxos de capital externos. Oliveira (2023) aponta que as Moedas Sociais são baseadas nos princípios da Economia Solidária, que visam promover a autogestão, a cooperação e a justiça social. Essas moedas são emitidas por Bancos Comunitários e utilizadas para facilitar transações econômicas dentro de uma rede de comerciantes e consumidores locais, promovendo o desenvolvimento econômico autossustentável.

O conceito de Moedas Sociais está intimamente ligado à ideia de economia local e à busca por formas de resistência ao sistema financeiro globalizado. Lee (1999) afirma que as moedas são fenômenos econômicos profundamente geográficos, já que sua eficácia está diretamente relacionada ao espaço em que circulam e às interações sociais e econômicas entre os membros da comunidade. Nesse sentido, as Moedas Sociais surgem como uma estratégia para enfrentar os

desafios impostos pela globalização, que frequentemente enfraquece as economias locais ao deslocar recursos e riqueza para grandes centros financeiros globais (Albagli, 1999).

As Moedas Sociais possuem características específicas que as diferenciam das moedas nacionais. Primeiramente, sua circulação é limitada a uma área geográfica específica, como uma comunidade, bairro ou município. Essa restrição geográfica visa garantir que a riqueza gerada pela produção local permaneça circulando dentro da própria comunidade, fortalecendo o comércio local e incentivando o desenvolvimento de pequenos negócios (Menezes e Crocco, 2009). Elas são desenhadas para circular rapidamente e facilitar trocas econômicas imediatas, eliminando o acúmulo de capital e promovendo a igualdade entre os participantes do sistema (Lee, 1999).

Outro aspecto importante das Moedas Sociais é que sua aceitação depende da confiança mútua dos membros da comunidade. Lee (1999) ressalta que a confiança é um elemento fundamental para o sucesso dessas moedas, pois é a percepção coletiva de que elas possuem valor que sustenta sua legitimidade como meio de troca. Essa confiança é reforçada pela criação de uma rede de comerciantes e prestadores de serviços que aceitam as Moedas Sociais como forma de pagamento, o que garante que os consumidores tenham onde gastar a moeda e, ao mesmo tempo, incentivam o consumo local.

Os Bancos Comunitários são responsáveis pela emissão e gestão das Moedas Sociais. Essas instituições organizam a circulação das moedas dentro da comunidade, além de fornecer crédito e financiamento em Moeda Social para pequenos empreendedores locais. França Filho (2017) destaca que os Bancos Comunitários são promotores da inclusão financeira, uma vez que oferecem serviços a populações que, de outra forma, não teriam acesso ao sistema bancário tradicional. Os Bancos Comunitários também atuam como mediadores entre os consumidores e os comerciantes, garantindo que a Moeda Social circule de forma eficiente e seja aceita como um meio legítimo de troca.

O aumento da utilização da moeda Palmas demonstra que as Moedas Sociais são uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento local e para a inclusão financeira de populações de baixa renda (França Filho, 2017). A circulação da "Palma" é incentivada por meio de descontos oferecidos aos consumidores que a utilizam, promovendo o consumo local e reduzindo a dependência do sistema

financeiro formal.

O impacto das Moedas Sociais no desenvolvimento local é significativo. Silva (2020) aponta que essas moedas aumentam de até 25% na circulação de renda dentro das próprias comunidades, o que resulta em maior inclusão financeira e no fortalecimento da economia local.

Um estudo do Banco Central do Brasil (2020) sobre as Moedas Sociais em operação no Brasil revelou que, em comunidades como Maricá (RJ), onde a moeda Mumbuca é utilizada, mais de 70% dos pequenos negócios locais relataram um aumento nas vendas, além da criação de 300 novos postos de trabalho no comércio local em três anos. Essa retenção de riqueza é um dos principais objetivos das Moedas Sociais, pois ela reduz a evasão de recursos para grandes redes comerciais externas, aumentando a autossuficiência econômica da região e criando um ambiente mais propício ao surgimento de novos empreendimentos.

Ao garantir que a riqueza gerada permaneça na comunidade, as Moedas Sociais ajudam a criar um ambiente econômico mais dinâmico, promovendo o surgimento de pequenos negócios e a geração de postos de trabalho locais. Essa retenção de riqueza dentro da comunidade é um dos principais objetivos das Moedas Sociais, já que ela reduz a evasão de recursos e aumenta a capacidade de autossuficiência econômica da região.

Além disso, a implementação de Moedas Sociais tem sido associada ao fomento da criação de oportunidades de renda para membros da comunidade que estavam excluídos do mercado de trabalho formal. Segundo Melo Neto Segundo (2009), o uso de Moedas Sociais em diversas comunidades resultou em um aumento significativo no número de pequenos negócios locais e na oferta de postos de trabalho. Ao promover o consumo de produtos e serviços locais, essas moedas incentivam o surgimento de novos empreendimentos e fomentam uma cultura de cooperação e solidariedade entre os membros da comunidade.

No entanto, as Moedas Sociais também enfrentam desafios e limitações. Rigo (2014) observa que, embora as Moedas Sociais devam ser lastreadas em moeda nacional, o lastro limitado pode restringir a quantidade de Moeda Social que pode ser emitida, o que limita sua circulação em larga escala. Outro desafio é a sustentabilidade das Moedas Sociais a longo prazo. Embora eficazes em contextos locais, essas moedas enfrentam dificuldades para expandir seu impacto para além dos limites geográficos onde foram emitidas, o que pode restringir seu potencial em

comunidades maiores ou mais diversificadas.

As Moedas Sociais são instrumentos poderosos de inclusão financeira e desenvolvimento econômico local. Ao promover a autogestão, as Moedas Sociais estimulam que as próprias comunidades decidam como os recursos são geridos e distribuídos, em vez de dependerem de bancos tradicionais ou instituições financeiras externas. Isso empodera os membros da comunidade, proporcionando-lhes maior controle sobre sua economia local (França Filho ; Silva Júnior, 2013).

Além disso, as Moedas Sociais fortalecem o comércio local ao garantir que os recursos circulem dentro da própria comunidade, incentivando o consumo de produtos e serviços oferecidos por pequenos comerciantes locais. Como a Moeda Social é geralmente restrita a um território específico, ela não "escapa" para fora da comunidade, o que garante que o capital permaneça e seja reinvestido ali. Isso ajuda a criar um ciclo econômico local, onde o comércio local é incentivado e sustentado, gerando mais oportunidades de emprego e renda (Rigo, 2014).

Portanto, as Moedas Sociais criam um ambiente econômico mais justo e equitativo ao oferecer uma alternativa acessível ao sistema financeiro tradicional, que muitas vezes exclui pessoas de baixa renda. Ao facilitar o acesso ao crédito e ao consumo, as Moedas Sociais promovem maior equidade, permitindo que todos os membros da comunidade participem ativamente da economia local, independentemente de sua posição socioeconômica. Assim, essas moedas desempenham um papel fundamental na redução das desigualdades e na promoção de uma economia baseada na solidariedade e cooperação (Laville, 2003).

Além disso, ao serem emitidas e geridas pelos Bancos Comunitários, as Moedas Sociais garantem que a riqueza gerada permaneça na comunidade, promovendo o desenvolvimento de forma autossustentável. No entanto, como qualquer inovação financeira, elas enfrentam desafios que precisam ser superados para que seu impacto possa ser maximizado.

Alves (2014) discute como a implementação das Moedas Sociais tem influenciado o empoderamento comunitário e a autonomia econômica, com base em estudos que evidenciam sua eficácia, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade social.

A análise das Moedas Sociais no contexto dos Bancos Comunitários revela importantes contribuições para o desenvolvimento local, como demonstrado pela

literatura revisada. Estudo de Alves (2014) na Região Nordeste aponta para uma relação direta entre a implementação dessas moedas e o empoderamento comunitário, destacando o papel dos Bancos Comunitários na promoção da inclusão financeira e na dinamização das economias locais. Esses estudos corroboram a ideia de que as Moedas Sociais são ferramentas eficazes para fortalecer a autonomia econômica das comunidades, especialmente em áreas historicamente excluídas dos circuitos financeiros formais.

No entanto, a implementação de Moedas Sociais enfrenta barreiras estruturais significativas. Conforme analisado por Alves (2014), os desafios enfrentados pelos Bancos Comunitários refletem entraves sistêmicos, como a falta de apoio institucional e a resistência por parte de grandes instituições financeiras. A superação desses obstáculos exige a adoção de abordagens inovadoras e adaptativas que atendam às necessidades específicas de cada comunidade, bem como a criação de políticas públicas que promovam um ambiente mais favorável à circulação dessas moedas.

Melo Neto Segundo (2009) reforça que as Moedas Sociais têm uma capacidade única de fomentar trocas solidárias e estimular a economia local. Ao possibilitar que as Moedas Sociais sejam preferencialmente utilizadas dentro da própria comunidade, cria-se um ciclo virtuoso que não apenas retém a riqueza local, mas também incentiva a cooperação entre os membros da comunidade, promovendo a confiança mútua e o sentimento de pertencimento.

Uma discussão crítica dos argumentos apresentados por Melo Neto Segundo (2009) destaca a importância de considerar as características únicas de cada comunidade na implementação de Moedas Sociais. Cada contexto é singular e influencia o impacto das moedas de maneira distinta, o que exige uma abordagem adaptativa para maximizar sua eficácia. Esse entendimento é fundamental para o sucesso da Economia Solidária, pois reconhece a diversidade social, econômica e cultural de cada localidade.

Silva (2023) sublinha que a autogestão vai além de uma simples resposta ao desemprego; ela promove uma redistribuição mais equitativa dos benefícios econômicos, fortalecendo a coesão social e melhorando as condições de vida da população local.

Nesse sentido, a promoção de políticas públicas que incentivem a criação e fortalecimento dos Bancos Comunitários e a implementação de Moedas Sociais é

essencial para o sucesso dessas iniciativas. Além disso, as práticas organizacionais voltadas para o desenvolvimento local devem ser adaptativas e respeitar as peculiaridades de cada contexto, a fim de garantir a máxima eficácia das ações. A discussão crítica aponta para a necessidade de um maior envolvimento do poder público e da sociedade civil na criação de ambientes propícios para a Economia Solidária.

Os desafios enfrentados na implementação de Bancos Comunitários e Moedas Sociais são inegáveis. A sustentabilidade financeira dessas iniciativas, por exemplo, permanece como um desafio fundamental. Garantir que essas instituições tenham acesso a recursos suficientes para operar de maneira consistente é uma prioridade que requer atenção contínua. Além disso, como observa Rigo (2017b), a resistência institucional das instituições financeiras tradicionais, aliada às barreiras regulatórias e culturais, precisa ser superada para legitimar as práticas dos Bancos Comunitários e das Moedas Sociais como alternativas viáveis ao sistema financeiro convencional.

Outro desafio está relacionado à inclusão social e econômica das populações mais vulneráveis. Embora as Moedas Sociais promovam uma redistribuição mais equitativa da riqueza, estratégias adicionais são necessárias para enfrentar as disparidades sociais que ainda persistem nas comunidades. Isso inclui a criação de programas que visem não apenas a inclusão financeira, mas também a capacitação das populações locais para o uso eficaz desses instrumentos.

Por outro lado, existem oportunidades estratégicas que emergem da implementação de Moedas Sociais e Bancos Comunitários. Esses bancos, ao fornecerem serviços financeiros acessíveis, desempenham um papel na criação e expansão de formas de geração de trabalho e renda dentro das comunidades. Ao fornecer microcrédito e promover a circulação de Moedas Sociais, os Bancos Comunitários incentivam a criação de novos negócios e ampliam as oportunidades de emprego, contribuindo diretamente para o desenvolvimento local. Além disso, as Moedas Sociais, ao estimularem transações locais, fortalecem os laços comunitários, promovendo a solidariedade e a colaboração entre os membros da comunidade.

As Moedas Sociais e os Bancos Comunitários oferecem contribuições importantes para o desenvolvimento local, especialmente em contextos de exclusão social e econômica. Essas iniciativas demonstram potencial para transformar

economias locais, promovendo inclusão, autogestão e justiça social. Para que seu impacto seja minimizado, é necessário superar as barreiras existentes e explorar plenamente as oportunidades estratégicas que surgem com a implementação dessas práticas na Economia Solidária.

5.2 IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

As Moedas Sociais, implementadas em parceria com os Bancos Comunitários, têm se destacado por seus impactos econômicos e sociais profundos, promovendo transformações nas comunidades em que são adotadas. Primeiramente, promovem a inclusão financeira, permitindo que indivíduos sem acesso a serviços bancários tradicionais participem da economia local, ampliando suas oportunidades de consumo e investimento (França Filho; Silva Júnior, 2013). Além disso, fortalecem o comércio local, mantendo os recursos dentro da comunidade e incentivando o consumo de produtos e serviços locais, o que dinamiza a economia e gera empregos (Rigo, 2014).

Essas moedas também aumentam a autonomia e autogestão das comunidades, ao permitir que elas controlem seus próprios recursos e prioridades econômicas, reduzindo a dependência de grandes instituições financeiras (Laville, 2003). Outro impacto importante é a redistribuição de riqueza, já que as Moedas Sociais incentivam o consumo local e beneficiam tanto os consumidores quanto os pequenos comerciantes, contribuindo para a redução das desigualdades econômicas (Rodrigues, 2020). Por fim, essas iniciativas apoiam o desenvolvimento sustentável, ao promover práticas de consumo consciente e o fortalecimento da economia de proximidade.

Esses instrumentos de troca local não apenas facilitam a inclusão financeira e fomentam a Economia Solidária, mas também desempenham um papel crucial no empoderamento social, na redistribuição de riqueza e na construção de um ambiente econômico mais justo e sustentável (Munhoz et al., 2025). Com base nos princípios da Economia Solidária, as Moedas Sociais buscam a construção de economias autossustentáveis, onde a riqueza gerada pelas atividades produtivas locais permanece dentro das comunidades, promovendo um ciclo de desenvolvimento econômico e social.

Do ponto de vista econômico, as Moedas Sociais desempenham um papel

crucial na dinamização das economias locais. Como aponta Melo Neto Segundo (2009), a principal contribuição das Moedas Sociais está na retenção de capital dentro da própria comunidade, o que fortalece o comércio local e incentiva a criação de novos negócios. Isso é particularmente relevante em áreas de baixa renda, onde a circulação de capital é frequentemente limitada, e os pequenos comerciantes enfrentam dificuldades em competir com grandes cadeias de comércio. Com a circulação da Moeda Social, o incentivo ao consumo local aumenta, contribuindo para o fortalecimento dos pequenos empreendimentos e gerando novas oportunidades de emprego.

Estudos realizados por Alves (2014) na Região Nordeste demonstram que as Moedas Sociais não apenas promovem o desenvolvimento econômico, mas também têm um impacto direto na melhoria das condições de vida da população. A inclusão financeira, proporcionada pelos Bancos Comunitários por meio de créditos em Moeda Social, permite que indivíduos e pequenos comerciantes, que antes não tinham acesso ao sistema bancário tradicional, possam realizar transações econômicas e desenvolver suas atividades produtivas. Esse acesso ampliado ao crédito promove o empreendedorismo local e, conseqüentemente, eleva a renda familiar, aumentando o bem-estar social e econômico das comunidades.

Além dos benefícios econômicos diretos, as Moedas Sociais desempenham um papel significativo na construção de capital social, reforçando os laços comunitários e a coesão social. França (2017) destaca que, ao promoverem uma cultura de trocas solidárias e colaborativas, essas moedas fortalecem as relações de confiança entre os membros da comunidade, incentivando a cooperação mútua e o apoio entre vizinhos, comerciantes e empreendedores locais. Essa dinâmica não apenas fortalece a economia local, mas também contribui para o desenvolvimento de uma rede de solidariedade que promove o bem-estar coletivo e o fortalecimento dos vínculos sociais dentro da comunidade.

Um dos impactos sociais mais significativos das Moedas Sociais é a promoção da autogestão, porque essas moedas colocam o controle das finanças diretamente nas mãos das comunidades. Em vez de depender de instituições financeiras tradicionais, as próprias comunidades administram o sistema de circulação da moeda, decidindo como e onde os recursos são distribuídos e utilizados. Esse processo fortalece a autonomia local, pois os membros da comunidade têm um papel ativo na definição das prioridades econômicas e no

gerenciamento dos recursos financeiros, promovendo maior independência em relação ao sistema bancário formal (França; Silva Júnior, 2013).

A autogestão gera também um sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva, onde todos os membros participam das decisões, o que não apenas melhora a governança interna, mas também garante que os benefícios sejam distribuídos de forma mais equitativa, respeitando as necessidades e particularidades locais (Laville, 2003). Essa prática, ao fomentar a solidariedade e a cooperação entre os membros da comunidade, cria uma rede de apoio mútuo, essencial para a sustentabilidade e o sucesso das Moedas Sociais.

Ao incentivarem a autossuficiência econômica, essas moedas reduzem a dependência das comunidades em relação a recursos externos, oferecendo às pessoas o controle sobre suas próprias dinâmicas econômicas. Silva (2020) afirma que as Moedas Sociais possibilitam a participação ativa de indivíduos e grupos sociais no processo de desenvolvimento local, permitindo que as próprias comunidades decidam sobre como utilizar e distribuir seus recursos. Esse processo de autogestão promove a autonomia e o empoderamento dos moradores, que passam a se ver como agentes de transformação social e econômica.

Outro impacto importante das Moedas Sociais é a redistribuição de riqueza dentro das comunidades. Ao promoverem a circulação interna de capital e incentivarem o consumo de produtos e serviços locais, essas moedas ajudam a reduzir as desigualdades econômicas e sociais. Pereira e Crocco (2011) destacam que, ao garantir que a riqueza gerada pela comunidade permaneça circulando dentro de seus limites, as Moedas Sociais promovem uma redistribuição mais equitativa dos recursos, beneficiando grupos sociais historicamente marginalizados, como trabalhadores informais, mulheres e jovens. Ao fazer isso, as Moedas Sociais promovem uma redistribuição mais equitativa dos recursos, porque todos os participantes da economia local, especialmente grupos historicamente marginalizados como trabalhadores informais, mulheres e jovens, têm a oportunidade de participar e se beneficiar desse processo. Por exemplo, esses grupos, que muitas vezes são excluídos do sistema bancário formal devido à falta de acesso ao crédito ou de garantias financeiras, encontram nas Moedas Sociais um meio de inclusão financeira. Isso permite que invistam em seus pequenos negócios ou projetos, contribuindo para o fortalecimento de suas condições econômicas (França; Silva Júnior, 2013).

Além disso, como essas moedas circulam exclusivamente dentro da comunidade, o consumo local é incentivado, beneficiando comerciantes e prestadores de serviços locais. Isso cria um ciclo de prosperidade que impacta positivamente os mais vulneráveis, que passam a ter maior acesso a oportunidades econômicas e sociais, fortalecendo suas redes de apoio e gerando mais oportunidades de trabalho e renda (Rigo, 2014). Em última instância, ao garantir que a riqueza circule e se multiplique dentro da comunidade, as Moedas Sociais ajudam a reduzir desigualdades e promovem uma economia local mais inclusiva e solidária.

Esse efeito redistributivo é fundamental para combater as desigualdades estruturais que caracterizam muitas das comunidades onde as Moedas Sociais são implementadas.

Adicionalmente, as Moedas Sociais também incentivam a inclusão financeira, um dos aspectos mais importantes de seu impacto social. Como observam Alves (2014) e França Filho (2017), ao oferecerem crédito acessível e meios de pagamento alternativos, os Bancos Comunitários e as Moedas Sociais possibilitam a participação de grupos excluídos no sistema financeiro. Isso é particularmente relevante para as populações de baixa renda, que muitas vezes não têm acesso a contas bancárias, crédito ou outros serviços financeiros tradicionais. Ao viabilizar o acesso ao crédito em moeda local, essas iniciativas promovem a inclusão de uma parte significativa da população, que, de outra forma, seria excluída das dinâmicas econômicas formais.

O impacto ambiental das Moedas Sociais também merece destaque. Ao incentivarem o consumo local e a produção regional, essas moedas contribuem para a redução do impacto ambiental das comunidades, uma vez que diminuem a necessidade de transporte de mercadorias de longas distâncias, incentivando a sustentabilidade. Silva (2020) observa que essa lógica de consumo e produção interna, promovida pelas Moedas Sociais, alinha-se com os princípios da economia sustentável, uma vez que reduz o consumo de recursos naturais e promove práticas mais conscientes de utilização dos recursos disponíveis localmente.

No entanto, embora as Moedas Sociais tenham contribuído para a inclusão financeira e o desenvolvimento local, há desafios a serem enfrentados para que seu impacto possa ser maximizado. Rigo (2017b) aponta que a sustentabilidade financeira dessas iniciativas é uma questão central, especialmente considerando o limitado acesso a recursos e o constante desafio de manter as operações dos

Bancos Comunitários. Além disso, barreiras culturais e regulatórias também surgem como obstáculos que devem ser superados para garantir a legitimidade dessas moedas e sua aceitação mais ampla.

A continuidade e o crescimento das Moedas Sociais dependem de uma série de fatores, entre eles, o fortalecimento das políticas públicas que apoiem sua implementação e expansão. A criação de marcos regulatórios específicos que reconheçam formalmente as Moedas Sociais e os Bancos Comunitários, como parte integrante do sistema financeiro nacional, é essencial para consolidar e ampliar o impacto dessas iniciativas. Além disso, o incentivo à capacitação das comunidades para a gestão das moedas e a criação de redes de apoio para os Bancos Comunitários são elementos fundamentais para garantir que essas iniciativas continuem a promover a inclusão e o desenvolvimento social e econômico.

Em síntese, as Moedas Sociais, ao lado dos Bancos Comunitários, têm demonstrado ser uma poderosa ferramenta de transformação econômica e social. Seu impacto vai além da simples circulação monetária, promovendo inclusão financeira, redistribuição de riqueza, autogestão e fortalecimento das economias locais. Embora enfrentam desafios, essas iniciativas têm o potencial de se consolidar como alternativas sustentáveis e eficazes para o desenvolvimento comunitário, desde que apoiadas por políticas públicas adequadas e um ambiente regulatório favorável.

6 BANCOS COMUNITÁRIOS: REFLEXÕES A PARTIR DE QUATRO EXPERIÊNCIAS

A análise dos Bancos Comunitários em diferentes regiões do Brasil proporciona uma oportunidade única para compreender as dinâmicas e os desafios da aplicação das Moedas Sociais e dos princípios da Economia Solidária em diversos contextos locais. Esses bancos desempenham a atuação de inclusão financeira de populações marginalizadas, fortalecendo as economias locais por meio de mecanismos alternativos de circulação monetária e da autogestão comunitária. Ao fomentar o consumo e a produção dentro das próprias comunidades, os Bancos Comunitários promovem a autossuficiência econômica e ajudam a mitigar os impactos da pobreza e da exclusão financeira (França Filho; Silva, 2020; Melo, 2021).

Para garantir uma análise mais representativa e fundamentada na realidade nacional, esta dissertação selecionou quatro Bancos Comunitários que se destacam em suas respectivas regiões. A escolha foi baseada no número de Bancos Comunitários em cada região e no impacto socioeconômico que essas instituições têm gerado em suas comunidades. Segundo dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2020), o Brasil possui atualmente cerca de 120 Bancos Comunitários, com maior concentração nas regiões Nordeste e Sudeste, onde estão localizados 43 e 26 bancos, respectivamente. Essa concentração reflete a consolidação dessas regiões como pólos de experimentação e desenvolvimento de práticas de Economia Solidária (Instituto Banco Palmas, 2024).

Além de representar as duas regiões com maior número de Bancos Comunitários, a escolha dos bancos se justifica por sua relevância histórica e pelo impacto gerado no fortalecimento das redes locais de produção e consumo. Esses bancos são exemplos concretos da utilização de Moedas Sociais como ferramenta de inclusão e descentralização econômica, promovendo a circulação de riqueza dentro das próprias comunidades e fomentando o surgimento de pequenos negócios e empreendimentos solidários.

Os bancos selecionados para esta análise incluem o Banco Palmas, na Região Nordeste, no Ceará, que é pioneiro na criação de Moedas Sociais no Brasil, e o Banco Jardim Botânico, também localizado na Região Nordeste, na Bahia, conhecido por sua atuação em comunidades urbanas periféricas. Além desses,

foram selecionados o Banco Bem, no Espírito Santo e o Banco Mumbuca, no Rio de Janeiro ambos situados na Região Sudeste, que se destacam pelo uso de Moedas Sociais digitais e pela integração com políticas públicas de renda básica universal, o que lhes confere um papel crucial no fortalecimento da Economia Solidária e na inclusão financeira.

Cada um desses bancos foi escolhido por sua capacidade de gerar transformação socioeconômica, promovendo desenvolvimento sustentável e inclusão financeira em suas áreas de atuação. O Banco Palmas, por exemplo, é considerado um referencial no campo das Moedas Sociais, tendo criado a moeda Palma, que movimentou milhões de reais na economia local desde sua criação em 1998 (França Filho, 2020). Da mesma forma o Banco Mumbuca tem sido objeto de estudos que evidenciam sua integração ao programa de renda mínima de Maricá, que se tornou um modelo de sucesso em políticas públicas de Economia Solidária, movimentando mais de R\$ 50 milhões entre 2017 e 2020 (Raposo; Faria, 2018).

Esses exemplos foram selecionados não apenas por seu impacto local, mas também pela inovação em suas práticas de autogestão e pela capacidade de criar modelos replicáveis em outras comunidades. A Região Nordeste, além de possuir a maior concentração de Bancos Comunitários, destaca-se por iniciativas que abrangem tanto áreas urbanas quanto rurais, onde a Economia Solidária tem sido uma ferramenta crucial para o desenvolvimento sustentável. O Banco Palmas e o Banco Jardim Botânico exemplificam essa diversidade de aplicação. A Região Sudeste, por outro lado, destaca-se por iniciativas mais urbanizadas, como o Banco Bem e o Banco Mumbuca, que combinam tecnologias digitais com o uso de Moedas Sociais, ampliando o impacto dessas iniciativas e promovendo novos modelos de inclusão financeira.

Portanto, a escolha desses Bancos Comunitários reflete a diversidade de contextos locais e a importância de seus modelos operacionais para o fortalecimento da Economia Solidária. Além disso, eles são representativos de duas regiões que concentram o maior número de iniciativas de Bancos Comunitários no Brasil, como mostrado no gráfico anterior, consolidando-se como referências nacionais no uso de Moedas Sociais para o desenvolvimento econômico sustentável.

Abaixo, apresenta-se esses exemplos de Bancos Comunitários no Brasil e suas histórias:

6.1 BANCO PALMAS - FORTALEZA, CEARÁ

O Banco Palmas, situado em Fortaleza, Ceará, segundo Foguel, (2009) destaca-se como um dos mais proeminentes exemplos de Economia Solidária no Brasil. Fundado em 1998, este Banco Comunitário emergiu como um pioneiro na emissão de uma Moeda Social denominada Palma, com o intuito primordial de estimular o desenvolvimento local e mitigar a exclusão financeira (Mostagi, 2019). Joaquim Melo, um de seus fundadores, juntamente com outros líderes Comunitários, concebeu o Banco Palmas como uma resposta às dificuldades econômicas enfrentadas pela população local, vislumbrando a autonomia financeira como um meio de empoderar as comunidades marginalizadas (Foguel, 2009).

Dando continuidade na história do Banco Palmas, sua origem remonta à luta pela melhoria das condições de vida no Conjunto Palmeiras, uma antiga favela com cerca de 30 mil habitantes localizada na periferia de Fortaleza, Ceará. A criação do banco em 1998 foi resultado direto da atuação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), que, após conquistar melhorias na infraestrutura urbana e na oferta de serviços públicos básicos como saúde, transporte e educação, percebeu que essas conquistas não eram suficientes para gerar emprego e renda para a comunidade, onde 80% das famílias sobreviviam com até dois salários mínimos por mês e 70% das pessoas não possuíam emprego formal (Silva Jr; França Filho, 2006).

Diante desse cenário, a ASMOCONP tomou a iniciativa de criar o Banco Palmas, estabelecendo uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores locais, visando estimular a produção e o consumo dentro da própria comunidade. O banco operava com duas principais linhas de atuação: uma de microcrédito para a produção local e outra que incentivava o consumo local por meio de um cartão de crédito comunitário (Melo Neto; Magalhães, 2003). O objetivo central do Banco Palmas era fornecer crédito a juros baixos, sem necessidade de consulta cadastral ou comprovação de renda, baseando a concessão do crédito em um conhecimento profundo das relações pessoais dentro da comunidade, o que criava uma forma de cobrança solidária com o envolvimento dos vizinhos (Silva Jr; França Filho, 2006).

O Banco Palmas rapidamente se constituiu como um sistema financeiro solidário que atuava de forma integrada em quatro pontos da cadeia produtiva local: capital solidário, produção sustentável, consumo solidário e comércio justo. A gestão

do banco era realizada pela própria ASMOCONP, e a maior parte do seu quadro de pessoal era formada por moradores do Conjunto Palmeiras, muitos deles voluntários ou profissionais formados na própria comunidade. A missão central do banco era construir uma rede solidária de produção e consumo que fortalecesse a economia local ao manter a circulação de renda dentro da comunidade (Silva Jr; França Filho, 2006).

Ao longo de mais de duas décadas, o Banco Palmas transformou profundamente o cenário socioeconômico do Conjunto Palmeiras, que antes enfrentava condições severas de pobreza, com 70% da população sem emprego formal e 80% das famílias vivendo com até dois salários mínimos por mês (Silva Jr; França Filho, 2006). A partir de sua implantação, o banco adotou uma série de iniciativas para reverter esse quadro, como a concessão de microcrédito para pequenos empreendedores, a criação da Moeda Social Palma para estimular o consumo local, e o incentivo à produção e consumo dentro da própria comunidade, fortalecendo assim os pequenos negócios locais. Além disso, foram implementados fundos rotativos solidários, que promovem uma gestão democrática dos recursos, permitindo uma circulação mais justa e autossustentável da riqueza gerada na região.

A trajetória do Banco Palmas exemplifica o poder transformador dos Bancos Comunitários no Brasil, mostrando como iniciativas de autogestão comunitária podem oferecer soluções inovadoras para problemas estruturais como a falta de renda e a exclusão financeira, ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento sustentável e a inclusão social em comunidades marginalizadas.

De acordo com Mostagi (2019), o Banco Palmas desempenhou um papel central na transformação socioeconômica da região criando a primeira Moeda Social brasileira, a Palma, e implementando fundos rotativos solidários que facilitaram o acesso ao crédito para pequenos empreendedores locais. Essa iniciativa permitiu que os moradores pudessem produzir, consumir e comercializar dentro da própria comunidade, o que resultou em um aumento da circulação de riqueza e na criação de oportunidades de trabalho e renda. Ao longo dos anos, o Banco Palmas contribuiu significativamente para a redução da pobreza e o fortalecimento da economia comunitária, garantindo que os recursos gerados permanecessem dentro da região e beneficiassem diretamente a população local.

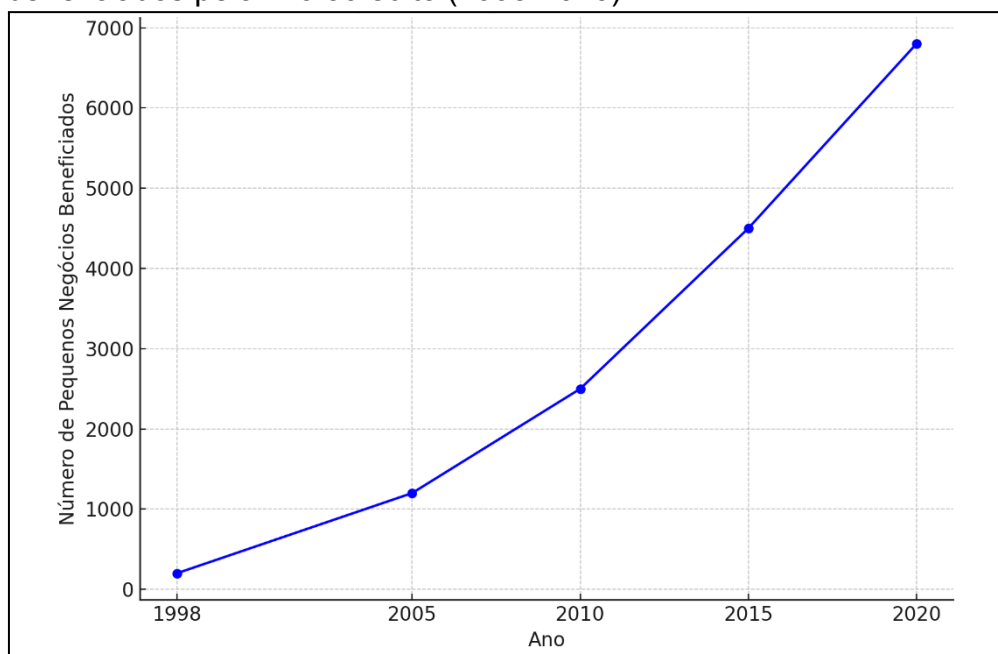
Tabela 6 - Volume de crédito concedido pelo Banco Palmas (1998-2020)

Ano	Volume de Crédito (R\$)	Número de Empréstimos Concedidos
1998	50.000	200
2005	500.000	1.200
2010	1.500.000	2.500
2015	3.000.000	4.500
2020	5.000.000	6.800

Fonte: Banco Palmas (2021).

A Tabela 6 apresenta o crescimento no volume de crédito concedido pelo Banco Palmas ao longo dos anos, enquanto o Gráfico 4 ilustra o impacto no número de pequenos negócios beneficiados pelo microcrédito da instituição.

Gráfico 4 - Crescimento do número de pequenos negócios beneficiados pelo microcrédito (1998-2020)



Fonte: Banco Palmas (2021).

O gráfico acima apresenta o crescimento expressivo do número de pequenos negócios beneficiados pelo microcrédito concedido pelo Banco Palmas. Esse aumento está diretamente relacionado ao uso da Moeda Social Palma, que incentivou a circulação da riqueza dentro da própria comunidade, fortalecendo a economia local e promovendo a autossuficiência financeira.

Um dos pilares fundamentais do Banco Palmas é a implementação da Moeda Social Palma, que tem contribuído significativamente para a circulação local da

renda e para o fortalecimento do comércio local. Segundo dados de Melo Neto e Magalhães (2006), a Moeda Social gerou um aumento de 30% na circulação de riqueza dentro da comunidade nos primeiros cinco anos de sua implementação.

A instituição não se limitou apenas à oferta de serviços financeiros, mas também implementou programas de capacitação e desenvolvimento de habilidades, capacitando os moradores locais a iniciarem seus próprios negócios e cooperativas (Pupo, 2024). O modelo de microcrédito comunitário e Moedas Sociais chamou a atenção de organizações internacionais, como a Fundação Ashoka, que reconheceu o Banco Palmas como uma iniciativa inovadora de desenvolvimento econômico local (Silva Jr; França Filho, 2006).

Além disso, a experiência do Banco Palmas foi replicada em mais de 100 Bancos Comunitários em todo o Brasil, consolidando o modelo de Economia Solidária e sua aplicação como uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento de comunidades em situação de vulnerabilidade.

Um dos aspectos marcantes do Banco Palmas é a sua capacidade de promover a inclusão financeira e social, proporcionando acesso a serviços bancários para indivíduos e comunidades historicamente excluídos do sistema financeiro tradicional (Rigo, 2017a). Ao emitir a Moeda Social Palma, o Banco Palmas criou um sistema de trocas econômicas que fortaleceu os laços sociais e econômicos dentro da comunidade, estimulando o consumo local e reduzindo a dependência de recursos externos (Foguel, 2009).

Além disso, o Banco Palmas tornou-se um centro de referência para outras iniciativas de Economia Solidária em todo o país, demonstrando o potencial transformador dessas práticas quando implementadas de forma colaborativa e participativa (Pupo, 2024). O sucesso do Banco Palmas ressalta a importância de abordagens ascendentes na construção de alternativas econômicas e sociais mais inclusivas e sustentáveis (Rigo, 2017a).

O impacto positivo do Banco Palmas vai além dos aspectos econômicos, estendendo-se também ao fortalecimento da coesão social e ao empoderamento das comunidades locais. Através de projetos de educação financeira, capacitação profissional e estímulo ao comércio local, o Banco Palmas promove não apenas a geração de renda, mas também a formação de redes de solidariedade e cooperação entre os habitantes da região (Singer, 2002).

Em suma, o Banco Palmas ilustra vividamente os princípios e as

possibilidades da Economia Solidária, oferecendo um modelo inspirador de como as comunidades podem se organizar e prosperar de forma autônoma e solidária. Seu impacto positivo na redução da pobreza, no fortalecimento da economia local e na promoção da inclusão social o coloca como uma referência fundamental no campo da Economia Solidária no Brasil e além (Foguel, 2009).

6.2 BANCO MUMBUCA - MARICÁ, RIO DE JANEIRO

O Banco Mumbuca, situado em Maricá, Rio de Janeiro, devido a sua atuação e representação, destaca-se como um exemplo de Banco Comunitário no Brasil, seguindo os passos pioneiros do Banco Palmas. Fundado em 2002, o Banco Mumbuca representa uma iniciativa inovadora de Economia Solidária, centrada na criação e gestão de uma Moeda Social local, o Mumbuca. Esta iniciativa visa fortalecer a economia local, promover a inclusão financeira e fomentar o desenvolvimento sustentável da região.

De acordo com Silva (2022), o Banco Mumbuca tem sido um agente catalisador do progresso socioeconômico em Maricá. A introdução do Mumbuca como uma forma de troca econômica tem estimulado o comércio local e reduzido a dependência de moedas nacionais, proporcionando uma alternativa viável para a circulação de recursos dentro da comunidade. Além disso, o banco oferece serviços financeiros acessíveis, como microcrédito e poupança, que historicamente estiveram fora do alcance de muitos residentes.

A importância do Banco Mumbuca vai além dos serviços bancários tradicionais. Ele desempenha um papel na promoção do empoderamento econômico e social das comunidades locais, oferecendo programas de capacitação e educação financeira. Essas iniciativas capacitam os moradores locais a gerenciarem seus recursos de forma eficaz, estimulando o sistema organizacional e a autonomia financeira.

Assim como o Banco Palmas, o Banco Mumbuca demonstra como as instituições financeiras comunitárias podem ser agentes de transformação social e econômica em suas respectivas regiões. Ao fortalecer os laços Comunitários, promover a autossuficiência e criar oportunidades de desenvolvimento, o Banco Mumbuca exemplifica o potencial transformador da Economia Solidária no contexto brasileiro.

A análise acima apresentada fornece uma visão abrangente e multifacetada das dinâmicas envolvidas na implementação da Economia Solidária, Bancos Comunitários e Moedas Sociais no Brasil. Esses exemplos concretos não apenas ilustram os princípios fundamentais dessas práticas, mas também evidenciam os desafios enfrentados e os impactos alcançados em contextos específicos.

A Moeda Social Mumbuca foi lançada como parte do Programa Renda Básica de Cidadania (RBC), pelo qual cada beneficiário recebe um valor mensal em Mumbucas, que pode ser utilizado exclusivamente no comércio local. O programa é um dos poucos no mundo a integrar uma Moeda Social em uma política pública de renda básica universal, e sua adoção tem gerado resultados expressivos em termos de circulação econômica na região (Silva, 2020). Segundo Silva (2020), o programa RBC, além de beneficiar diretamente os moradores, foi fundamental para a expansão do comércio local e a geração de empregos. Entre 2017 e 2020, a circulação de Mumbucas aumentou de R\$12 milhões para mais de R\$50 milhões, beneficiando tanto comerciantes quanto consumidores.

De acordo com França Filho e Silva Jr. (2019), o Banco Mumbuca ajudou a consolidar Maricá como um exemplo de autossuficiência econômica dentro do Brasil. Com a implementação da Moeda Social Mumbuca, a cidade experimentou uma redução significativa da dependência de programas de transferência de renda tradicionais. A política de circulação restrita da Mumbuca fortalece o consumo local e retém o capital dentro da cidade, criando um ciclo sustentável de desenvolvimento e garantindo que a riqueza gerada permaneça na comunidade. Dados indicam que mais de 80% dos comerciantes locais passaram a aceitar a Mumbuca, o que proporcionou um aumento médio de 25% nas vendas desses estabelecimentos (Silva Jr.; França Filho, 2019).

No caso específico do Banco Mucumba, suas operações são realizadas e fortalecidas por meio de convênios com órgãos governamentais locais e estaduais, que reconhecem sua importância na promoção do desenvolvimento econômico e social da região. A parceria com o poder público não apenas amplia o alcance e a capacidade de atuação do banco, mas também valida sua missão de fornecer serviços financeiros acessíveis e promover a inclusão financeira em comunidades historicamente excluídas do sistema bancário tradicional. Essa relação simbiótica entre Bancos Comunitários e o poder público exemplifica a importância da cooperação entre diferentes atores na busca por soluções inovadoras e inclusivas

para os desafios socioeconômicos enfrentados por muitas comunidades. (Melo, 2023)

O Banco Mumbuca também se destaca pela sua estrutura de governança colaborativa e pelas parcerias com outras instituições de Economia Solidária. A gestão da Moeda Social Mumbuca envolve tanto o setor público quanto atores da sociedade civil, o que permite uma gestão mais transparente e próxima das necessidades da população. Parcerias com organizações locais e associações de comerciantes foram fundamentais para a aceitação e integração da Mumbuca ao comércio local, aumentando sua eficácia como ferramenta de desenvolvimento econômico (França Filho, 2017). A integração do banco com políticas públicas locais também atraiu o interesse de pesquisadores e gestores públicos, que passaram a estudar o impacto da Mumbuca como modelo de Moeda Social a ser replicado em outras cidades (Mostagi et al., 2019).

As parcerias com associações de comerciantes e organizações locais desempenham um papel fundamental na consolidação da Mumbuca como Moeda Social. Essas parcerias facilitaram a adesão de milhares de estabelecimentos ao sistema, permitindo que os beneficiários do RBC utilizassem a moeda para adquirir bens e serviços essenciais. Até 2023, mais de 13 mil comerciantes haviam sido cadastrados para aceitar pagamentos em Mumbucas, abrangendo setores como alimentação, saúde, transporte e educação (Mendonça, 2022).

Além disso, segundo Mendonça (2022) essas parcerias também servem como canais de comunicação entre o banco e a população, permitindo ajustes contínuos na política de circulação da Moeda Social e no modelo de crédito solidário oferecido pelo banco. Por exemplo, associações de comerciantes são frequentemente consultadas para avaliar a necessidade de novos produtos ou serviços que poderiam ser incentivados com o uso da Mumbuca, fortalecendo setores estratégicos da economia local.

Para ilustrar essa dinâmica, abaixo segue a tabela com os depósitos em Mumbuca realizados pela Prefeitura de Maricá ao longo dos anos mencionados. Os números revelam uma tendência significativa de crescimento, destacando a crescente adoção e utilização da Moeda Social como meio de transação. Essa análise preliminar sugere um potencial considerável para as Moedas Sociais como instrumento de estímulo econômico e geração de receita municipal.

Tabela 7 - Depósitos em Mumbuca - dezembro de 2017 a maio de 2023

Ano	Depósito (Cargas) em Reais feitos pela Prefeitura e pagos em Moeda Social Mumbuca aos Beneficiários/as
2017	R\$ 4.042.653,24
2018	R\$ 23.446.517,74
2019	R\$ 39.054.064,54
2020	R\$ 333.402.160,50
2021	R\$ 372.254.454,78
2022	R\$ 337.299.809,34
2023	R\$ 109.313.528,96
Total	R\$ 1.218.813.189,10

Fonte: Banco de Dados do Instituto E-dinheiro Brasil, 2023.

A tabela apresentada mostra uma perspectiva intrigante sobre o impacto dos depósitos em Moeda Social realizados pela Prefeitura de Maricá. Apesar da presença de agências bancárias tradicionais na cidade, o município optou por canalizar uma parcela substancial de suas transações financeiras por meio do Banco Mumbuca, totalizando mais de um bilhão de reais ao longo dos últimos cinco anos. (Melo, 2023)

Essa escolha política revela uma intenção deliberada de fortalecer a economia local e evitar a especulação financeira, uma vez que os recursos circulam dentro do próprio município, impulsionando a atividade econômica e gerando excedentes sociais que retornam à comunidade.

A queda no valor depositado pela Prefeitura de Maricá para pagamentos em Moeda Social Mumbuca em 2023 pode ser atribuída a diversos fatores. Segundo análises de políticas públicas de transferência de renda, a redução está possivelmente associada a uma reavaliação orçamentária no contexto pós-pandemia (Melo Neto, 2022). Durante os anos de 2020 e 2021, houve um aumento expressivo nos investimentos devido à crise sanitária da COVID-19, que exigiu um suporte financeiro mais intenso para a população em situação de vulnerabilidade (Silva, 2022). Com a diminuição dos impactos diretos da pandemia e o retorno gradual das atividades econômicas, foi necessário ajustar o programa de renda básica às novas condições econômicas.

Melo (2023) demonstra um movimento de apoio do poder público em favor da Economia Solidária, priorizando o desenvolvimento local sobre interesses puramente financeiros. Ao considerar não apenas os depósitos realizados, mas também os gastos com compras em estabelecimentos comerciais e pagamento de boletos, o

montante total movimentado pela moeda Mumbuca alcança uma expressiva cifra de mais de um bilhão e trezentos milhões de reais. Esse cenário evidencia o potencial transformador das Moedas Sociais na promoção da justiça econômica e social, ao mesmo tempo em que desafia as estruturas convencionais do sistema financeiro.

O impacto da Moeda Social Mumbuca no desenvolvimento local de Maricá gerou repercussão nacional e internacional. A cidade foi mencionada como exemplo em relatórios sobre Economia Solidária pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que reconheceu o Banco Mumbuca como um modelo de inovação em política de desenvolvimento local (SENAES, 2021). Além disso, os resultados do programa de renda básica com a Mumbuca estimularam outros municípios a explorarem a implementação de Moedas Sociais como estratégias de inclusão financeira e desenvolvimento comunitário. Segundo Raposo e Faria (2018), a experiência do Banco Mumbuca mostrou que é possível alinhar políticas públicas com práticas de Economia Solidária para promover o desenvolvimento sustentável.

Em suma, a análise apresentada oferece lições sobre as oportunidades e os desafios da Economia Solidária, Bancos Comunitários e Moedas Sociais no Brasil. Eles destacam a importância de abordagens participativas, colaborativas e adaptativas na construção de sistemas econômicos mais justos, inclusivos e sustentáveis em nível local. Ao aprender com esses exemplos e buscar soluções para os desafios identificados, podemos avançar na construção de um modelo econômico que priorize o bem-estar das comunidades e o desenvolvimento sustentável.

6.3 BANCO BEM - VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO

O Banco Comunitário Bem, localizado em Vitória, no Espírito Santo, é uma referência no cenário dos Bancos Comunitários no Brasil, devido a sua atuação de estímulo ao comércio local, geração de emprego e renda e o fortalecimento das redes de solidariedade econômica entre os moradores da região (França Filho, 2017). Fundado em 2005, o Banco Bem surgiu como uma resposta à exclusão financeira e à necessidade de fomentar o desenvolvimento econômico local no bairro de São Benedito, uma área periférica da capital capixaba. Desde seu início, o banco tem se pautado pelos princípios da Economia Solidária, promovendo a autogestão, o fortalecimento das relações comunitárias e a criação de uma rede de

apoio econômico baseada na cooperação e na solidariedade (França, 2017).

A trajetória do Banco Bem está intimamente ligada à atuação de Leonora Mol, uma das principais lideranças na criação e consolidação da instituição. Mol, socióloga de formação, foi uma das idealizadoras do banco e contribuiu ativamente para a implementação de práticas inovadoras de inclusão financeira por meio da Moeda Social Bem. A moeda, usada para transações dentro da própria comunidade, foi criada com o objetivo de manter a riqueza gerada localmente circulando dentro do bairro, incentivando o consumo de produtos e serviços locais. Dessa forma, o Banco Bem se consolidou como uma importante ferramenta de desenvolvimento local e de combate à exclusão social e econômica (Silva, 2020).

Além da criação da Moeda Social Bem, o Banco Comunitário Bem também oferece microcrédito solidário para pequenos comerciantes, fomentando o comércio local e gerando novas oportunidades de trabalho e renda. A concessão de crédito é realizada com base na confiança e na solidariedade entre os membros da comunidade, permitindo que indivíduos sem acesso ao sistema bancário formal possam desenvolver suas atividades econômicas (França Filho, 2017). Esse modelo de crédito solidário é uma das características fundamentais dos Bancos Comunitários, alinhado aos princípios da autogestão e da Economia Solidária.

Tabela 8 - Volume de microcrédito e transações com Moeda Social Bem (2018-2023)

Ano	Volume de Microcrédito Concedido (R\$)	Número de Beneficiários	Inadimplência (%)
2018	300,000	150	1.5
2019	400,000	200	1.8
2020	500,000	230	1.9
2021	600,000	250	1.7
2022	800,000	280	1.6
2023	850,000	300	1.8

Fonte: Banco Palmas (2024).

A tabela apresentada ilustra o crescimento do volume de microcrédito concedido pelo Banco Bem entre 2018 e 2023, bem como o número de beneficiários e as taxas de inadimplência. Esse Banco Comunitário em Vitória, ES, atende a um público de comunidades marginalizadas, oferecendo microcrédito acessível e suporte financeiro, essencial para a criação de negócios locais e para fortalecer a

Economia Solidária nas regiões atendidas. Em 2018, o banco concedeu cerca de R\$300.000 em microcrédito para 150 beneficiários, e ao longo dos anos, essa quantia aumentou, chegando a R\$850.000 em 2023, com 300 beneficiários. O crescimento constante reflete a expansão dos serviços e a confiança da comunidade na instituição (FUNDAES, 2023).

A inadimplência permaneceu baixa, variando de 1,5% a 1,9% ao longo do período. Essa estabilidade demonstra uma administração cuidadosa dos recursos e a eficácia de um modelo de Economia Solidária, onde a confiança comunitária e as relações locais promovem o compromisso dos beneficiários em manter seus pagamentos em dia. Como observado por França Filho e Silva Jr. (2021), o Banco Bem utiliza um modelo que incentiva a circulação interna da riqueza e promove a autossuficiência econômica dentro das comunidades, destacando a importância de taxas de inadimplência baixas para a sustentabilidade de Bancos Comunitários (FUNDAES, 2023).

O impacto do Banco Bem na comunidade é notável, especialmente em termos de inclusão financeira e geração de emprego. Estudos realizados por Melo Neto (2021) indicam que mais de 70% dos pequenos negócios da área passaram a aceitar a Moeda Social Bem, e 50% dos empreendedores beneficiados pelo microcrédito relataram aumento na demanda por seus produtos e serviços. A Moeda Social Bem também proporcionou descontos e vantagens para consumidores que a utilizam, incentivando ainda mais o consumo nos estabelecimentos locais.

Segundo um levantamento da Secretaria de Economia Solidária do Espírito Santo (2022), a circulação de moeda Bem na comunidade resultou em um aumento de 25% na receita média dos pequenos comerciantes. Esse aumento na receita fortaleceu o comércio local e reduziu a necessidade de dependência de recursos externos, gerando um ambiente econômico mais autossuficiente e dinâmico. O Banco Bem se tornou, assim, um agente transformador na economia local, promovendo uma forma de autogestão e incentivando a participação ativa dos moradores na construção de soluções para os desafios econômicos da região.

O Banco Bem também se destaca por suas inovações e parcerias com organizações locais e governamentais. Em parceria com a Prefeitura de Vitória e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), o banco conseguiu expandir seu alcance e consolidar sua presença na comunidade. Em 2018, o banco adotou a tecnologia de Moeda Social digital, possibilitando transações eletrônicas por meio de

smartphones, o que aumentou a eficiência e transparência nas operações financeiras e ampliou o acesso dos moradores ao sistema bancário local (Mostaji et al., 2019).

A introdução do E-Dinheiro foi particularmente benéfica durante a pandemia da COVID-19, quando as transações digitais se tornaram essenciais para garantir a continuidade do comércio local, sem a necessidade de contato físico. Essa inovação permitiu que o Banco Bem permanecesse resiliente durante o período de crise, contribuindo para a recuperação econômica da comunidade e fortalecendo as práticas de Economia Solidária (Silva, 2020).

A plataforma E-Dinheiro tornou-se uma importante aliada na expansão das atividades do Banco Bem. Com a adoção da plataforma, o banco passou a digitalizar parte de suas transações, facilitando o uso da Moeda Social Bem em formato digital e ampliando o alcance das operações financeiras. O E-Dinheiro permite que os moradores de São Benedito utilizem a moeda digital para pagar por produtos e serviços em estabelecimentos cadastrados, contribuindo para uma maior inclusão digital e financeira. A parceria com o E-Dinheiro, que oferece uma interface moderna e acessível para transações seguras e rápidas, representa um avanço significativo na estrutura financeira do Banco Bem, que se mantém conectado às inovações tecnológicas sem perder seus princípios de cooperação e solidariedade (Mol, 2019).

A história do Banco Bem é também marcada pela atuação do Ateliê de Ideias, uma organização não governamental que apoia e desenvolve projetos de Economia Solidária. O Ateliê de Ideias foi um dos principais impulsionadores da criação do Banco Bem e continua sendo um importante parceiro nas iniciativas voltadas ao desenvolvimento comunitário em Vitória. A organização promove cursos e oficinas sobre gestão financeira, empreendedorismo e desenvolvimento sustentável, capacitando os moradores para utilizarem de forma eficaz as ferramentas oferecidas pelo banco. Com o suporte do Ateliê de Ideias, o Banco Bem conseguiu não apenas promover o desenvolvimento econômico local, mas também engajar a comunidade na construção de um projeto de autossuficiência e solidariedade (Menezes e Crocco, 2009).

Atualmente, o Banco Bem continua em operação, de acordo com França Filho e Silva Júnior (2013), sendo um modelo de referência no campo dos Bancos Comunitários no Brasil, por seu impacto positivo nas comunidades em que atua, oferecendo crédito acessível e incentivando o uso de Moeda Social para fortalecer o

comércio local e as redes de solidariedade. Além disso, relatórios anuais da Rede Brasileira de Bancos Comunitários destacam o Banco Bem como uma iniciativa exemplar, demonstrando como as políticas de Economia Solidária podem ser eficazes na redução da exclusão financeira e na promoção do desenvolvimento comunitário.

Sua trajetória é um exemplo de como as iniciativas de Economia Solidária podem transformar realidades locais, promovendo a inclusão financeira e fortalecendo as redes de cooperação comunitária. A expansão do uso da Moeda Social Bem através do E-Dinheiro permitiu que o banco se modernizasse e atendesse a novas demandas da comunidade, sem perder o foco em seu objetivo principal de promover o desenvolvimento local e combater as desigualdades sociais (Silva, 2020).

Embora o Banco Bem tenha alcançado importantes conquistas, ele ainda enfrenta desafios. A sustentabilidade financeira a longo prazo e a necessidade de manter a aderência da comunidade ao uso da Moeda Social são questões centrais para o banco. França Filho e Silva Jr. (2021) ressaltam que, para manter o sucesso da Moeda Social Bem, é essencial continuar promovendo a educação financeira e fortalecer as redes de solidariedade local. Além disso, a busca por novas parcerias com o setor público e privado pode ampliar o alcance do banco e proporcionar uma maior base de capital para a concessão de crédito.

Para o futuro, o Banco Bem pretende expandir seu modelo para outras comunidades de Vitória e estabelecer mais parcerias que permitam consolidar o uso da Moeda Social Bem em diversas áreas da cidade, ampliando o impacto da Economia Solidária no município. Com isso, o Banco Bem se consolida como uma referência em Banco Comunitário e Moeda Social, contribuindo para a construção de um modelo econômico que valoriza a coletividade e a autossuficiência comunitária.

Em conclusão, a trajetória do Banco Comunitário Bem demonstra o poder transformador das iniciativas de Economia Solidária e dos Bancos Comunitários no combate à exclusão financeira e na promoção de uma economia mais justa e inclusiva. A liderança de Leonora Mol e o suporte do Ateliê de Ideias foram fundamentais para o sucesso do banco, que hoje se mantém como um exemplo de inovação social e de autogestão comunitária. A parceria com a plataforma E-Dinheiro ampliou ainda mais o impacto do banco, tornando-o uma referência na utilização de tecnologias digitais em prol da inclusão financeira.

6.4 BANCO JARDIM BOTÂNICO - JOÃO PESSOA, PARAÍBA

O Banco Comunitário Jardim Botânico (BCJB), fundado em 2013, representa uma iniciativa de Economia Solidária no Nordeste brasileiro, voltada para fortalecer a autossuficiência econômica e a inclusão financeira na comunidade de São Rafael, desde o início, o banco teve como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico local através de práticas de microcrédito acessível, Moeda Social e apoio aos pequenos empreendimentos. O BCJB atua sob a gestão do Instituto Voz Popular (IVP) (Lucena, 2013).

Como apresentado por Lucena (2013) o BCJB foi construído a partir de um intenso processo de participação comunitária, que envolveu a população em decisões como o nome do banco e o desenho de seu símbolo. Em um concurso público, os moradores escolheram o nome "Jardim Botânico" e o símbolo "Árvore do Abraço" para representar o banco, refletindo a identidade e a história da comunidade (Lucena, 2013, p. 137). Esse envolvimento reforça a conexão entre o banco e os moradores, promovendo um sentimento de pertencimento e de responsabilidade compartilhada.

O Banco Comunitário Jardim Botânico é uma iniciativa que exemplifica o desenvolvimento territorial sustentável, as finanças solidárias e os princípios da Economia Solidária no Brasil. Criado na comunidade de São Rafael, em João Pessoa/PB, o banco tem como objetivo principal promover a inclusão financeira e fortalecer a economia local, utilizando a Moeda Social Orquídea como um dos principais instrumentos de sua estratégia de desenvolvimento. Essa experiência faz parte de uma prática mais ampla de Bancos Comunitários, que buscam criar modelos de desenvolvimento endógeno, ajustados às necessidades específicas das comunidades onde atuam, promovendo a autogestão e o apoio mútuo (Raposo et al., 2020; França Filho, 2017).

Diferente das abordagens tradicionais, que frequentemente adotam uma lógica exógena e impessoal, o Banco Comunitário Jardim Botânico baseia suas ações nas demandas e realidades locais. O banco organiza a economia da comunidade através de novas interações socioeconômicas, promovendo o desenvolvimento humano, social, territorial e ambiental. Essa abordagem está alinhada com os princípios da sustentabilidade, colocando as pessoas no centro do processo de desenvolvimento, tanto como meio quanto como fim. Ao buscar

soluções locais para problemas econômicos, o banco rompe com as políticas de desenvolvimento que impõem soluções externas, desconsiderando as particularidades das comunidades e agravando as desigualdades (Raposo et al., 2020; Singer, 2002).

O BCJB oferece linhas de microcrédito para atender necessidades essenciais da população, como a compra de alimentos, gás de cozinha e medicamentos. A moeda Orquídea permite que os moradores realizem transações com condições mais favoráveis que as oferecidas pelo sistema bancário convencional, promovendo a circulação de renda dentro da própria comunidade e fortalecendo o consumo local (Silva, 2017). Segundo dados do BCJB, cerca de 75% dos beneficiários desses microcréditos são mulheres, que utilizam os recursos para manter a subsistência de suas famílias (França Filho; Silva Jr., 2021).

Conforme destaca o estudo de Jaciara Gomes Raposo e colaboradores (2020), o Banco Comunitário Jardim Botânico tem desempenhado um papel fundamental na transformação socioeconômica da comunidade de São Rafael, o banco reorganizou a economia local especialmente através da utilização da Moeda Social Orquídea e da concessão de crédito solidário, promovendo interações econômicas baseadas na confiança e solidariedade. A Moeda Social Orquídea, que circula exclusivamente dentro da comunidade, não apenas mantém a riqueza gerada localmente, como também fortalece o comércio e os serviços locais, promovendo a inclusão financeira de moradores que tradicionalmente estariam excluídos do sistema bancário formal (França Filho, 2017; Silva, 2020).

A gestão social comunitária é um dos elementos essenciais que diferencia o Banco Comunitário Jardim Botânico. A participação ativa dos moradores nas decisões sobre a gestão do banco e a utilização da Moeda Social Orquídea fortalece o compromisso da comunidade com a iniciativa. A autogestão e a cooperação mútua são valores centrais na organização do banco, assegurando que os benefícios do desenvolvimento sejam distribuídos de forma equitativa entre os membros da comunidade. Esse modelo de governança participativa reflete os valores da Economia Solidária, promovendo não apenas a redistribuição justa de recursos, mas também o fortalecimento dos laços sociais e o empoderamento comunitário (Raposo et al., 2020; Laville, 2014).

O Banco Comunitário Jardim Botânico tem demonstrado a eficácia de suas práticas organizativas em comunidades empobrecidas ao longo dos anos. A

incorporação da plataforma digital E-Dinheiro ao sistema do banco foi um marco importante na modernização das transações, ampliando o alcance e a acessibilidade da Moeda Social Orquídea para os moradores. A adoção do E-Dinheiro tornou as transações mais seguras e ágeis, permitindo que o banco expandisse suas atividades e facilitasse o acesso a serviços financeiros para pequenos empreendedores locais. Essa inovação também ajudou a criar um modelo econômico mais inclusivo e sustentável, que utiliza as tecnologias digitais sem perder os princípios de solidariedade e cooperação (Menezes; Crocco, 2009; Mol, 2019).

Embora o BCJB tenha promovido impactos significativos na economia local, ele enfrenta desafios relacionados à sustentabilidade financeira e à manutenção de uma base de recursos que sustente as operações do banco. No início, o lastro da moeda Orquídea era de aproximadamente R\$15.000,00, mas atualmente esse valor caiu para cerca de R\$7.000,00, devido ao redirecionamento de recursos para a construção de uma nova sede do banco. O Banco Jardim Botânico também enfrenta desafios para expandir o uso da moeda Orquídea e aumentar a adesão dos comerciantes locais, algo crucial para ampliar o impacto econômico do banco na comunidade (Faria; Sanchez, 2011).

Além de seu impacto econômico direto, o Banco Comunitário Jardim Botânico também atua como uma plataforma de transformação social. O uso do crédito solidário e da Moeda Social Orquídea promove a inclusão social e reforça os laços de solidariedade entre os moradores, gerando novas formas de interação econômica baseadas na confiança mútua. A experiência do Jardim Botânico demonstra que os Bancos Comunitários são muito mais do que ferramentas para inclusão financeira; eles são também importantes plataformas para a construção de redes de apoio social e para o fortalecimento da identidade comunitária (Singer, 2002; Raposo et al., 2020).

Contudo, é importante destacar que as Moedas Sociais, como a Orquídea, enfrentam desafios para se consolidarem como mecanismos de desenvolvimento sustentável. Como observado por Rigo e França (2017) no estudo sobre o Banco Palmas, muitas vezes o uso dessas moedas é limitado pela falta de adesão da comunidade e pelas dificuldades em expandir seu uso para além dos limites locais. No caso do Banco Jardim Botânico, a integração do E-Dinheiro tem ajudado a mitigar esses desafios ao facilitar a aceitação e a circulação da moeda em um

formato digital, mas o sucesso contínuo da moeda depende de uma estratégia constante de engajamento comunitário e de políticas públicas de apoio (Rigo ; França, 2017).

Em síntese, o Banco Comunitário Jardim Botânico reforça a importância dos Bancos Comunitários como agentes de transformação social e econômica. Através da combinação entre Economia Solidária, autogestão comunitária e desenvolvimento territorial, o banco tem gerado impactos positivos na reorganização da economia local, proporcionando uma base sólida para a construção de novas realidades sociais e econômicas em comunidades marginalizadas. O caso do Banco Comunitário Jardim Botânico reafirma o papel central dessas iniciativas no combate à exclusão financeira e na promoção de um desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo (Raposo et al., 2020; Rigo ; França, 2017; França Filho, 2017).

7 O E-DINHEIRO COMO UMA FERRAMENTA INSTRUMENTO DE INCLUSÃO FINANCEIRA

O E-Dinheiro é uma inovação tecnológica no campo da Economia Solidária e finanças comunitárias, lançado pelo Banco Palmas em 2015 com o objetivo de modernizar as transações de Moedas Sociais no Brasil e facilitar a inclusão financeira de populações marginalizadas. Trata-se de uma Moeda Social digital, operada por meio de um aplicativo, que permite transações entre usuários e comerciantes locais sem a necessidade de intermediários financeiros tradicionais. Seu desenvolvimento foi uma resposta ao crescimento do uso de Moedas Sociais e à necessidade de uma plataforma que ampliasse o acesso digital, reduzindo barreiras ao uso físico das moedas e proporcionando mais segurança e agilidade nas transações (Banco Palmas, 2015).

A criação do E-Dinheiro foi motivada pela experiência acumulada pelo Banco Palmas, o primeiro Banco Comunitário do Brasil, com o uso de Moedas Sociais físicas, como a moeda Palmas. Com o aumento da popularidade dessas moedas e o impacto positivo nas economias locais, percebeu-se a necessidade de uma alternativa digital que pudesse facilitar a circulação da Moeda Social em ambientes urbanos e rurais. Assim, o E-Dinheiro foi concebido como uma plataforma que reunisse os princípios da Economia Solidária com os avanços tecnológicos, permitindo que comunidades tivessem acesso a um sistema financeiro seguro e inclusivo, mesmo em áreas remotas ou desfavorecidas economicamente (Instituto Banco Palmas, 2015; Mendonça, 2022).

O E-Dinheiro é uma plataforma que possui a moeda digital ancorada ao Real, usada para realizar transações em estabelecimentos que aceitam Moedas Sociais locais. Esse sistema facilita a circulação de dinheiro entre consumidores e comerciantes, eliminando a necessidade de moeda física. Seu funcionamento é estruturado em um aplicativo de smartphone que permite ao usuário efetuar pagamentos, transferências, depósitos, e consultar saldos e extratos de forma rápida e segura. Esta funcionalidade é particularmente útil em áreas onde há falta de acesso a bancos tradicionais, promovendo inclusão financeira entre trabalhadores informais, autônomos e indivíduos de baixa renda, que podem encontrar no E-Dinheiro uma alternativa prática e acessível.

A plataforma foi projetada para ser amplamente acessível e possui custos

reduzidos em comparação com as tarifas associadas às transações com maquininhas de cartão convencionais. Esse fator reduz os custos para usuários e comerciantes locais, incentivando a adesão de uma base maior de clientes. Além disso, as transações são monitoradas e controladas pela comunidade, sob a supervisão dos Bancos Comunitários associados. Este aspecto promove a autogestão e aumenta a confiança dos usuários, pois o sistema é transparente e controlado localmente, permitindo à comunidade gerenciar o uso de sua própria moeda digital e garantindo que os recursos permaneçam no comércio local (Banco Palmas, 2015).

Em 2020, o sistema alcançou cerca de 42 mil transações mensais, com mais de R\$3 milhões movimentados anualmente em várias comunidades do Brasil (Instituto Banco Palmas, 2021). Esse crescimento reflete a aceitação positiva da plataforma entre as comunidades que adotaram o E-Dinheiro como um meio de pagamento seguro e acessível.

Autores como Moraes e Silva (2023) e Rodrigues e França Filho (2022) destacam que a importância do E-Dinheiro não reside apenas em seu caráter tecnológico, mas sobretudo em sua capacidade de articular inclusão digital, educação financeira e autonomia comunitária. Essas dimensões são centrais para compreender sua singularidade diante de outras fintechs e plataformas digitais. Conforme ressalta Santos (2023), a principal inovação do E-Dinheiro é sua orientação ética e política voltada à justiça social e à democratização do acesso ao sistema financeiro

A seguir, apresentamos uma tabela com dados sobre o uso do E-Dinheiro em algumas comunidades atendidas pelo Banco Palmas:

Tabela 9 - Operação e funcionalidades do E-Dinheiro

Ano	Número de Transações Mensais	Volume de Transações (R\$)	Número de Usuários Ativos
2018	20.000	1.500.000	10.000
2019	30.000	2.000.000	18.000
2020	42.000	3.000.000	25.000
2021	50.000	4.200.000	32.000
2022	58.000	5.000.000	40.000

Fonte: Instituto Banco Palmas (2022).

O E-Dinheiro também promove o fortalecimento do comércio local, pois

incentiva que o dinheiro gerado dentro das comunidades permaneça circulando nelas, gerando um ciclo virtuoso de crescimento econômico e autossuficiência. Além disso, o sistema oferece um modelo escalável que pode ser replicado em outras regiões, aumentando o alcance das Moedas Sociais no Brasil Mendonça (2022).

Embora o E-Dinheiro tenha alcançado várias comunidades, ainda enfrenta desafios, como a limitação do acesso à internet e a necessidade de alfabetização digital em algumas áreas. Esses obstáculos, no entanto, têm sido abordados com programas de capacitação e parcerias que visam a ampliação da infraestrutura digital e a promoção da inclusão tecnológica entre as populações beneficiadas (Silva Jr.; França Filho, 2017).

Em termos de perspectivas, o Banco Palmas planeja expandir a plataforma E-Dinheiro para outras localidades, com a meta de integrar mais comunidades ao sistema de Moeda Social digital e fomentar um ecossistema de finanças solidárias cada vez mais robusto Instituto Banco Palmas, 2024).

7.1 O CONTRASTE ENTRE AS MOEDAS DIGITAIS TRADICIONAIS E O E-DINHEIRO

A evolução tecnológica no setor financeiro tem possibilitado o surgimento de sistemas de pagamento digitais que desafiam os modelos convencionais de transação econômica. Entre essas inovações destacam-se as moedas digitais tradicionais, como Bitcoin e Ethereum, bem como o E-Dinheiro, uma plataforma social que integra os princípios da Economia Solidária. Embora compartilhem características como a digitalização e a descentralização parcial de processos financeiros, essas abordagens divergem profundamente em suas estruturas, propósitos e impactos socioeconômicos.

As moedas digitais tradicionais, criadas a partir do marco inicial do Bitcoin por Nakamoto (2008), têm como principais objetivos oferecer autonomia financeira, eliminar intermediários e promover a descentralização. Operando por meio de tecnologias como o blockchain, essas moedas são amplamente utilizadas como ativos especulativos, com alta volatilidade e pouca conexão com as necessidades das economias locais. Como destacado por Krugman (2018), essa volatilidade pode limitar sua utilização em transações cotidianas e em contextos sociais mais vulneráveis, onde a estabilidade é um requisito essencial.

Diferentemente das soluções de mercado, o E-Dinheiro se ancora em um paradigma de desenvolvimento que prioriza o bem comum. Sua arquitetura tecnológica não é neutra: ela é moldada pelos valores da Economia Solidária, como autogestão, cooperação e reciprocidade. Isso se reflete, por exemplo, na possibilidade de controle local da circulação monetária, na rastreabilidade das transações e na ausência de taxas abusivas, aspectos frequentemente ignorados pelas grandes instituições financeiras.

De acordo com França Filho e Cunha (2023), o E-Dinheiro é parte de uma "infraestrutura social digital", que reorganiza a vida econômica nos territórios de forma mais justa, inclusiva e sustentável. Além disso, iniciativas como a criação de fundos emergenciais pagos em Moeda Social por prefeituras locais, com apoio do Instituto E-Dinheiro, sinalizam o potencial da plataforma para integrar políticas públicas de desenvolvimento local (Instituto E-Dinheiro, 2023).

Em contraste, o E-Dinheiro foi desenvolvido pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários, em parceria com a fintech Instituto E-Dinheiro Brasil, para atender especificamente comunidades vulneráveis, muitas vezes excluídas do sistema financeiro formal (Menezes ; Crocco, 2020). A plataforma integra funcionalidades que permitem o gerenciamento de Moedas Sociais digitais, todas lastreadas integralmente no Real, atendendo às exigências do Banco Central para evitar a proliferação descontrolada de meios de pagamento paralelos e proteger contra pressões inflacionárias. Esse lastro é essencial para garantir confiança e estabilidade nas transações, diferenciando o E-Dinheiro das criptomoedas tradicionais, que não possuem equivalência direta com moedas fiduciárias.

Além disso, o E-Dinheiro promove a inclusão financeira ao adaptar suas funcionalidades para usuários com baixa ou nenhuma familiaridade com tecnologias digitais. Como afirmam Silva e Costa (2021), a plataforma permite transações por meio de celulares básicos, reduzindo barreiras relacionadas à conectividade e ao acesso a dispositivos tecnológicos de ponta. Isso contrasta com as criptomoedas, que, embora descentralizadas, exigem dispositivos sofisticados, internet de alta velocidade e conhecimentos técnicos para uso, excluindo automaticamente milhões de pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade.

No campo do impacto social, as criptomoedas tradicionais concentram-se no mercado global e nas dinâmicas especulativas, enquanto o E-Dinheiro se alinha aos princípios da Economia Solidária, que buscam a promoção da justiça social, o

fortalecimento das economias locais e a autonomia comunitária (Singer, 2018). Essa abordagem solidária é fundamental para a transformação das economias periféricas, permitindo que os recursos circulem dentro das próprias comunidades e fomentando redes de produção e consumo sustentáveis.

Por fim, enquanto as criptomoedas tradicionais desafiam as instituições financeiras convencionais em nível global, o E-Dinheiro representa uma solução prática e localmente adaptada, alinhada às necessidades de populações marginalizadas. A plataforma se destaca como um exemplo de como a tecnologia pode ser utilizada para reduzir desigualdades e construir alternativas econômicas mais justas e inclusivas.

7.2 ESTABILIDADE E LASTRO EM REAL DA MOEDA SOCIAL

A necessidade de lastro total em Real no E-Dinheiro decorre de exigências regulamentares do Banco Central do Brasil, que visam evitar a criação descontrolada de meios de pagamento paralelos e possíveis pressões inflacionárias (Menezes; Crocco, 2020). Esse lastro garante que cada unidade da Moeda Social emitida esteja respaldada por um valor equivalente em moeda oficial, assegurando que sua aceitação seja confiável tanto por comerciantes quanto por usuários.

Embora o lastro limite o potencial multiplicador da Moeda Social, ele é fundamental para consolidar a credibilidade do sistema. As principais fontes de lastro incluem a conversão voluntária de reais por Moeda Social, doações de pessoas físicas e jurídicas e transferências governamentais. Essas injeções de recursos permitem que o E-Dinheiro circule em redes locais, fomentando a economia de base solidária sem comprometer a estabilidade econômica (Menezes; Crocco, 2020).

O lastro desempenha um papel central no funcionamento das Moedas Sociais digitais gerenciadas por plataformas como o E-Dinheiro e implementadas por Bancos Comunitários. Diferentemente das moedas digitais tradicionais, que geralmente não possuem lastro em moeda fiduciária, as Moedas Sociais digitais operam com lastro integral em reais. Esse modelo é essencial para garantir a estabilidade e a confiança nas transações realizadas, além de atender às regulamentações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. A obrigatoriedade de lastro assegura que cada unidade da Moeda Social digital emitida esteja respaldada

por um valor equivalente em reais, evitando a proliferação descontrolada de meios de pagamento paralelos e protegendo o sistema contra possíveis impactos inflacionários (Menezes; Crocco, 2020).

Esse modelo de lastro se fundamenta em diversas fontes, como a conversão direta de reais em Moeda Social por usuários, doações de indivíduos e organizações, e transferências governamentais. Entre essas fontes estão a conversão direta de reais pelos usuários, doações de indivíduos, empresas e organizações, além de transferências governamentais destinadas a fomentar o uso dessas moedas. Esses recursos garantem que cada unidade da Moeda Social tenha respaldo em reais, promovendo segurança nas transações e incentivando sua aceitação em comunidades locais (Menezes; Crocco, 2020). Cada uma dessas fontes contribui para a sustentabilidade do sistema, permitindo que as Moedas Sociais circulem de maneira eficiente em economias locais. Além disso, o lastro reforça a aceitação da moeda por parte de comerciantes e consumidores, pois elimina o risco de desvalorização abrupta ou falta de liquidez. Esse aspecto é especialmente importante para comunidades vulneráveis, onde a confiança no sistema financeiro alternativo é um fator determinante para sua adesão (Silva; Costa, 2021).

Ao garantir a equivalência direta com o real, o lastro também promove um ambiente financeiro mais transparente e previsível. A rastreabilidade proporcionada pelo E-Dinheiro permite que os Bancos Comunitários monitorem e gerenciem as transações de forma eficiente, fortalecendo a confiança dos usuários. Estudos, como o realizado no Banco Bem em Vitória/ES, demonstram que o uso de Moedas Sociais lastreadas pode aumentar significativamente a circulação de riqueza dentro das comunidades, fomentando pequenos negócios e estimulando o comércio local (Menezes; Crocco, 2020).

O modelo de lastro integral se alinha aos princípios da Economia Solidária, na medida em que assegura que os benefícios das Moedas Sociais sejam amplamente distribuídos e permaneçam nas comunidades onde são emitidas. Esse sistema fortalece a autonomia local, reduzindo a dependência de grandes instituições financeiras e promovendo a autossuficiência econômica. Além disso, ao garantir estabilidade monetária, o lastro protege as comunidades contra oscilações que poderiam comprometer sua confiança na moeda e no sistema como um todo.

Portanto, o lastro integral em reais não apenas sustenta a funcionalidade das

Moedas Sociais digitais, mas também reafirma seu papel como instrumento de transformação econômica e social. Por meio desse mecanismo, os Bancos Comunitários e plataformas como o E-Dinheiro conseguem alinhar inovação tecnológica a um modelo financeiro inclusivo e resiliente, fortalecendo as bases da Economia Solidária.

Adicionalmente, a importância do lastro tem sido reafirmada em novos estudos sobre infraestrutura de Moedas Sociais digitais no Brasil. França Filho e Cunha (2023) argumentam que o lastro financeiro deve ser entendido não apenas como garantia de conversibilidade da moeda, mas como parte de uma infraestrutura ética e comunitária, que sustenta o uso das tecnologias digitais em territórios marcados pela desigualdade e pela exclusão financeira. Dessa forma, o lastro fortalece não apenas a confiança monetária, mas a legitimidade social e política da moeda digital localmente gerida.

Além disso, o Instituto E-Dinheiro Brasil (2023) tem promovido a articulação de redes de apoio ao lastro com base em fundos emergenciais públicos, campanhas de doações digitais e parcerias com prefeituras, como ocorreu durante a pandemia de COVID-19. Nessas experiências, o lastro foi garantido com recursos municipais convertidos em Moeda Social digital, como forma de estimular o consumo em comércios locais e fortalecer a economia dos bairros populares.

A adoção crescente da plataforma E-Dinheiro, com mais de 125 mil contas digitais abertas e 380 mil operações mensais em 2023, confirma que o modelo de lastro integral não impede a expansão da moeda, mas sim a viabiliza de forma sustentável e segura (Banco Municipal, 2023). Isso é evidenciado também na atuação dos 118 Bancos Comunitários associados à Rede Brasileira, dos quais 50 já operam com moedas digitais lastreadas.

Segundo Laville (2021), a confiança em moedas alternativas depende diretamente da estabilidade institucional dos seus mecanismos de suporte, entre eles, o lastro financeiro e a governança participativa. Assim, o lastro em real não deve ser visto como uma mera exigência técnica, mas como um componente da governança econômica comunitária, que confere ao sistema digital uma ancoragem social e territorial.

Portanto, para além da estabilidade monetária, o lastro também desempenha papel estratégico na mediação entre políticas públicas, atores comunitários e plataformas tecnológicas, assegurando que as Moedas Sociais digitais estejam a

serviço do fortalecimento da economia local e da ampliação dos direitos econômicos de populações historicamente excluídas (França Filho; Cunha, 2023; Laville, 2021; Banco Municipal, 2023).

O lastro é um elemento essencial para o funcionamento das Moedas Sociais digitais utilizadas em Bancos Comunitários e em plataformas como o E-Dinheiro. De acordo com Menezes e Crocco (2020), o lastro integral em reais garante a estabilidade monetária e protege as economias locais contra flutuações e pressões inflacionárias. Esse mecanismo, exigido pelo Banco Central do Brasil, assegura que cada unidade de Moeda Social digital seja respaldada por um valor correspondente em reais, o que previne a criação descontrolada de meios de pagamento paralelos e reforça a confiança dos usuários e comerciantes. Singer (2018) acrescenta que esse modelo de lastro não apenas oferece segurança, mas também fortalece a aceitação das Moedas Sociais, uma vez que usuários podem confiar na sua conversão para a moeda oficial a qualquer momento.

As fontes de lastro são diversas e incluem a conversão direta de reais em Moeda Social, doações de organizações privadas e públicas e transferências governamentais. Segundo Silva e Costa (2021), essas fontes contribuem para a sustentabilidade do sistema, garantindo que as Moedas Sociais sejam viáveis mesmo em contextos de alta vulnerabilidade econômica. Menezes e Crocco (2020) ressaltam que a rastreabilidade oferecida por plataformas como o E-Dinheiro reforça a transparência do sistema, permitindo que os Bancos Comunitários monitorem a utilização do lastro de forma eficiente e segura. Essa transparência é fundamental para a adesão de comunidades locais e pequenos comerciantes, pois reduz incertezas e fortalece a confiança na moeda.

A estabilidade proporcionada pelo lastro também estimula a circulação econômica nas comunidades atendidas. Estudos realizados por Menezes e Crocco (2020) sobre o Banco Bem, em Vitória/ES, indicam que a implementação de Moedas Sociais lastreadas aumentou em até 30% a circulação de riqueza dentro da comunidade, fomentando pequenos negócios e incentivando o consumo local. Singer (2018) destaca que essa dinâmica fortalece redes de solidariedade econômica, promovendo uma distribuição mais equitativa de recursos. Silva e Costa (2021) corroboram esses dados ao afirmar que o lastro permite que as Moedas Sociais sejam aceitas em uma ampla gama de estabelecimentos, ampliando seu impacto econômico e social.

Apesar das vantagens, o modelo de lastro apresenta desafios importantes. Como apontado por Menezes e Crocco (2020), a criação e manutenção de um fundo de lastro inicial robusto podem ser obstáculos significativos em regiões com poucos recursos financeiros. Singer (2018) argumenta que parcerias estratégicas, tanto com o setor público quanto privado, são fundamentais para superar essas limitações e garantir a sustentabilidade das Moedas Sociais. Além disso, Silva e Costa (2021) enfatizam a necessidade de maior inclusão digital nas comunidades atendidas, visto que a falta de acesso à tecnologia pode limitar a adoção de plataformas como o E-Dinheiro.

Portanto, o lastro desempenha um papel no desenvolvimento das Moedas Sociais digitais, garantindo sua estabilidade, funcionalidade e aceitação em comunidades locais. Ele não é apenas um mecanismo financeiro, mas também uma ferramenta de transformação social, permitindo que sistemas financeiros alternativos se alinhem aos princípios da Economia Solidária. Como evidenciam Menezes e Crocco (2020), Singer (2018) e Silva e Costa (2021), o lastro fortalece a autonomia econômica das comunidades, promove redes de solidariedade e contribui para a construção de um sistema financeiro mais justo e inclusivo.

7.3 TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA E IMPACTO SOCIAL DO E-DINHEIRO

A governança e o propósito social das moedas digitais refletem diferenças substanciais entre as criptomoedas tradicionais e o E-Dinheiro, especialmente no que diz respeito à sua estrutura, objetivos e impacto. As criptomoedas tradicionais, como Bitcoin e Ethereum, são frequentemente governadas por algoritmos que operam em redes descentralizadas, onde o poder de decisão está concentrado em mineradores e grandes investidores (Zuboff, 2019). Essa configuração, embora eficiente para garantir a segurança e a autonomia da rede, frequentemente desconsidera questões sociais e negligencia o impacto nas comunidades locais, priorizando a especulação e o lucro financeiro acima de outras preocupações (Stiglitz, 2019).

Em contraste, o E-Dinheiro adota uma abordagem de governança participativa e socialmente orientada, fundamentada nos princípios da Economia Solidária. Ele é gerido por Bancos Comunitários que atuam como intermediários entre a tecnologia e as comunidades atendidas, garantindo que as decisões estratégicas sejam

alinhadas às necessidades locais (Silva, 2021). Essa governança inclusiva permite que diferentes atores sociais, como líderes comunitários, pequenos empreendedores e membros da sociedade civil, participem ativamente na definição das prioridades e na administração dos recursos.

O propósito social do E-Dinheiro é amplamente evidente na maneira como ele promove a autonomia econômica de comunidades marginalizadas. Sua estrutura permite que pequenos negócios locais sejam fortalecidos, já que a circulação da Moeda Social incentiva o consumo dentro da própria comunidade. Singer (2018) destaca que essa dinâmica reduz a dependência de grandes cadeias de distribuição e cria redes de produção e consumo solidárias, onde os recursos gerados permanecem nas comunidades e são reinvestidos em iniciativas locais.

Além disso, a governança participativa do E-Dinheiro facilita a construção de redes comunitárias mais coesas e resilientes. Os Bancos Comunitários, como parte integrante dessa estrutura, desempenham um papel central ao conectar os diferentes agentes econômicos, promovendo diálogos entre consumidores, produtores e entidades locais. Essa abordagem não apenas fomenta a confiança mútua, mas também assegura que as soluções implementadas sejam culturalmente apropriadas e eficazes para os desafios específicos enfrentados por cada comunidade (Menezes ; Crocco, 2020).

A governança descentralizada das criptomoedas tradicionais, apesar de sua inovação tecnológica, frequentemente cria um descompasso com os objetivos sociais. O modelo do E-Dinheiro, por outro lado, demonstra que é possível integrar tecnologias digitais com uma governança voltada ao bem-estar coletivo. Silva e Costa (2021) argumentam que essa integração é essencial para ampliar a inclusão financeira e digital, ao mesmo tempo em que promove justiça social e econômica.

Assim, enquanto as criptomoedas tradicionais permanecem amplamente concentradas em mercados especulativos globais, o E-Dinheiro exemplifica como a tecnologia pode ser utilizada como um instrumento de transformação social. Sua governança participativa e propósito social reforçam os princípios da Economia Solidária, oferecendo uma alternativa sustentável e inclusiva que beneficia diretamente as comunidades atendidas.

A inclusão e a acessibilidade são elementos cruciais para o sucesso de qualquer sistema financeiro, especialmente em países com altos índices de exclusão financeira, como o Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE, 2021), cerca de 34 milhões de brasileiros permanecem fora do sistema financeiro formal, sendo predominantemente residentes de áreas rurais ou periferias urbanas. Essa exclusão reflete não apenas desigualdades econômicas, mas também limitações tecnológicas e educacionais que dificultam o acesso a serviços bancários convencionais e plataformas digitais emergentes.

As criptomoedas, embora apresentem potencial de disfunção no sistema financeiro global, enfrentam barreiras significativas em termos de inclusão e acessibilidade. Seu uso geralmente exige dispositivos de alta tecnologia, como smartphones avançados ou computadores, além de conexão à internet estável e conhecimentos técnicos sobre carteiras digitais, transações blockchain e segurança online. De acordo com Zuboff (2019), essas exigências criam um sistema excludente, onde populações marginalizadas ficam à margem da revolução digital, incapazes de se beneficiar das inovações tecnológicas.

Em contraste, o E-Dinheiro é projetado para superar essas barreiras, promovendo um sistema financeiro mais inclusivo e acessível. Desenvolvido pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários em parceria com a fintech Instituto E-Dinheiro Brasil, o sistema foi desenhado para atender às necessidades específicas de comunidades vulneráveis. Uma de suas principais inovações é a possibilidade de realizar transações por meio de celulares básicos, dispensando até mesmo a necessidade de acesso à internet em alguns casos (Menezes ; Crocco, 2020). Essa característica reduz significativamente as barreiras de entrada e permite que populações sem infraestrutura tecnológica adequada sejam integradas ao sistema financeiro digital.

Além de sua acessibilidade tecnológica, o E-Dinheiro é acompanhado por iniciativas de educação financeira que visam capacitar os usuários em sua utilização. Essas ações incluem oficinas comunitárias, materiais didáticos e suporte técnico contínuo, garantindo que mesmo aqueles com baixa alfabetização digital possam participar do sistema. Singer (2018) destaca que a inclusão financeira não se limita ao acesso às ferramentas, mas envolve também a criação de condições para que os indivíduos utilizem essas ferramentas de forma eficaz e segura.

Outro diferencial do E-Dinheiro é sua capacidade de operar em áreas com infraestrutura limitada. Enquanto as criptomoedas tradicionais dependem de uma infraestrutura robusta de internet e energia elétrica, o E-Dinheiro utiliza tecnologias que permitem transações off-line em situações específicas, ampliando seu alcance

para áreas rurais e regiões periféricas. Silva e Costa (2021) argumentam que essa adaptabilidade é essencial para integrar comunidades historicamente excluídas ao sistema econômico formal.

A inclusão promovida pelo E-Dinheiro também tem impacto direto na economia local. Ao oferecer uma plataforma acessível e confiável, ele incentiva o uso de Moedas Sociais digitais, que circulam preferencialmente entre pequenos comerciantes e consumidores locais. Essa dinâmica fortalece as economias de base solidária, aumenta a circulação de riqueza nas comunidades e reduz a dependência de grandes instituições financeiras (Menezes ; Crocco, 2020).

No entanto, os desafios permanecem. A exclusão digital, caracterizada pela falta de acesso a dispositivos e redes de internet, ainda é um obstáculo significativo para muitas comunidades. Para Silva e Costa (2021), a superação dessas barreiras exige uma abordagem integrada que combine investimentos em infraestrutura digital, políticas públicas inclusivas e parcerias com o setor privado. Além disso, programas de capacitação contínua são essenciais para garantir que os benefícios do E-Dinheiro sejam amplamente distribuídos e sustentáveis a longo prazo.

Em síntese, o E-Dinheiro representa uma solução prática e inovadora para a inclusão e acessibilidade financeira no Brasil. Sua capacidade de atender populações marginalizadas, combinada com iniciativas de educação financeira e suporte tecnológico, o posiciona como uma alternativa eficaz e alinhada aos princípios da Economia Solidária. Ao integrar comunidades excluídas ao sistema financeiro digital, o E-Dinheiro não apenas reduz desigualdades, mas também promove o desenvolvimento econômico sustentável e a justiça social.

As moedas digitais tradicionais, como Bitcoin e Ethereum, têm sido amplamente associadas a investimentos especulativos e à concentração de riqueza, limitando seu impacto positivo nas economias locais. Stiglitz (2019) argumenta que a volatilidade extrema e a falta de regulamentação dessas moedas contribuem para a exacerbação de desigualdades econômicas globais, especialmente em mercados emergentes. A ausência de um vínculo direto com economias locais faz com que o benefício dessas moedas seja amplamente restrito a investidores globais, enquanto comunidades vulneráveis permanecem excluídas de qualquer impacto positivo.

Em contrapartida, o E-Dinheiro emerge como uma ferramenta poderosa para transformar as economias locais e promover a justiça social. Gerenciado por Bancos Comunitários, o E-Dinheiro facilita a circulação de riqueza dentro das comunidades,

incentivando o consumo em pequenos negócios e reduzindo a dependência de grandes cadeias de distribuição. Singer (2018) ressalta que as Moedas Sociais digitais, ao priorizarem transações locais, criam um ambiente econômico mais resiliente e promovem a autonomia das comunidades.

A circulação de Moedas Sociais digitais por meio do E-Dinheiro não apenas beneficia pequenos empreendedores, mas também fortalece redes de produção e consumo solidárias. Menezes e Crocco (2020) destacam que o uso de moedas lastreadas e gerenciadas localmente aumenta em até 30% a circulação de recursos dentro das comunidades, gerando impactos econômicos significativos e estimulando o desenvolvimento sustentável. Além disso, o E-Dinheiro permite a inclusão financeira de indivíduos anteriormente excluídos do sistema bancário tradicional, promovendo maior equidade e acesso a oportunidades econômicas.

Os benefícios sociais do E-Dinheiro vão além do impacto econômico. A plataforma também fomenta a coesão comunitária, criando um senso de pertencimento e solidariedade entre seus usuários. Silva e Costa (2021) observam que o engajamento das comunidades na governança do sistema fortalece os laços sociais e incentiva a colaboração, promovendo não apenas benefícios financeiros, mas também uma cultura de apoio mútuo e desenvolvimento conjunto.

Enquanto as criptomoedas tradicionais continuam sua expansão como ativos globais, impulsionadas por investimentos especulativos e inovações tecnológicas como contratos inteligentes, o E-Dinheiro emerge como uma alternativa focada em transformar economias locais. Silva (2021) argumenta que a integração de plataformas como o E-Dinheiro com políticas públicas inclusivas e infraestrutura digital representa uma oportunidade única para expandir o impacto dos Bancos Comunitários e consolidar o modelo de Economia Solidária como um sistema econômico viável e justo.

O potencial de expansão do E-Dinheiro está diretamente ligado à sua adaptabilidade e alinhamento com as necessidades das comunidades atendidas. Sua capacidade de operar em áreas com infraestrutura limitada, combinada com iniciativas de educação financeira e suporte técnico, permite que ele alcance populações marginalizadas e promova a inclusão digital. Além disso, a colaboração com governos locais e organizações não-governamentais pode ampliar o alcance da plataforma, integrando-a a programas sociais e de desenvolvimento sustentável.

O E-Dinheiro poderá desempenhar um papel central na construção de

economias resilientes, especialmente em regiões afetadas por desigualdades econômicas e exclusão financeira. Para isso, será necessário investir em infraestrutura digital, fortalecer as redes de Bancos Comunitários e promover campanhas de conscientização sobre os benefícios das Moedas Sociais. Como Singer (2018) aponta, o avanço do modelo depende de sua capacidade de mobilizar recursos locais e articular esforços entre diversos atores sociais, econômicos e políticos.

A expansão do E-Dinheiro também está vinculada à capacidade de inovação tecnológica contínua. Ferramentas que integrem inteligência artificial, análise de dados e tecnologias de ponta podem potencializar a eficiência e a adaptabilidade da plataforma, garantindo que ela continue relevante em um cenário econômico em constante transformação. Assim, o E-Dinheiro não apenas consolida sua posição como uma alternativa inclusiva e sustentável, mas também se torna um exemplo de como a tecnologia pode ser utilizada para promover desenvolvimento econômico com equidade social.

A expansão do E-Dinheiro reflete a crescente integração de tecnologia e Economia Solidária, consolidando sua relevância como ferramenta de inclusão financeira e desenvolvimento econômico. Essa evolução está diretamente relacionada à atuação dos Bancos Comunitários, cuja presença nas diferentes regiões do Brasil revela a diversidade e o impacto dessas iniciativas no fortalecimento das economias locais.

Assim, observa-se que o E-Dinheiro representa mais do que um meio de pagamento digital: ele constitui uma infraestrutura financeira de base comunitária, alinhada aos desafios contemporâneos de inclusão, equidade e transformação socioeconômica. Sua replicabilidade, escalabilidade e capacidade de articulação com governos e redes da sociedade civil o posicionam como um modelo alternativo e inovador frente ao sistema bancário tradicional, contribuindo de forma concreta para a construção de uma economia centrada nas pessoas e nos territórios.

Diante desses aspectos, torna-se fundamental compreender como o E-Dinheiro tem sido vivenciado na prática pelas comunidades atendidas. Para além dos marcos teóricos e das análises quantitativas, os relatos de representantes de Bancos Comunitários oferecem uma perspectiva concreta e situada sobre os impactos, os desafios e as possibilidades associadas ao uso da plataforma. Nesse sentido, o próximo subcapítulo apresenta contribuições empíricas colhidas por meio

de entrevistas com gestores locais, visando enriquecer a análise com elementos qualitativos que evidenciam a dimensão vivencial da Moeda Social digital no cotidiano das economias populares.

7.4 CONTRIBUIÇÕES EMPÍRICAS: RELATOS DE REPRESENTANTES DE BANCOS COMUNITÁRIOS

Como parte do aprofundamento analítico proposto neste trabalho, optou-se por realizar entrevistas com representantes de Bancos Comunitários de diferentes regiões do Brasil. O objetivo foi compreender, a partir de relatos diretos, as percepções dessas pessoas sobre o uso da plataforma E-Dinheiro, seus impactos nas dinâmicas locais, os desafios enfrentados na implementação da Moeda Social Digital e os avanços observados nas comunidades atendidas.

Embora esta dissertação tenha natureza essencialmente bibliográfica, a inclusão de entrevistas visa trazer uma dimensão empírica complementar, oferecendo vozes dos territórios diretamente envolvidos com a operacionalização da Economia Solidária.

As entrevistas foram realizadas pela autora de forma remota, entre os meses de maio e julho de 2025, com base em um roteiro semi estruturado² que abordou temas como: histórico de utilização da plataforma, percepção sobre impactos sociais e econômicos, desafios técnicos e comunitários, articulações com políticas públicas e expectativas para o futuro do E-Dinheiro.

Participaram do estudo Leonora Mol, coordenadora do Banco Bem, localizado em Vitória/ES; Daniel Freire, representante do Banco Jardim Botânico, sediado em João Pessoa/PB; e Joaquim Melo, fundador do Instituto Banco Palmas, referência nacional na implementação de Bancos Comunitários, localizado em Fortaleza/CE. Os participantes foram selecionados por sua atuação estratégica em relação a utilização da plataforma E-Dinheiro e que apresentam histórico consolidado de inserção em territórios vulneráveis. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado e foram autorizadas mediante consentimento verbal dos entrevistados, sendo utilizadas com o intuito de enriquecer a análise empírica e compreender, a partir das experiências práticas, os impactos, limites e potencialidades da Moeda Social Digital e da plataforma E-Dinheiro na promoção da

² Vide apêndice A, página 164.

inclusão financeira e do desenvolvimento local.

7.4.1 Entrevista sobre o Banco Bem

Leonora Mol³, concedeu a entrevista representando o Banco Bem, localizado em Vitória/ES, foi a entrevistada responsável por apresentar a experiência desta instituição com o uso da plataforma E-Dinheiro. A história do Banco Bem remonta ao início dos anos 2000, quando mulheres organizadas em empreendimentos de Economia Solidária começaram a atuar de forma articulada no território.

Segundo Leonora, a criação do banco se deu a partir das experiências realizadas pelo grupo que, já em 2002, promoviam empréstimos entre si, dando origem a uma rede de colaboração comunitária. A institucionalização do banco ocorreu oficialmente em 2005, quando o grupo estabeleceu diálogo com a Prefeitura de Vitória e passou a integrar a Rede de Bancos Comunitários, a partir do contato com o Banco Palmas e com o Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo.

A adesão à plataforma E-Dinheiro, conforme relatado por Leonora, foi motivada pela necessidade de modernização das práticas financeiras do banco e pelo reconhecimento das limitações operacionais da moeda física. Nesse sentido, ela afirma: “A Moeda Social digital veio como uma necessidade. A gente percebeu que a moeda física tinha limitações, e o E-Dinheiro ajudou muito na gestão, nos relatórios, no controle das transações”.

Essa fala revela um ponto central discutido ao longo desta pesquisa: o uso da tecnologia como aliada no fortalecimento da autogestão e na ampliação da eficiência dos processos internos dos Bancos Comunitários, sem que isso signifique a substituição de seus princípios fundantes, como a proximidade com o território, a participação coletiva e a democratização do acesso ao crédito. Como aponta Silva Júnior et al. (2021), a adoção de tecnologias adequadas, pensadas a partir das necessidades reais dos sujeitos, pode contribuir para o aprimoramento da

³Psicóloga da área social e desde 1985 desenvolve trabalhos sociais no setor público e em instituições não governamentais. É fundadora e Diretora da Associação Ateliê de Idéias, em Vitória/Espírito Santo, onde coordena desde 2003, programas e projetos com a filosofia da Economia Solidária, tendo fomentado empreendimentos econômicos solidários, o Banco Bem- Banco Comunitário de Desenvolvimento, um fórum de Desenvolvimento Comunitário. Já colaborou diretamente com o fomento de 37 bancos comunitários no Brasil. É diretora da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e integrante da Rede Desenvolver- Rede Capixaba de Bancos Comunitários.

governança comunitária e a ampliação do impacto social dos empreendimentos da Economia Solidária.

No caso da plataforma E-Dinheiro, a digitalização não apenas supera os limites logísticos da moeda física como a dificuldade de troco, desgaste de cédulas e riscos de segurança, mas também permite maior transparência e controle social, aspectos que estão no debate sobre finanças solidárias (Singer, 2002; França Filho e Silva Júnior, 2018). Além disso, a tecnologia atua como facilitadora na construção de indicadores locais, na emissão de relatórios de impacto e na rastreabilidade das transações, favorecendo a sustentabilidade organizacional e a inserção das práticas solidárias em um contexto mais amplo de inovação social e econômica.

A entrevistada também destacou o papel das parcerias institucionais no fortalecimento do banco, especialmente a articulação com a Prefeitura de Vitória, a Unimed Vitória e instituições como a ArcelorMittal. Essas parcerias permitiram ampliar o alcance das ações do banco e viabilizaram a digitalização da moeda. Sobre esse ponto, ela observa: “A parceria com a prefeitura foi fundamental. Eles passaram a pagar benefícios usando a Moeda Social digital, e isso deu mais credibilidade ao projeto”.

Essa experiência prática dialoga diretamente com os debates apresentados nos capítulos anteriores acerca da importância do apoio institucional e da articulação intersetorial para a sustentabilidade dos Bancos Comunitários. Como destacado por Singer (2002) e França Filho e Silva Júnior (2018), a Economia Solidária exige a construção de alianças entre Estado, sociedade civil e setor privado sensível à responsabilidade social, pois somente com essa sinergia é possível promover a escala das iniciativas e garantir sua estabilidade no longo prazo.

No caso da parceria com o poder público, especialmente com a prefeitura, percebe-se uma inserção estratégica da Moeda Social digital nas políticas sociais locais, como o pagamento de benefícios. Essa prática amplia o uso da moeda, gera maior aderência da população e fortalece a credibilidade do Banco Comunitário frente à comunidade e aos atores institucionais. Além disso, tal ação promove maior circulação de recursos dentro do território, estimulando o comércio local e consolidando a moeda como um instrumento efetivo de desenvolvimento econômico de base comunitária. Essa estratégia reforça os princípios das finanças solidárias ao articular políticas públicas com inovação social, promovendo inclusão e redução de desigualdades.

Leonora mencionou ainda que houve resistência inicial por parte dos comerciantes locais ao uso da moeda digital, especialmente por desconhecimento ou insegurança em relação à tecnologia. Entretanto, estratégias de formação e mobilização territorial mostraram-se eficazes para superar essas barreiras: “O comerciante no início tem muito receio, né? Mas quando a gente se aproxima, forma, explica e acompanha, ele vai ganhando confiança”.

Por fim, a representante do Banco Bem enfatizou a importância da plataforma E-Dinheiro na melhoria da gestão financeira do banco, permitindo maior controle e rastreabilidade dos recursos. A digitalização também foi vista como uma oportunidade de ampliar a inclusão digital e fortalecer as práticas locais de Economia Solidária, sobretudo em contextos periféricos: “A gente conseguiu ampliar o alcance do banco com o E-Dinheiro. Antes a gente tinha que fazer tudo manualmente, hoje temos mais controle e conseguimos mostrar resultados concretos”.

A experiência do Banco Bem ilustra como a adoção de tecnologias sociais e digitais pode potencializar o impacto dos Bancos Comunitários, ao mesmo tempo em que reforça os princípios da Economia Solidária. A fala de Leonora Mol evidencia a relevância da articulação entre inovação, território e políticas públicas no fortalecimento de iniciativas de base comunitária.

Essa perspectiva dialoga com autores como Gaiger (2007), que ressalta a importância da articulação entre práticas solidárias e inovação social para a consolidação de empreendimentos econômicos solidários. Da mesma forma, França Filho e Laville (2004) destacam que o fortalecimento das iniciativas de base territorial está diretamente ligado à sua capacidade de construir redes colaborativas, que envolvam tanto o poder público quanto a sociedade civil organizada. Singer (2002), por sua vez, reforça que a presença do Estado é fundamental para criar um ambiente institucional favorável ao florescimento de práticas solidárias, especialmente quando estas integram mecanismos de gestão democrática e tecnologias sociais voltadas para o desenvolvimento local.

Dessa forma, o caso do Banco Bem exemplifica como o uso de ferramentas como o E-Dinheiro, associado a parcerias estratégicas e à valorização da territorialidade, contribui para a sustentabilidade das finanças solidárias, promovendo inclusão, autonomia e transformação social nos territórios populares.

Leonora Mol, representante do Banco Bem e integrante do Ateliê de Ideias⁴, compartilhou um panorama abrangente sobre a trajetória da instituição na adoção da plataforma E-Dinheiro e seu impacto na economia local. O Banco Bem atua há mais de duas décadas em territórios periféricos da capital capixaba, com forte presença em bairros como Itararé, São Benedito, Bonfim e Gurigica, promovendo iniciativas de finanças solidárias com foco em desenvolvimento territorial.

Segundo a entrevistada, a plataforma E-Dinheiro passou a ser utilizada a partir de 2018, em um processo gradual e adaptado à realidade da comunidade. Ela destacou que a escolha pela digitalização das transações não foi apenas uma inovação tecnológica, mas uma resposta concreta às limitações da Moeda Social física. “A Moeda Social digital veio como uma necessidade. A gente percebeu que a moeda física tinha limitações, e o E-Dinheiro ajudou muito na gestão, nos relatórios, no controle das transações” (Mol, 2025).

Leonora ressaltou que, no início, houve certa resistência por parte do comércio local. No entanto, com estratégias de formação e diálogo territorial, foi possível promover a adesão dos comerciantes, especialmente ao demonstrar como o sistema digital oferecia maior segurança, praticidade e controle. A gestão das transações por meio de relatórios emitidos automaticamente pela plataforma foi apontada como um dos principais avanços: “Com a digital, você consegue fazer relatório, você consegue ver movimentação, você consegue comprovar qualquer coisa, tanto para um parceiro, quanto para um edital”.

Essa fala evidencia uma dos principais benefícios da digitalização: a capacidade de gerar dados em tempo real, o que contribui diretamente para a transparência e a credibilidade do banco perante parceiros institucionais e financiadores. A possibilidade de emitir relatórios automáticos e rastrear a movimentação da moeda fortalece a governança comunitária, facilita a prestação de contas e amplia o acesso a editais públicos e privados. Como destacam França Filho e Silva (2012), a produção de informações sistematizadas é um dos fatores

⁴É uma organização da sociedade civil sediada no Espírito Santo, com atuação destacada na promoção do desenvolvimento comunitário por meio de tecnologias sociais, educação financeira e fortalecimento de iniciativas de Economia Solidária. Fundado em 2003, o Ateliê de Ideias apoia a gestão e operacionalização do Banco Bem, articulando ações voltadas à inclusão produtiva, ao empreendedorismo popular e à gestão territorial participativa. A instituição atua como uma incubadora de empreendimentos solidários, desenvolvendo metodologias de crédito orientado, assessoramento técnico e fortalecimento de redes locais, com foco na valorização das potencialidades dos territórios periféricos e no combate às desigualdades socioeconômicas.

que favorecem a sustentabilidade e o reconhecimento das finanças solidárias no campo das políticas públicas. Além disso, essa capacidade técnica aproxima os Bancos Comunitários de padrões exigidos por instituições governamentais e do terceiro setor, sem que isso represente sua descaracterização enquanto tecnologias sociais.

A digitalização, portanto, não apenas otimiza a gestão interna das operações, como também amplia as possibilidades de acesso a recursos externos e parcerias, reforçando a autonomia e a sustentabilidade das iniciativas de base comunitária.

A entrevistada também abordou a importância do envolvimento da administração pública para o fortalecimento da Moeda Social Digital. Em Vitória, a parceria com a prefeitura foi essencial para garantir o lastro da moeda e viabilizar o pagamento de benefícios à população vulnerável, o que ampliou a circulação da moeda nos territórios atendidos: “A gente tem esse processo de Moeda Social, então quando a prefeitura injeta dinheiro, ela injeta com finalidade. [...] A moeda que vai para a população em situação de rua, por exemplo, já é direcionada para o comércio que eles podem consumir”.

Essa experiência dialoga diretamente com a discussão anterior sobre o papel das políticas públicas e do uso da Moeda Social Digital como estratégia de inclusão financeira. Conforme apontado, iniciativas como o pagamento de benefícios por meio da Moeda Social promovem não apenas o fortalecimento das economias locais, mas também asseguram que os recursos permaneçam nos territórios, impulsionando os pequenos comércios e ampliando a circulação interna de riqueza. Tal prática reafirma o potencial das Moedas Sociais como instrumento eficaz de redistribuição de renda e promoção da cidadania econômica (França Filho; Laville, 2004; Singer, 2002), além de consolidar a articulação entre inovação tecnológica, políticas públicas e Economia Solidária no combate à desigualdade social.

Além dos impactos econômicos e sociais gerados pelo uso da Moeda Social Digital, Leonora pontuou os desafios enfrentados pelo Banco Bem, especialmente relacionados à infraestrutura tecnológica, à conectividade e à necessidade de capacitação contínua. Ainda assim, ela reafirmou a potência do E-Dinheiro como instrumento de transformação local, articulando inovação tecnológica, justiça social e protagonismo comunitário: “É um sistema que fortalece a comunidade, dá autonomia e permite que a gente construa um outro jeito de fazer economia”.

A experiência relatada por Leonora Mol, representante do Banco Bem, contribui para a compreensão empírica dos processos de inovação e sustentabilidade na atuação dos Bancos Comunitários, especialmente no que tange à adoção da plataforma E-Dinheiro como instrumento de gestão e de inclusão financeira. Ao apontar os limites operacionais da moeda física e os avanços promovidos pela digitalização das transações, a entrevistada reafirma a centralidade da tecnologia social como meio de enfrentamento aos desafios estruturais discutidos ao longo desta dissertação, tais como a concentração bancária, a exclusão financeira e a fragilidade de acesso ao crédito nas periferias urbanas. Sua fala evidencia que, embora a digitalização tenha sido inicialmente percebida como um desafio, o processo de adaptação ao E-Dinheiro foi potencializado por estratégias formativas, escuta territorial e articulação com políticas públicas locais, fatores que também foram destacados na revisão bibliográfica como cruciais para o êxito das Moedas Sociais digitais.

A partir dessa experiência, observa-se que a sustentabilidade dos Bancos Comunitários não depende apenas do aporte técnico ou financeiro, mas de um ecossistema favorável à cooperação entre sociedade civil, poder público e economia popular. O Banco Bem, ao utilizar o E-Dinheiro para o pagamento de benefícios sociais e estímulo ao consumo local, cria um circuito virtuoso de desenvolvimento territorial, promovendo circulação de riqueza dentro da própria comunidade. Esses elementos dialogam diretamente com os objetivos específicos desta dissertação, que buscam analisar os impactos sociais e econômicos dos Bancos Comunitários e propor um modelo de sustentabilidade alinhado à Economia Solidária.

Além disso, a entrevista corrobora a hipótese central do estudo: plataformas digitais com lastro em moeda real, como o E-Dinheiro, quando articuladas com os princípios da solidariedade e do protagonismo comunitário, são capazes de ampliar significativamente o alcance, a segurança e a legitimidade dos Bancos Comunitários enquanto instrumentos de inclusão e transformação social.

Dando continuidade à análise empírica das experiências dos Bancos Comunitários com a plataforma E-Dinheiro, o próximo relato apresenta a perspectiva de Daniel, representante do Banco Jardim Botânico. Essa experiência, situada em um contexto de periferia urbana do Nordeste brasileiro, oferece elementos relevantes para compreender os desafios e potencialidades da digitalização das

Moedas Sociais em territórios marcados por desigualdades estruturais, baixa bancarização e forte mobilização comunitária.

7.4.2 Entrevista sobre o Banco Jardim Botânico

A entrevista com Daniel Pereira dos Santos⁵, realizada pela autora da presente dissertação, trouxe elementos significativos sobre a experiência do Banco Jardim Botânico com a plataforma E-Dinheiro e com as práticas de Economia Solidária no contexto da região nordeste do Brasil.

O banco, criado em um território periférico de João Pessoa-PB, surge como resposta à exclusão financeira vivida por grande parte da população local. Daniel destaca que a motivação para a criação do banco partiu da demanda concreta da comunidade por alternativas de crédito, comercialização e circulação econômica nos próprios bairros. Essa lógica remete aos fundamentos da Economia Solidária, conforme delineados por Singer (2002) e Gaiger (2013), nos quais a organização coletiva e a autogestão surgem como estratégias de enfrentamento às desigualdades estruturais.

Segundo o entrevistado, a adesão ao E-Dinheiro trouxe ganhos substanciais no que diz respeito à gestão, ao monitoramento e à transparência das operações financeiras. “Com o E-Dinheiro a gente consegue saber exatamente onde o recurso está circulando, o que melhora a confiança dos parceiros e da própria comunidade”. Essa afirmação ilustra como a digitalização, por meio da plataforma, fortaleceu os vínculos institucionais do banco com parceiros locais, inclusive com órgãos públicos que passaram a considerar a moeda digital como um possível instrumento de política pública.

A fala de Daniel também evidencia a importância do E-Dinheiro como instrumento de formalização das finanças solidárias, ao permitir que a comunidade passe a registrar digitalmente suas operações e a dialogar com o sistema financeiro de forma autônoma. Essa digitalização aproxima o Banco Jardim Botânico de um modelo híbrido de gestão, que combina a lógica da economia popular com a necessidade de inserção institucional, conforme discutido por França Filho e Laville

⁵Historiador. Especialista em Extensão Universitária e Desenvolvimento Sustentável. Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional. Fundador do Instituto Voz Popular. Gerente de Finanças Solidárias do Governo da Paraíba.

(2004). Assim como apontado anteriormente na análise do Banco Bem, a plataforma atua como um elo que possibilita a circulação segura e rastreável da Moeda Social, sem romper com os princípios da autogestão.

A entrevista também revelou importantes desafios enfrentados no processo de implementação da moeda digital, especialmente no que se refere à resistência por parte de comerciantes e da própria população. Daniel relata que muitos moradores não compreendiam, a princípio, a lógica da Moeda Social digital. Para superar essas barreiras, a equipe do banco investiu em formações comunitárias e no fortalecimento do território: “A gente não impôs a moeda. A gente foi conversando, explicando, mostrando que o dinheiro ficava aqui, que gerava emprego aqui”

Esse relato reforça o caráter educativo e mobilizador das finanças solidárias, conforme proposto por Coraggio (2003), ao evidenciar que a construção da confiança e da adesão à moeda passa por processos territoriais de escuta, diálogo e protagonismo coletivo.

Além disso, Daniel reforça o papel do E-Dinheiro na gestão cotidiana da Moeda Social local: “Antes a gente fazia tudo no papel, era uma loucura. Agora temos controle das operações e conseguimos gerar relatórios que facilitam inclusive o diálogo com a prefeitura”.

Daniel reforça que a introdução do E-Dinheiro representou uma mudança estrutural na forma como a comunidade compreende o valor do próprio trabalho e da Moeda Social: “Antes, o pessoal achava que era só um papel, que não valia nada. Quando virou digital, o pessoal viu que era sério, que tinha controle, que dava pra comprar e vender sem depender de banco grande.” Essa percepção dialoga com o que Singer (2002) chama de emancipação econômica, um processo em que os sujeitos passam de consumidores passivos a protagonistas de suas próprias trocas e circuitos produtivos.

Essa fala revela como a digitalização dos processos por meio da plataforma contribuiu para maior organização interna do banco, facilitando inclusive parcerias institucionais.

Ele também destaca o impacto do E-Dinheiro no estímulo à economia local: “Os pequenos comerciantes passaram a aceitar mais a moeda digital quando perceberam que era fácil de usar e segura. E isso aumentou o giro da economia aqui no bairro”.

Esse resultado remete à experiência de Maricá, descrita anteriormente, onde a circulação de 50 milhões em Moeda Mumbuca entre 2018 e 2020 gerou um crescimento de 25% no comércio local (Raposo; Faria, 2018). Assim, verifica-se que a Moeda Social digital contribui não apenas para a inclusão bancária, mas para a dinamização da economia de base comunitária, valorizando o comércio de proximidade, os pequenos empreendedores e os circuitos econômicos internos dos territórios.

Um ponto abordado na entrevista refere-se à formação continuada dos agentes locais. Daniel relata que a equipe do banco desenvolveu capacitações para comerciantes, mulheres empreendedoras e jovens, visando o uso consciente e coletivo do E-Dinheiro. Essa dimensão pedagógica reforça a natureza educativa da Economia Solidária, conforme defendem Gaiger (2013) e Coraggio (2003), que a compreendem como um processo formativo permanente de cidadania econômica e participação social. Nesse sentido, o Banco Jardim Botânico atua não apenas como uma instituição financeira, mas como um espaço de construção de saberes e de empoderamento comunitário.

A articulação com o poder público local é outro fator que contribui para a consolidação da Moeda Social digital. Daniel relata que a prefeitura de João Pessoa iniciou diálogos com o banco para integrar o E-Dinheiro em programas de transferência de renda e microcrédito social. Essa aproximação reforça a análise feita anteriormente sobre o papel das políticas públicas na consolidação dos Bancos Comunitários, especialmente aquelas promovidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) nos anos 2000 que buscam institucionalizar práticas de finanças solidárias como instrumentos de inclusão e desenvolvimento territorial.

Além do impacto econômico, a experiência relatada por Daniel evidencia um processo de fortalecimento das relações sociais dentro do território. A circulação da Moeda Social digital incentivou novas formas de cooperação entre produtores, comerciantes e consumidores locais, reafirmando a lógica do “dinheiro que fica no bairro” e contribuindo para a construção de uma economia de proximidade. Essa prática reflete a concepção de economia do cuidado (França Filho, 2012), em que o valor econômico é subordinado ao valor social e ao bem-estar coletivo.

Outro ponto relevante abordado na entrevista foi a articulação entre o banco e a política de assistência social local. Daniel menciona que a inclusão da moeda digital em programas de transferência de renda e benefícios eventuais proporcionou

um salto de legitimidade e capilaridade para o E-Dinheiro. A experiência com pagamentos através da Moeda Social digital revelou o potencial da tecnologia para promover não apenas inclusão “bancária”, mas também o fortalecimento das redes de comércio solidário.

A partir das falas de Daniel, observa-se que o Banco Jardim Botânico se configura como uma experiência de inovação social, ao integrar tecnologias financeiras com princípios da Economia Solidária. O E-Dinheiro, nesse contexto, funciona como uma ponte entre a autogestão comunitária e o reconhecimento institucional, permitindo que territórios periféricos possam estruturar ecossistemas econômicos próprios, com base na confiança, na reciprocidade e na justiça social.

De acordo com Gaiger (2013), a autogestão é um dos pilares da Economia Solidária, caracterizando-se por processos decisórios coletivos e pelo protagonismo dos sujeitos econômicos populares. No entanto, para que essas experiências se sustentem e se ampliem, é necessário articular tais práticas com formas institucionais reconhecidas no campo político e econômico mais amplo. Nesse sentido, a plataforma E-Dinheiro contribui para a institucionalização dos Bancos Comunitários, não no sentido da burocratização, mas sim do fortalecimento de sua legitimidade enquanto agentes de política pública e desenvolvimento local (Singer, 2002; França Filho; Laville, 2004).

Assim, ao integrar tecnologia, governança popular e articulação com o Estado e o mercado, o Banco Jardim Botânico, por meio do E-Dinheiro, exemplifica o que Santos (2002) denomina de “inovações instituintes”: práticas sociais que, a partir das margens, reconfiguram o modo como se entende o papel da economia e das finanças no desenvolvimento dos territórios. A moeda digital social, portanto, é mais do que um meio de troca: é um instrumento de mediação entre o território e o sistema, entre a economia popular e as estruturas formais.

Por fim, Daniel destaca que a principal conquista do Banco Jardim Botânico não está apenas na digitalização, mas no reconhecimento político e simbólico da comunidade enquanto agente econômico legítimo. A adoção do E-Dinheiro fez com que a instituição ganhasse visibilidade e credibilidade junto a universidades, ONGs e órgãos públicos. Tal reconhecimento exemplifica o que Santos (2002) denomina de *inovação instituinte*, ou seja, experiências que, a partir das margens, desafiam e ressignificam as estruturas tradicionais do sistema financeiro. Assim, o Banco Jardim Botânico demonstra que a inclusão financeira digital pode ser não apenas um meio

de modernização tecnológica, mas um caminho para a democratização do acesso ao crédito e para o fortalecimento das finanças solidárias como política pública.

Essa observação evidencia a importância da transparência promovida pela plataforma digital, contribuindo para a credibilidade e a rastreabilidade dos recursos.

Dando continuidade à proposta de trazer olhares empíricos sobre a atuação dos Bancos Comunitários e a utilização da plataforma E-Dinheiro, a próxima seção apresenta as contribuições de Joaquim Melo, fundador do Instituto Banco Palmas. Figura central na criação e consolidação da metodologia dos Bancos Comunitários no Brasil, Joaquim oferece uma visão estratégica e histórica sobre o papel da Moeda Social digital, os desafios enfrentados na sua difusão e os caminhos possíveis para sua sustentabilidade. Sua trajetória e reflexões ampliam o debate ao conectar os fundamentos da Economia Solidária com as inovações tecnológicas no campo das finanças populares.

7.4.3 Entrevista sobre o Banco Palmas e o E-Dinheiro

A entrevista com Joaquim Melo⁶, fundador do Banco Palmas e idealizador da plataforma E-Dinheiro, representa um marco importante nesta pesquisa por reunir reflexões profundas sobre o papel transformador dos Bancos Comunitários e o futuro da Economia Solidária no Brasil. Como liderança histórica do movimento e referência nacional e internacional, Joaquim apresenta um panorama abrangente dos desafios estruturais enfrentados pelos bancos populares, das inovações desenvolvidas nas periferias urbanas e das estratégias para consolidar um modelo financeiro alternativo, inclusivo e ancorado nos territórios.

Realizada em formato remoto no segundo semestre de 2025, a entrevista aborda desde a trajetória do Banco Palmas, criado em 1998, até a evolução recente das Moedas Sociais digitais, com especial destaque para o E-Dinheiro, a Moeda Solar e a proposta de transição energética comunitária. A riqueza dos relatos evidencia o entrelaçamento entre prática e militância, técnica e afeto, economia e

⁶Teólogo, Educador Popular, líder comunitário, 62 anos, criador do Banco Palmas e da Moeda Social Palmas, em Fortaleza-CE / 1998 (1º Banco Comunitário e 1ª moeda social do Brasil). Diretor do Banco Palmas, criador da metodologia dos bancos comunitários e das moedas sociais no Brasil. Coordenador Geral da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e Municipais (182 bancos associados, em 20 estados brasileiros). Diretor de projetos da plataforma E-dinheiro Social, meio de pagamento digital solidário com 280 mil usuários e 30 mil comércios credenciados.

política, o que confere à fala de Joaquim não apenas valor empírico, mas também teórico e estratégico.

Já no início da conversa, Joaquim reforça a urgência de se repensar os paradigmas econômicos vigentes e destaca o papel dos Bancos Comunitários como espaços de reconstrução das relações sociais e da economia local: “O Brasil precisa da Economia Solidária, das finanças solidárias. O Brasil precisa colocar uma outra lógica de se viver na economia, de se viver nas relações sociais. O Banco dos Comunitários é tudo isso”.

Essa afirmação se articula diretamente à discussão apresentada no Capítulo 2 desta dissertação, sobre os fundamentos da Economia Solidária, que segundo Singer (2002) e Gaiger (2004; 2013), propõem uma ruptura com o paradigma capitalista hegemônico por meio da valorização da autogestão, da cooperação e da territorialidade. Nesse sentido, os Bancos Comunitários, como o Palmas, são mais que instrumentos financeiros; são expressões concretas de uma outra economia possível, como também discutido por França Filho (2012).

Para ele, o diferencial das finanças solidárias está em sua capacidade de ancorar a produção, o consumo e a circulação da riqueza nos territórios, promovendo ao mesmo tempo desenvolvimento econômico e bem-estar coletivo: “Ele [o Banco Comunitário] consegue, ao mesmo tempo, produzir, estimular a produção, o consumo e a felicidade humana, porque ele é a base, ele está no território, ele está nas comunidades”.

A entrevista com Joaquim Melo evidencia que a ausência de um marco regulatório específico para os Bancos Comunitários continua sendo um dos principais entraves para sua expansão, sustentabilidade e institucionalização. Segundo ele, mesmo após décadas de atuação e resultados concretos, a estrutura legal brasileira ainda não reconhece formalmente essas instituições como parte legítima do sistema financeiro nacional. “Eu acho que no futuro próximo, talvez, o município que não tiver um Banco Comunitário ou uma Moeda Social vai ser tão desprezível como se ele não tivesse uma escola, uma creche, um posto de saúde”.

Ao retomar o histórico do Banco Palmas e da rede de Bancos Comunitários no Brasil, Melo destaca que, após um período de forte expansão entre 2005 e 2013, impulsionado pela atuação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), houve um arrefecimento significativo no cenário nacional a partir do golpe de 2016. A extinção dos editais e o esvaziamento da SENAES

comprometeram o apoio técnico e financeiro a esses bancos, resultando em uma regressão das políticas públicas voltadas à Economia Solidária: “O que aconteceu é que com a queda da SENAES em 2016, com o golpe de 2016, dali começa já a cair, em 2018 se acaba de vez. Com o fim da SENAES, os Bancos Comunitários, como todos da Economia Solidária, sofreram muito”.

Esse contexto reforça a análise de autores como Singer (2002) e Gaiger (2004), que já advertiram sobre a fragilidade das políticas públicas no campo da Economia Solidária, dependentes muitas vezes de governos específicos e da pressão dos movimentos sociais para sua continuidade. A visão de Joaquim Melo também converge com Silva (2021) ao enfatizar que o marco legal é imprescindível não apenas para o reconhecimento jurídico, mas também para possibilitar que os Bancos Comunitários acessem recursos públicos, fundos constitucionais e operem serviços como crédito, seguro, poupança e pagamentos via PIX de forma autônoma e sustentável.

Outro ponto central da entrevista foi a transição da Moeda Social física para a plataforma digital E-Dinheiro, o que permitiu uma nova fase de crescimento e organização da rede de bancos. De acordo com Melo, a plataforma surgiu em um momento crítico e tornou-se um divisor de águas: “O E-Dinheiro Brasil segurou tudo isso aí. Sem dinheiro, sem a SENAES, sem os editais, com a pandemia... O que ficou em pé foi o E-Dinheiro Brasil”.

Essa visão reforça os argumentos de autores como Silva Júnior (2021) e Retamiro (2020), que destacam a importância da infraestrutura digital como elemento central da nova geração das Finanças Solidárias. A plataforma E-Dinheiro, analisada no Capítulo 6, surge como uma tecnologia social disruptiva que, além de facilitar a rastreabilidade das operações, fortalece a articulação entre os bancos, os comércios locais e os programas de transferência de renda.

Joaquim reforça que, embora inicialmente tenha havido resistência por parte dos gestores locais em abandonar o papel-moeda, a digitalização trouxe ganhos inegáveis em transparência, gestão, dados e eficiência operacional, aspectos que anteriormente eram frágeis ou inexistentes. “Hoje você tem uma qualidade e uma eficiência dos dados muito consistente: quantas contas, quanto movimentou, quanto vendeu, quanto chegou de taxa. Isso dá segurança para quem quer investir, criar um banco ou mesmo legislar”.

A plataforma E-Dinheiro é apresentada como um diferencial internacional, sendo, segundo Melo, a única rede de Moeda Social digital estruturada nacionalmente em um país continental como o Brasil. Essa afirmação corrobora o argumento da dissertação de que a plataforma representa uma inovação financeira solidária genuinamente brasileira, com potencial de replicabilidade e articulação com programas de transferência de renda como o Bolsa Família.

Melo encerra a entrevista com a informação sobre o atual avanço dos Bancos Comunitários, que ultrapassa o campo financeiro e adentra o campo energético, com a criação das chamadas Usinas Solares Solidárias e o projeto da “moeda solar”. Trata-se de uma proposta de transição energética popular, construída a partir dos princípios da Economia Solidária e da autogestão comunitária, em que a energia solar gerada localmente por cooperativas e Bancos Comunitários serve como lastro para novas Moedas Sociais. Nessa perspectiva, a produção descentralizada de energia é convertida em créditos energéticos que podem circular entre famílias e pequenos comércios do território, estimulando cadeias locais de produção, consumo e sustentabilidade.

Segundo Melo, a iniciativa busca enfrentar a chamada “pobreza energética”, situação em que famílias de baixa renda, mesmo com acesso à rede elétrica, não dispõem de condições para consumir energia em quantidade suficiente para garantir bem-estar e dignidade. Como ele afirma, “não é luxo ter uma máquina de lavar, um micro-ondas ou um ar-condicionado no Nordeste; é uma questão de qualidade de vida”. Nesse sentido, a moeda solar surge como um instrumento de inclusão energética, permitindo que famílias beneficiadas por créditos energéticos possam investir em infraestrutura doméstica e, ao mesmo tempo, contribuir com o fundo do Banco Comunitário, criando um círculo virtuoso de desenvolvimento solidário.

A proposta dialoga diretamente com o que França Filho (2012) discute sobre meio ambiente e participação cidadã se integram em novas formas de produção e redistribuição. Da mesma forma, a “moeda solar” reafirma a tese central desta dissertação de que a inovação tecnológica nas finanças solidárias, quando articulada ao território, amplia o conceito de soberania, agora não apenas financeira, mas também energética e ecológica. Trata-se, portanto, de uma inovação social e ambiental, coerente com a trajetória dos Bancos Comunitários, que sempre buscaram transformar desigualdades estruturais por meio de instrumentos econômicos de base comunitária (Singer, 2002; Gaiger, 2013; Mello, 2023).

Ao afirmar que “a moeda solar é lastreada no sol, não no real”, Melo sintetiza uma concepção ampliada de soberania popular: o controle coletivo sobre os meios de produção, neste caso, a energia e sua conversão em riqueza local. Essa visão amplia a discussão sobre o papel do E-Dinheiro e das Moedas Sociais digitais como instrumentos de transformação territorial, mostrando que a Economia Solidária pode se articular com a transição energética justa, fortalecendo políticas públicas e práticas sustentáveis nos territórios periféricos.

Melo diz: “Hoje nós temos soberania financeira com os bancos. Agora queremos soberania energética. Vamos produzir energia e lastrear nossa moeda no sol. A moeda solar é lastreada no sol, não no real”.

Esse modelo, batizado de “Palma Solar”, constitui uma forma de transição energética justa, popular e solidária, contrapondo-se ao modelo dominante de geração renovável no Brasil, concentrado em grandes corporações. Joaquim denuncia: “Hoje, a transição energética brasileira, a matriz energética chamada limpa, é rica na mão de três, quatro grandes tubarões da transição energética”.

Essa crítica se articula ao conceito de “colonialidade energética”, presente na literatura crítica sobre economia ecológica e justiça climática, e que denuncia a forma como mesmo tecnologias limpas podem reproduzir desigualdades quando apropriadas por lógicas capitalistas concentradoras.

Gudynas (2021) denuncia que a chamada “transição energética” tem sido, muitas vezes, conduzida sob a ótica do “capitalismo verde”, mantendo padrões extrativistas e centralizadores, ao invés de democratizar o acesso à energia. Da mesma forma, Gac (2024) discute como a colonialidade se atualiza nos projetos energéticos ao marginalizar comunidades locais e impor soluções tecnocráticas descoladas dos contextos territoriais.

Nessa perspectiva, a proposta de uma moeda solar, como discutida por Joaquim Melo, constitui uma tentativa de romper com essa lógica dominante ao vincular a geração de energia à autogestão comunitária, ao fortalecimento de circuitos econômicos locais e à soberania energética popular. Trata-se, portanto, de um esforço por uma transição energética justa e territorializada, em que as tecnologias não apenas substituem fontes fósseis, mas transformam as estruturas de poder e distribuição associadas à energia.

No caso da moeda solar, a energia gerada localmente é vendida a valores populares, e quem paga recebe cashback em moeda digital, que só pode ser

utilizada no comércio local, fomentando o desenvolvimento endógeno. Assim, a moeda solar não apenas democratiza o acesso à energia limpa, como também estimula a economia local, fortalece o comércio de bairro e promove educação energética e ambiental.

A implantação da Palma Solar foi acompanhada por um processo formativo com as universidades públicas do Ceará (UFC, IFCE), onde rodas de conversa e plenárias populares foram organizadas para construir conhecimento coletivo sobre energia, matriz energética, políticas públicas e soberania territorial. “Nós tiramos uma plenária aqui do bairro, muito parecido com o que começou o Banco Palmas. [...] A gente fez uma crítica”.

Esse modelo dialógico remonta ao método freiriano e ao conceito de co-produção de saberes, tão presente nas práticas da Economia Solidária e defendido também por Leonora Mol (2025), que vê na articulação entre movimentos sociais e academia uma via potente para transformações sociais duradouras. Inspirado na pedagogia de Paulo Freire (1970), esse processo formativo não parte da imposição de conhecimentos técnicos externos, mas da escuta ativa, da valorização das experiências comunitárias e da construção coletiva de soluções a partir do contexto local.

Trata-se de uma abordagem metodológica que rompe com a lógica da assistência verticalizada, tradicionalmente adotada por políticas públicas centralizadas, e valoriza os saberes populares como fundamentais para o desenvolvimento territorial. Tal perspectiva está em consonância com os princípios da Economia Solidária, que priorizam a autogestão, a horizontalidade e a participação ativa dos sujeitos em todos os processos de organização econômica e social (Singer, 2002; Gaiger, 2004).

Na prática, isso significa reconhecer que os sujeitos populares, moradores de periferias, catadores, trabalhadores informais, mulheres em situação de vulnerabilidade, não são apenas destinatários de políticas, mas protagonistas de seus próprios processos de emancipação. Como apontado por França Filho (2012), o desenvolvimento solidário exige rupturas com a racionalidade técnica instrumental dominante, incorporando dimensões éticas, simbólicas, culturais e espirituais que orientam a construção de outra economia possível.

Além disso, essa articulação entre educação popular, inovação tecnológica e práticas comunitárias reforça a tese desta dissertação de que a construção de

soberanias (financeira, energética, alimentar) só é possível por meio da valorização das inteligências coletivas e dos processos de formação crítica. Em um contexto de múltiplas crises: social, econômica e climática, a aposta em modelos formativos emancipatórios torna-se não apenas estratégica, mas essencial para a sustentabilidade das iniciativas de base solidária.

Essa proposta articula os princípios da Economia Solidária com os debates contemporâneos sobre justiça climática e democratização do acesso à energia, configurando um modelo integrado de desenvolvimento territorial solidário e sustentável. Como destaca Melo: “Eu juntei três tecnologias sociais: Banco Comunitário, Moeda Social e transição energética. Isso é a Palma Solar. Três tecnologias sociais juntas numa só, garantindo que o povo fuja dos dois medos: o medo de chegar ao fim do mês e o medo de chegar ao fim do mundo”.

Tal integração está em consonância com as proposições da Economia de Francisco e Clara, que valorizam a centralidade das pessoas, a cooperação, o cuidado com a casa comum e a superação das desigualdades estruturais (Scarano; Zangari, 2020).

Essa perspectiva, fundamentada na proximidade com as populações vulnerabilizadas, é apresentada como resposta tanto à crise socioambiental global quanto à exclusão financeira histórica imposta pelo sistema bancário tradicional. Joaquim articula essa resposta em duas frentes: o fortalecimento dos Bancos Comunitários como arranjos financeiros populares e a transição energética comunitária, que culminou na criação da Moeda Solar, tema que será aprofundado em outro momento.

A fala de Joaquim Melo sintetiza e amplia os principais eixos desta dissertação: o papel dos Bancos Comunitários como ferramentas de justiça econômica, a Moeda Social e o E-Dinheiro como infraestruturas digitais democráticas, e a transição energética como estratégia de soberania territorial. Ao conectar essas tecnologias sociais, o caso do Banco Palmas representa um laboratório vivo de inovação popular, alinhando-se à proposta de desenvolvimento solidário com base comunitária, defendida por esta pesquisa.

Essa experiência também aponta para caminhos futuros de investigação e prática, como o papel das moedas lastreadas em bens comuns (energia, alimentos, água), as políticas públicas para transição energética solidária e o financiamento da produção descentralizada de energia por Bancos Comunitários. Trata-se de uma

agenda urgente diante da crise climática e da persistente desigualdade socioeconômica.

A análise das entrevistas com representantes de diferentes Bancos Comunitários, Banco Bem, Banco Jardim Botânico e Banco Palmas, permitiu aprofundar a compreensão sobre os desafios, estratégias e inovações presentes na trajetória dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) no Brasil, especialmente no que se refere ao uso da plataforma E-Dinheiro como instrumento de inclusão financeira, fortalecimento da economia local e sustentabilidade das Moedas Sociais digitais.

As falas dos entrevistados revelam não apenas a diversidade de experiências territoriais, mas também a convergência em torno de princípios como autonomia, cooperação, territorialidade e justiça socioeconômica. Observou-se, ainda, que a plataforma E-Dinheiro representa um avanço no processo de digitalização das finanças solidárias, ao mesmo tempo em que impõe desafios de acessibilidade, infraestrutura e formação digital, especialmente entre os grupos em maior vulnerabilidade.

A contribuição inovadora do Banco Palmas, ao integrar Moeda Social, Banco Comunitário e transição energética através da experiência da moeda solar, amplia o escopo de atuação das finanças solidárias e aponta para novos caminhos na construção de soberania energética e justiça climática popular. Essa perspectiva, ainda incipiente no debate nacional, reforça a tese de que os Bancos Comunitários podem operar como vetores de inovação social, capazes de enfrentar simultaneamente as crises da pobreza e da emergência climática, um duplo desafio que afeta de forma mais aguda as comunidades periféricas e historicamente excluídas.

Assim, este capítulo buscou evidenciar que os BCDs não são apenas estruturas financeiras alternativas, mas sim expressões vivas de uma outra economia possível, fundamentada nos princípios da solidariedade, do território, da reciprocidade e da sustentabilidade. Ao reunir elementos da pesquisa bibliográfica, análise documental e depoimentos de agentes sociais atuantes no campo, encerra-se esta etapa com uma visão integrada e atualizada do papel estratégico dos Bancos Comunitários na construção de um desenvolvimento mais justo e democrático.

A partir dessas reflexões, seguem-se as considerações finais, que sistematizam as principais conclusões deste estudo, seus limites e as possibilidades futuras de aprofundamento teórico e prático da temática.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar o E-Dinheiro como instrumento de inclusão financeira no contexto dos Bancos Comunitários e da Economia Solidária, examinando seus desafios operacionais, suas potencialidades tecnológicas e seu impacto na sustentabilidade das economias locais. Ao longo da pesquisa, pode-se perceber que essas instituições desempenham um papel essencial na inclusão financeira de populações vulneráveis, promovendo o desenvolvimento local por meio de mecanismos alternativos de crédito, como as Moedas Sociais, e de práticas baseadas na autogestão comunitária. Diferentemente do sistema financeiro tradicional, que frequentemente marginaliza grupos em situação de exclusão econômica, os Bancos Comunitários oferecem soluções adaptadas à realidade das comunidades, incentivando a circulação interna da riqueza e promovendo uma economia mais justa e solidária.

Ao analisar a evolução dos Bancos Comunitários no Brasil, percebe-se que seu impacto vai além da oferta de crédito, pois fortalece as redes de cooperação e fomenta uma cultura econômica baseada na solidariedade e na valorização do trabalho local. A experiência dessas instituições demonstra que a democratização do acesso ao crédito e o incentivo à circulação de Moedas Sociais resultam em maior autonomia econômica para as comunidades atendidas. Entretanto, apesar de sua relevância e eficácia, essas iniciativas ainda enfrentam desafios significativos, como a escassez de políticas públicas que garantam seu suporte contínuo e a ausência de mecanismos estruturados que assegurem sua viabilidade financeira a longo prazo. Dessa forma, é fundamental que se promovam debates e ações concretas que integrem os Bancos Comunitários a um sistema econômico mais amplo, permitindo sua expansão e fortalecimento.

A ausência de estatísticas consolidadas, relatórios atualizados e indicadores de desempenho, sobretudo no que se refere à plataforma E-Dinheiro, compromete a visibilidade dos impactos gerados pelas Moedas Sociais digitais, dificultando a mensuração de sua efetividade como instrumentos de inclusão financeira e desenvolvimento local.

Como discutido ao longo deste trabalho, autores como França Filho e Laville (2004), Gaiger (2013) e Silva Júnior (2020) destacam que o fortalecimento das finanças solidárias exige não apenas inovação organizacional, mas também

transparência, monitoramento e avaliação sistemática das experiências. Tais elementos são fundamentais para conferir legitimidade, atrair investimentos e promover a institucionalização dos Bancos Comunitários como parte integrante do sistema financeiro nacional.

Portanto, para que as próximas etapas de desenvolvimento do campo da Economia Solidária incorporem estratégias de produção de dados abertos, indicadores territoriais e ferramentas de inteligência coletiva que permitam ampliar o conhecimento sobre o alcance e os limites dessas experiências. Apenas assim será possível transformar os Bancos Comunitários em políticas de Estado e não apenas em práticas de resistência pontuais, garantindo sua sustentabilidade a longo prazo e seu reconhecimento como pilares de uma economia verdadeiramente democrática, inclusiva e enraizada nos territórios.

A análise demonstrou que os Bancos Comunitários, ao utilizarem Moedas Sociais e plataformas digitais como o E-Dinheiro, ampliam o acesso a serviços financeiros, fortalecem o comércio local e estimulam a cooperação dentro das comunidades. No entanto, constatou-se que a sustentabilidade dessas iniciativas depende de estratégias mais robustas de financiamento, regulamentação e suporte político, destacando-se a necessidade de um arcabouço jurídico adequado que reconheça as Moedas Sociais como instrumentos financeiros legítimos.

As Moedas Sociais são um elemento central dentro da lógica dos Bancos Comunitários, pois garantem que os recursos financeiros circulem dentro das próprias comunidades, fortalecendo os pequenos negócios locais e evitando a fuga de capital para grandes centros urbanos. Elas funcionam como um mecanismo de incentivo ao consumo local, criando um ciclo econômico que valoriza a produção e o comércio internos. Contudo, a falta de um marco regulatório específico dificultava sua aceitação e expansão, gerando insegurança jurídica tanto para os empreendedores locais quanto para as instituições financeiras comunitárias.

A aprovação da Lei nº 14.620/2023, que institui o Marco Regulatório das Moedas Sociais, e a tramitação do Projeto de Lei nº 4476/2023 na Câmara dos Deputados, representam marcos importantes na institucionalização dos Bancos Comunitários e das Moedas Sociais no Brasil. Essas iniciativas, construídas com ampla participação da sociedade civil, da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes/MTE) e de redes como a Rede Brasileira de Bancos

Comunitários, respondem a uma demanda histórica por segurança jurídica, reconhecimento estatal e acesso estruturado a políticas públicas (Brasil, 2025).

Pelo PL 4476/2023, o Ministério do Trabalho e Emprego passa a ser o órgão responsável pela autorização e certificação das entidades emissoras de Moedas Sociais, exigindo que estas estejam inscritas no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol). Esse processo envolve comissões estaduais e nacionais, o que pode contribuir para o fortalecimento de uma governança pública e participativa sobre o ecossistema das Moedas Sociais. A medida busca assegurar que o crescimento dessas iniciativas aconteça de forma articulada com critérios sociais, econômicos e territoriais previamente pactuados.

Segundo Gilberto Carvalho (2025), secretário da Senaes, a regulamentação não apenas reconhece a legitimidade das Moedas Sociais como instrumentos de desenvolvimento local, mas também garante o direito das comunidades à gestão das riquezas geradas em seus próprios territórios. Essa perspectiva se alinha aos princípios da Economia Solidária debatidos ao longo da dissertação, em especial à defesa da soberania comunitária sobre os meios de produção, circulação e consumo, tal como expressa por autores como Singer (2002), França Filho e Laville (2004), e Gaiger (2013).

Joaquim Melo (2025), figura histórica na construção dos Bancos Comunitários e idealizador da moeda Palmas, também se posiciona de forma positiva quanto ao PL 4476/2023. Para ele, o texto traz regras claras sobre funcionamento, limites de taxas e conversão, e o número de contas permitidas, elementos essenciais para que a rede de Bancos Comunitários possa planejar seu futuro com maior estabilidade e legitimidade institucional.

A ausência de dados abertos e sistematizados sobre transações, volume de circulação das Moedas Sociais e número de usuários ativos dificulta análises externas e comparações entre diferentes experiências. Essa limitação evidencia a necessidade de mecanismos de governança e compartilhamento de dados que assegurem maior visibilidade às práticas e resultados do E-Dinheiro, sem comprometer a segurança dos usuários.

Como discutido em capítulos anteriores, a falta de dados sistematizados sobre a atuação das Moedas Sociais, inclusive no próprio sistema E-Dinheiro, ainda é um gargalo para avaliação de impacto e construção de estratégias em escala nacional. Espera-se que a nova legislação contribua para preencher essa lacuna,

incentivando transparência, rastreabilidade e integração intersetorial. Nesse contexto, destaca-se que a criação de bancos de dados com acessos públicos padronizados e atualizados sobre os Bancos Comunitários e Moedas Sociais, incluindo indicadores socioeconômicos, volume de transações, número de beneficiários e impactos territoriais, pode constituir uma importante agenda de pesquisa futura. Tal agenda permitiria não apenas aprofundar a compreensão sobre os efeitos das Moedas Sociais, mas também subsidiar o aprimoramento de suas metodologias e a expansão sustentável da rede de Bancos Comunitários no Brasil.

Nesse sentido, compreender o funcionamento das Moedas Sociais e o marco regulatório em construção é essencial para vislumbrar os caminhos futuros da inclusão financeira comunitária no Brasil. O modelo das Moedas Sociais e dos Bancos Comunitários revela-se uma resposta concreta e eficaz para desafios históricos de exclusão, concentração de renda e desvalorização das economias locais.

Ao permitir que comunidades se organizem, criem seus próprios instrumentos de circulação monetária e desenvolvam uma governança financeira autônoma, as Moedas Sociais instauram um novo paradigma de desenvolvimento local e participativo. A aprovação do Projeto de Lei nº 4476/2023, que regulamenta a emissão, o funcionamento e a certificação de Moedas Sociais digitais lastreadas em reais e geridas por organizações da sociedade civil, representa um marco histórico. Tal regulamentação oferece não apenas segurança jurídica, mas também amplia as possibilidades de articulação entre poder público, movimentos sociais e tecnologias solidárias, como a plataforma E-Dinheiro. A consolidação desse ecossistema, portanto, aponta para uma nova etapa da Economia Solidária brasileira, marcada pela inovação social, pela valorização dos territórios e pela construção coletiva de soluções emancipatórias de desenvolvimento.

Com essa regulamentação, espera-se que os Bancos Comunitários possam operar com maior segurança jurídica, facilitando o acesso a linhas de fomento, fundos constitucionais, convênios com entes públicos e parcerias institucionais, fundamentais para sua sustentabilidade de longo prazo. Além disso, a formalização cria condições para que instrumentos como o E-Dinheiro sejam reconhecidos como infraestruturas financeiras legítimas, articuladas com o Sistema Nacional de Moedas Sociais.

A promulgação da lei, contudo, não encerra os desafios apontados ao longo desta dissertação. Como discutido anteriormente, muitos Bancos Comunitários ainda enfrentam barreiras operacionais, tecnológicas e de infraestrutura. A nova legislação precisa ser acompanhada por regulamentações complementares, investimentos públicos, políticas de formação e estratégias de inclusão digital para que seus efeitos se concretizem de forma equitativa e democrática.

A implementação efetiva do marco regulatório dependerá, portanto, do diálogo contínuo entre sociedade civil, governos locais e movimentos da Economia Solidária, em consonância com o que autores como Singer (2002), Gaiger (2013) e França Filho (2012) defendem como base para a construção de políticas públicas participativas e territoriais.

O E-Dinheiro, enquanto plataforma digital desenvolvida para operacionalizar as Moedas Sociais dentro dos Bancos Comunitários, surge como uma ferramenta para modernizar e ampliar a eficiência dessas transações. Sua implementação permite que os usuários realizem pagamentos, recebam créditos e façam movimentações financeiras sem a necessidade de recorrer ao sistema bancário tradicional, o que reforça sua função como um instrumento de inclusão financeira. No entanto, a pesquisa identificou que ainda há desafios relacionados à adesão ao E-Dinheiro, principalmente devido à necessidade de maior capacitação tecnológica entre os usuários e comerciantes, além da infraestrutura digital limitada em algumas comunidades.

A regulamentação do E-Dinheiro como meio de pagamento complementar pode fortalecer sua adoção e garantir maior confiabilidade às transações realizadas através das Moedas Sociais. No entanto, a carência de dados sistematizados sobre seu impacto efetivo nas comunidades e a falta de pesquisas empíricas aprofundadas limitam uma avaliação mais precisa de sua eficiência e alcance. Torna-se essencial, portanto, o desenvolvimento de estudos que quantifiquem sua utilização, os benefícios econômicos gerados e os desafios que ainda precisam ser superados para sua plena implementação.

Adicionalmente, os depoimentos apresentados reforçaram a centralidade da escuta das comunidades e dos agentes locais no fortalecimento dos Bancos Comunitários. As experiências compartilhadas por lideranças como Joaquim Melo, Leonora e Daniel, entre outros, revelaram que a sustentabilidade dessas instituições está diretamente ligada à capacidade de promover pertencimento, protagonismo

popular e inovação a partir da realidade concreta dos territórios. O E-Dinheiro, nesse sentido, não deve ser compreendido apenas como uma tecnologia financeira, mas como uma ferramenta inserida num processo pedagógico, político e cultural de revalorização dos saberes locais e de construção de uma nova racionalidade econômica, voltada para o bem comum.

Essa racionalidade alternativa, como bem defendem autores como Paul Singer (2002), Jean-Louis Laville (2009), Luiz Inácio Gaiger (2014) e Silvio Caccia Bava (2011), está fundamentada na solidariedade, na cooperação e na democracia econômica, princípios que se materializam nas práticas cotidianas dos Bancos Comunitários e nas redes que os sustentam. O fortalecimento dessas iniciativas depende não apenas de avanços técnicos ou jurídicos, mas, sobretudo, de um pacto político que reconheça o valor estratégico da Economia Solidária na construção de uma sociedade mais justa, sustentável e emancipada.

Conclui-se, portanto, que os Bancos Comunitários e o E-Dinheiro constituem não apenas respostas operacionais à exclusão financeira, mas expressões de um projeto político-econômico transformador. Ao propor novos modos de produzir, consumir, distribuir e se relacionar com o dinheiro, essas experiências apontam para uma transição necessária: de uma economia centrada no lucro e na concentração de riqueza para uma economia do cuidado, da equidade e da vida. Cabe à sociedade civil organizada, às universidades, ao Estado e às instituições de apoio manter esse debate vivo, promover sua institucionalização e assegurar as condições para que essas práticas se multipliquem e se consolidem.

Ao encerrar este trabalho, reafirma-se a importância de continuar produzindo conhecimento sobre os Bancos Comunitários, com metodologias participativas e abordagens críticas que valorizem a experiência dos sujeitos históricos que constroem, no dia a dia, as bases de uma outra economia possível. Que esta dissertação possa contribuir para o avanço dessas reflexões e fortalecer os elos entre teoria e prática, entre pesquisa e ação, entre utopia e transformação concreta dos territórios.

Um dos diferenciais desta pesquisa está na proposição de um modelo integrado de sustentabilidade para os Bancos Comunitários, que combina aspectos econômicos, sociais e ambientais. Diferentemente de abordagens convencionais, este estudo enfatiza a necessidade de diversificação das fontes de receita, incluindo parcerias estratégicas entre setor público e privado, a implementação de fundos

rotativos e a utilização de tecnologias financeiras acessíveis. Essa abordagem holística visa garantir a perenidade dessas instituições, tornando-as menos dependentes de subsídios eventuais e mais capacitadas para enfrentar desafios econômicos e políticos.

Ademais, o estudo revelou lacunas na literatura acadêmica, especialmente no que se refere à integração entre inovação tecnológica e práticas solidárias. A análise do E-Dinheiro como ferramenta de inclusão financeira trouxe elementos inovadores para a discussão, evidenciando o potencial das soluções digitais na ampliação do alcance e eficiência das Moedas Sociais. No entanto, identificou-se uma carência significativa de dados sistematizados sobre o impacto do E-Dinheiro nas transações locais e na dinamização da economia comunitária. A ausência de informações detalhadas sobre os volumes de crédito concedido, taxas de adesão e o nível de digitalização das operações representa um entrave para a avaliação precisa do seu impacto. Além disso, há uma escassez de estudos empíricos que analisem a relação entre o uso do E-Dinheiro e a sustentabilidade financeira dos Bancos Comunitários a longo prazo.

A dificuldade de acesso na apresentação de dados também é um desafio, dificultando comparações entre diferentes experiências e a formulação de estratégias mais eficazes para aprimorar sua implementação. Essa limitação impede que os gestores de Bancos Comunitários e formuladores de políticas públicas tenham acesso a informações concretas para embasar decisões estratégicas. Embora esta represente um avanço em termos de digitalização e rastreabilidade das transações, ainda existem desafios quanto à abertura e à sistematização dos dados para fins acadêmicos, institucionais e de formulação de políticas públicas. A ausência de relatórios consolidados de acesso público, com informações agregadas por região, tipologia de moeda, gênero dos usuários, entre outros recortes, impede outras formas de análise mais profunda e abrangente do alcance da iniciativa. Assim, essa limitação compromete não apenas a gestão interna dos bancos, mas também a possibilidade de articular estratégias nacionais de fortalecimento das finanças solidárias, com base em evidências concretas.

Identificou-se que a digitalização por meio da plataforma E-Dinheiro ampliou a transparência interna, a autonomia e a capacidade de gestão dos Bancos Comunitários, além de fortalecer o comércio local e os laços comunitários. Contudo, constatou-se que essa transparência é mais perceptível no âmbito das operações

internas das instituições do que no acesso público às informações consolidadas, o que representa um desafio para pesquisadores, gestores e formuladores de políticas.

Os resultados, portanto, indicam que, embora a plataforma contribua significativamente para a inclusão financeira, a circulação de recursos nos territórios e a consolidação das finanças solidárias como alternativa ao sistema bancário tradicional, sua plena efetividade depende do fortalecimento da transparência pública e da produção de dados acessíveis que sustentem avaliações acadêmicas e políticas mais precisas.

Como desdobramento, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação sobre modelos de regulação e financiamento público-privado para os Bancos Comunitários, além de estudos comparativos entre diferentes iniciativas ao redor do mundo. Além disso, a incorporação de metodologias empíricas pode enriquecer o debate, trazendo dados quantitativos sobre o impacto econômico dessas iniciativas.

Diante dos achados desta dissertação, reafirma-se a relevância dos Bancos Comunitários como instrumentos de resistência econômica e fortalecimento da Economia Solidária. O avanço dessas iniciativas depende de um compromisso coletivo entre sociedade civil, Estado e setor privado para consolidar um modelo econômico mais justo, inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. **Globalização e espacialidade: o novo papel do local**. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Globalização e inovação localizada: experiências e sistemas locais no Mercosul: IBICT, 1999. p. 181-199.
- ALVES, Maria Odete; BURSZTYN Marcel; SALGUEIRO, Suely Chacon. **Bancos Comunitários E RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE: um estudo de caso no nordeste semiárido brasileiro**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 51-61, out./dez., 2014.
- AMATO, F.; FANTINI, P. **Crédito e desigualdade: o impacto das taxas de juros para pequenos negócios no Brasil**. Revista Brasileira de Economia, v. 75, n. 2, p. 215-237, 2021.
- ARAÚJO, L. R.; FUNCHAL, B. **Infraestrutura bancária e inclusão financeira: desafios para municípios brasileiros**. Estudos Econômicos, v. 52, n. 3, p. 489-512, 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Endividamento das Famílias e Risco de Crédito**. 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/indicadores-credito>>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Spread Bancário**. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/spreadbancario>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Relatório de Economia Bancária 2023**. Brasília: Banco Central, 2023. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- BASTOS, Estêvão Kopschitz Xavier. **Crédito e Juros**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2020. Carta de Conjuntura nº 40, Nota Técnica nº 5. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/d8c5efb9-f893-4123-a89a-afe76ee44383/content>>. Acesso em: 05 out. 2025.
- BENILSON, Borinelli Luis Miguel Luzio do Santos Sinival Osório Pitaguari. **Economia Solidária EM LONDRINA ASPECTOS CONCEITUAIS E A EXPERIÊNCIA INSTITUCIONAL**. Londrina, 2010.
- BOVO, Cassiano Ricardo Martines. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo**. Revista de Economia Contemporânea, v. 13, n. 1, p. 159–162, jan. 2009.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. II CONFERÊNCIA NACIONAL DE Economia Solidária. **Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável**. Brasília: MTE, jun. 2010.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4476, de 2023**. Define e regulamenta as Moedas Sociais, sua emissão e circulação, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Comissão de Finanças e Tributação. Aprovado em 01 out. 2025. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2364796>>. Acesso em: 13 out. 2025.

CARVALHO, Gilberto. **Declaração sobre o PL 4476/2023 e a importância das Moedas Sociais para os territórios**. In: Assessoria de Comunicação da SENAES/MTE, 2025.

DINIZ, Sibelle Cornélio. **Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos**. Nova Economia, v. 29, n. 3, p. 963–985, set. 2019.

FERREIRA, P.; COSTA, R.; SILVA, T. **O impacto do spread bancário nas pequenas empresas**. Revista Brasileira de Economia, v. 77, n. 4, p. 123-145, 2023. DOI: 10.2139/rbe.2023.0346.

FOGUEL, Flavio Henrique Santos. **Bancos Comunitários e redes de colaboração solidária: a experiência do Banco Palmas**, 2009.

GAC, Daniela; VERGARA, Nicolás R.; BUSTOS, Beatriz. **Transiciones Socio-energéticas: Desafíos de Justicia Social y Sostenibilidad Territorial**. Polis, Santiago, v.23, n.68, p.5-10, 2024. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682024000200005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 13 out. 2025.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária e a revitalização do paradigma cooperativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 28, nº 82, junho, 2013.

GAIGER, L. I. **Economia solidária: uma abordagem crítica**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária na contramarcha da pobreza**. Sociologia, Problemas e Práticas, Lisboa, n. 79, p. 43-63, set. 2015. Disponível em: Acesso em 27 mar. 2024.

GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, P. S.. **Economia Solidária E TRAJETÓRIAS DE TRABALHO Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 103, p. e3510304, 2020.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivisms: Politics, Economy and Ecology**. Fernwood Publishing, 2021.

GUERRA, Ana Carolina. **Os valores da Economia Solidária e os valores do trabalho: um estudo em empreendimentos econômicos solidários**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa da exclusão bancária no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agência de Notícias - IBGE: **Pobreza e desigualdade no Brasil: uma análise de 2023**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Rede Brasileira de Bancos Comunitários**. Disponível em: <<https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-Bancos-comunitarios/>>. Acesso em: 14 mai. 2024.

KUMASAKA, J. M. V. C. et al.. ESCALABILIDADE DA INOVAÇÃO SOCIAL EM UM BANCO COMUNITÁRIO. REAd. **Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 28, n. 1, p. 232–261, jan. 2022.

LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LEE, R. **Local money: geographies of autonomy and resistance?** In: MARTIN, R. Money and space economy. Nova York: Wiley ; Sons, 1999. p. 207-224.

LIEATER, B. **The future of money: creating new wealth, work and a wiser world**. London: Century, 2001.

LINTON, M.; SOUTAR, A. **The LET System design manual**. Courtenay, CA: Landsman Community, 1994.

MARTINS, A. L. **Bancos comunitários e a inclusão financeira: A importância das instituições de crédito no desenvolvimento local**. Revista de Economia Solidária, v. 12, n. 1, p. 45-60, 2020.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. **Economia Solidária e Políticas Públicas: Bancos Comunitários**. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, n. 41, nov. 2009.

MELO NETO, Joaquim de; MAGALHÃES, Thelma. **Empreendedorismo social e inovação social: Uma abordagem empreendedora para o desenvolvimento social**. Rio de Janeiro, 2013.

MELO NETO, Joaquim de. **Exclusão financeira é barreira à mobilidade social de população vulnerável**. FEAC, 2023. Disponível em: <<https://feac.org.br/exclusao-financiera-e-barreira-a-mobilidade-social-de-populacao-vulneravel/>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

MELO, Joaquim. **As Moedas Sociais do Brasil: do PalmaCard ao E-Dinheiro**. Fortaleza: Arte Visual e Editora, 2023.

MENEZES, M. S.; CROCCO, M. A. **Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 371-398, ago. 2009.

MENEZES, Tânia A.; CROCCO, Marcos A. **Bancos Comunitários e Inovação Financeira: O Papel do E-Dinheiro na Transformação Digital**. 2011.

MORAIS, A. B.; BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Concentração bancária e acesso ao crédito no Brasil**. Brasília: Banco Central, 2021.

MOSTAGI, N. C. et al.. **Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local**. Interações (Campo Grande), v. 20, n. 1, p. 111–124, jan. 2019.

MUNHOZ, Karen de Oliveira; TEXEIRA, Tania Cristina; TOLEDO, Dimitri Augusto da Cunha; GUERRA, Ana Carolina. **Empoderamiento femenino en la Economía Solidaria y en los Bancos Comunitarios**. In: COOPERATIVAS DE LAS AMÉRICAS. Evolución del sector cooperativo entre los Años Internacionales de las Cooperativas 2012-2025: políticas públicas, normativas, nuevas formas asociativas e iniciativas socioeconómicas. San José, Costa Rica: Cooperativas de las Américas, 2025. p. 82–93. e-book. ISBN 978-9930-611-29-6, 2025.

NAKANE, M. **Estrutura de mercado e concorrência bancária no Brasil**. Estudos Econômicos, v. 50, n. 1, p. 45-72, 2020.

OLIVEIRA, Karen Munhoz. **ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma alternativa para a vulnerabilidade e pobreza**. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica Minas, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas. Belo Horizonte, 2017.

OLIVEIRA, E. G. DE.; BENINI, É.; MELGES, F.. **Crédito solidário e desenvolvimento local participativo: uma investigação a partir da atuação dos Bancos Comunitários**. Interações, Campo Grande, v. 24, n. 3, p. 1003–1020, jul. 2023.

OLIVEIRA, E. G. et al. **Moedas Sociais e Suas Contribuições em Comunidades Economicamente Precarizadas: Um Estudo Exploratório da Experiência do Projeto Pet Mania em Campo Grande – MS**. Desenvolvimento em Questão, [S.l.], v. 16, n. 43, p. 453-486, abr./jun. 2018.

ORIENTE, Anderson Carlos Nogueira. **Análise dos fatores para implantação e consolidação de um Banco Comunitário em território popular: o caso do Banco Comunitário da Cidade de Deus**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendências mundiais de emprego da OIT 2010**. Brasília, jan. 2010. Disponível em:<<http://www.oitbrasil.org.br/content/tendências-mundiais-de-emprego-da-oit-2010>>.

Acesso em: 02 mar. 2024.

PASI, G.; NOVAES, W. **Concentração bancária e estabilidade financeira: um dilema para políticas públicas**. Revista de Economia Aplicada, v. 24, n. 1, p. 63-89, 2020.

PEREIRA, W. M.; CROCCO, M. A. **Inclusão financeira a partir de moedas locais: um estudo exploratório do Banco Palmas, Fortaleza – CE**. CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011. Anais. Ipea, 2011.

PRAHALAD, C. K. HAMMOND, Allen. **Servindo os pobres do mundo de forma lucrativa**. Harvard Business Review Brasil, set. 2002.

PUPO, Carolina. **Bancos Comunitários e moedas locais: estratégias do circuito inferior para a sobrevivência**. Brasil Popular, Circuitos da Economia Urbana e Políticas Públicas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024.

RAPOSO, Jaciara Gomes; FARIA, Maurício Sardá de; SILVA, Almir Cléydison Joaquim da; SILVA, Beatriz Batinga e; LIMA, Ana Flávia de. **O Banco Comunitário como Plataforma de Desenvolvimento Socioeconômico Local – O Caso do Banco Comunitário Jardim Botânico**. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. 2020.

RETAMIRO, W.; MACHADO, M. L. T. **ECONOMIA DA CULTURA, ECONOMIA CRIATIVA E Economia Solidária: ARTICULAÇÃO DAS MODALIDADES ECONÔMICAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL**. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE**, São Carlos. Qual interdisciplinaridade queremos? Novas agendas de pesquisa para sociedades em transformação, 2021. v. 9. p. 411-418.

RETAMIRO, W. MACHADO, M. L. T.; MOLINA, W. **AUTOSSUSTENTABILIDADE DOS Bancos Comunitários: APLICAÇÃO DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS**. São Carlos: Biblioteca Comunitária da UFSCar, 2022.

RETAMIRO, W.; MACHADO, M. L. T.; MOLINA, W. **Democracia financeira, finanças solidárias e sustentabilidade social e econômica por meio dos Bancos Comunitários: base para o fortalecimento da democracia social**. 2023.

RIGO, A. S. **Moedas Sociais e Bancos Comunitários no Brasil: aplicações e implicações teóricas e práticas**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LEAL, Leonardo Prates. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias: Apresentando a Realidade do Nordeste e Discutindo Proposições**. Desenvolvimento em Questão, Editora Unijuí, ano 13, n. 31, jul./set. 2015.

RIGO, A. S.; FRANÇA, G. C. DE. **O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da**

Moeda Social no “bairro da Economia Solidária”. Cadernos EBAPE.BR, v. 15, n. 1, p. 169–193, jan. 2017a.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Bancos Comunitários e Moedas Sociais no Brasil: reflexões a partir da noção de economia substantiva.** Salvador: EDUFBA, 2017b.

RODRIGUES, A.; OLIVEIRA, M. **Seletividade na concessão de crédito e seus impactos na população de baixa renda.** Revista Brasileira de Política Econômica, v. 8, n. 2, p. 89-104, 2022.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: Apontamentos iniciais para debate.** Brasília: MTE, 2014. IPEA. Disponível em: Acesso em 03 abr. 2024.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **OS NOVOS DADOS DO MAPEAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: NOTA METODOLÓGICA E ANÁLISE DAS DIMENSÕES SOCIOESTRUTURAIS DOS EMPREENDIMENTOS.** Coordenação técnica do relatório: Sandro Pereira Silva. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2016.

SILVA, João. **Inclusão Financeira e Sustentabilidade: O Caso do Banco Comunitário Jardim Botânico.** 2020.

SILVA, Sandro Pereira; PEREIRA. **O CAMPO DE PESQUISA EM Economia Solidária NO BRASIL: HISTÓRICO, ABORDAGENS METODOLÓGICAS E DIMENSÕES ANALÍTICAS.** Brasil. Brasília: IPEA, jan. 2020.

SILVA, Sandro Pereira, PEREIRA, Camila Amaral. **Finanças solidárias e implementação de políticas sociais: O caso do Banco Comunitário e da Moeda Mumbuca no município de Maricá-RJ.** Mercado de Trabalho, 2022.

SILVA, Sandro Pereira; PEREIRA, Camila Amaral. **Bancos Comunitários, Moedas Sociais e Políticas Públicas: Da Experiência Pioneira do Banco Palmas (Fortaleza-CE) ao Modelo Difusor do Banco Mumbuca (Maricá-RJ).** Brasil. Brasília: IPEA, jan. 2023.

SILVA, J. P. **O impacto da taxa de juros sobre o consumo e o crescimento das pequenas empresas no Brasil.** Revista Brasileira de Administração Financeira, v. 33, n. 1, p. 89-102, 2023. Disponível em: <<https://www.rbaf.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).** In: Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Rio de Janeiro, v. 56, p. 89-94, fev., 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3784>> Acesso em: 20 mai. 2024.

Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Disponível em:

<<https://fbes.org.br/noticias/>>. Acesso em: 24 mai 2024.

SOUZA, Thalyta Taumaturgo de. **A Economia Solidária como Meio para o Desenvolvimento Sustentável: Caso do Banco Palmas**. Tese de Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente, Faculdade de Economia, Universidade do Porto, 2011.

SOUZA, H. P. **Desregulamentação financeira, concentração bancária e exclusão financeira no Brasil na década de 1990**. Associação Brasileira de Pesquisa em História Econômica, 2015. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_henrique_pavan_souza_desregulamentacao-financeira-concentracao-bancaria-e-exclusao-financeira-no-brasil-na-decada-de-1990.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

TEIXEIRA, T. C & SOLER DOMINGO, A. (2002) La conformación del cooperativismo en Brasil: tendencia y desafíos en el siglo XXI. CIRIEC – ESPAÑA. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa. Facultad de Económicas Valencia. Valencia - ESPAÑA N° 43, pp. 205-229

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Sobre o Banco Comunitário

- 1.1. Como e quando o Banco Comunitário foi criado?
- 1.2. Quais são os principais objetivos e princípios que norteiam as ações do banco?
- 1.3. Quantas pessoas (ou famílias) são atendidas atualmente pelo banco?

2. Economia Solidária na Prática

- 2.1. Como a Economia Solidária se manifesta na atuação cotidiana do banco?
- 2.2. De que forma o banco estimula a criação ou fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários?
- 2.3. Quais são os principais valores ou práticas solidárias que orientam as relações com a comunidade?

3. Acesso ao Crédito e Inclusão Financeira

- 3.1. Quais critérios são utilizados na concessão de crédito?
- 3.2. Como o banco lida com a inadimplência e quais estratégias são adotadas para manter o compromisso comunitário?
- 3.3. Em sua avaliação, como o acesso ao crédito influencia a vida das pessoas atendidas (autonomia, renda, autoestima etc.)?

4. Uso da Plataforma E-Dinheiro

- 4.1. Desde quando o banco utiliza a plataforma E-Dinheiro?
- 4.2. Quais são os principais benefícios percebidos com o uso da plataforma (agilidade, segurança, transparência, autonomia)?
- 4.3. Houve alguma dificuldade de adaptação por parte da comunidade? Como o banco lidou com isso?
- 4.4. De que forma o E-Dinheiro contribuiu para fortalecer as práticas de Economia Solidária e a circulação da Moeda Social na comunidade?
- 4.5. Quais melhorias ou inovações você acredita que poderiam ser implementadas na plataforma E-Dinheiro para ampliar ainda mais seu alcance e eficiência?

5. Impactos na Comunidade

5.1. Que mudanças sociais ou econômicas você percebeu na comunidade após a criação do Banco Comunitário?

5.2. Quais grupos são mais beneficiados (ex: mulheres, juventude, população negra, idosos)?

5.3. Há algum caso ou história marcante de transformação social que você destacaria como exemplo?

6. Desafios e Perspectivas

6.1. Quais são os principais desafios enfrentados atualmente pelo Banco Comunitário?

6.2. O que ainda precisa ser fortalecido para ampliar o alcance e o impacto da atuação do banco?

6.3. Como você vê o futuro dos Bancos Comunitários e da Economia Solidária no Brasil?